

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**"Mulheres em transição": política e gênero no processo de transição
política na Tunísia**

Eleana Paola Catacora Salas

Niteroi

2017

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

“Mulheres em transição”: política e gênero no processo de transição política na Tunísia

Eleana Paola Catacora Salas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Niteroi

2017

"Mulheres em transição": política e gênero no processo de transição política na Tunísia

Eleana Paola Catacora Salas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Rafael Barbosa (Orientador)

Prof. Dra. Ana Claudia Cruz da Silva (UFF)

Prof. Dra. Joana Miller

Prof. Dra. Danielle Araujo (UNILA)

Prof. Dra. Caroline Cristoph Grillo (PPGSA – USP)

Prof. Dra. Gisele Fonseca (UFF- suplente)

Prof. Dra. Oiara Bonilla

Prof. Dra. Brígida Renoldi (CONICET-UNAM - suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

Salas, Eleana Paola Catacora.

“Mulheres em transição”: política e gênero no processo de transição política na Tunísia/Eleana Paola Catacora Salas. Niteroi, PPGA-UFF, 2017. 131pp.,

Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS – Museu Nacional. Orientador: Antônio Rafael Barbosa.

1. Tunísia 2. Gênero 3. Transição 4. Política 5. Antropologia social

RESUMO

Esta tese trata do debate sobre o papel da mulher no processo de transição política em Túnis na Tunísia. Tomo como referência os acontecimentos ocorridos no ano de 2011, quando eclodiu a “revolução tunisiana” como parte dos eventos do que se denominou de “primavera árabe”, a qual trouxe consigo a queda do governo de Ben Ali (1987-2011). Desde o ano de 2011 a Tunísia se encontrou num processo transitório caracterizado pela organização das eleições legislativas e presidências de 2014. Esse contexto foi vivenciado de diferentes modos pelas associações feministas, partidos políticos e sindicatos; o que põe em evidencia formas de fazer política diferenciadas, nas quais o papel da mulher ocupou um lugar significativo. Realizo uma etnografia multissituada na qual analiso o modo como se vivenciou o processo de transição e o debate sobre o papel da mulher nessa conjuntura a partir das ações de uma associação feminista, associações de mulheres e grupos femininos de partidos políticos.

O trabalho aborda os fluxos, articulações e relações entre essa associação feminista, associações de mulheres e partidos políticos, os quais manifestam as problemáticas, debates, programas, e a circulação de categorias concernentes à política tunisiana e ao papel da mulher. Inicialmente, relato a constituição dos primeiros movimentos de mulheres na Tunísia, já que eles dão sustento e legitimidade a atuação das associações atuais. Também detenho minha análise no que do ponto de vista das feministas se chamou de *feminismo de Estado*. Em um segundo momento, descrevo a comissão eleitoral dessa associação feminista e as alianças e movimentos que esta realizou com outras organizações políticas para o processo de transição. Na tese, enfoco como nessa conjuntura, categorias tais como *modernidade*, *cidadania*, *participação política*, e o debate sobre a mulher, são dotadas de sentido, manipuladas e problematizadas pelos agentes em questão. O trabalho mostra que tais categorias configuraram uma nova subjetividade possibilitando novos modos de agir, formando novos sujeitos políticos.

RÉSUMÉ

Cette thèse traite du débat sur le rôle de la femme pendant le processus de transition politique à Tunis, en Tunisie. Je me suis basée sur les événements de 2011, date à laquelle a éclaté la « révolution tunisienne », l'un des chapitres de ce qu'on a nommé le « printemps arabe », et qui a abouti à la chute du gouvernement de Ben Ali (1987-2011). Depuis 2011, la Tunisie s'est engagée dans un processus transitoire dont le principal but était les élections législatives et présidentielles de 2014. Ce contexte a été vécu de différentes manières par les associations féministes, partis politiques, et syndicats, et a mis en évidence la diversité des façons de faire la politique, dans lesquelles le rôle de la femme a occupé une place significative. J'ai réalisé une ethnographie multisituée dans laquelle j'analyse la façon dont a été vécu le processus de transition et le débat sur le rôle de la femme dans ce contexte, à partir des actions d'une association féministe, d'association de femmes et de groupes de femmes des partis politiques.

Ce travail étudie les flux, les articulations et les relations entre cette association féministe, des associations de femmes et des partis politiques, lesquelles expriment des problématiques, des débats, des programmes, et la circulation des catégories concernant la politique tunisienne et le rôle de la femme. Tout d'abord, je décris la formation des premiers mouvements des femmes en Tunisie, parce qu'elles apportent leur soutien et leur légitimité aux associations contemporaines. En parallèle, j'analyse le *féminisme d'état* du point de vue des féministes. Dans un deuxième temps, je fais une description de la commission électorale de cette association féministe, les alliances et mouvements mis en place avec d'autres organisations politiques dans le processus de transition. Pour conclure, j'analyse comment des concepts comme la *modernité*, la *citoyenneté*, la *participation politique*, et le débat sur le rôle de la femme ont pris un sens, ont été manipulés et problématisés par les acteurs de cette période. Le travail montre que ces catégories ont donné forme à une nouvelle subjectivité rendant possible de nouvelles façons d'agir et donnant forme à de nouveaux sujets politiques.

RESUMEN

Esta tesis trata del debate sobre el papel de la mujer en el proceso de transición política en Túnis, Túnez. Tomo como referencia los acontecimientos ocurridos en 2011, cuando se llevó a cabo la “revolución tunecina”, como parte de los eventos que fueron conocidos como “primavera árabe”, la cual trajo consigo la caída del gobierno de Ben Ali (1987-2011). Desde el año de 2011, Túnez estuvo en un proceso transitorio caracterizado por la organización de las elecciones legislativas y presidenciales de 2014. Ese contexto fue vivenciado de diferentes modos por las asociaciones feministas, partidos políticos y sindicatos; lo que pone en evidencia las formas de hacer política diferenciadas, en las cuales el papel de la mujer ocupó un lugar significativo. Realizo una etnografía multisituada en la cual analizo el modo como se vivenció el proceso de transición y el debate sobre el papel de la mujer en esa coyuntura, a partir de las acciones de una asociación feminista, asociaciones de mujeres y grupos femeninos de partidos políticos.

El trabajo aborda los flujos, articulaciones y relaciones entre esa asociación feminista, asociaciones de mujeres y partidos políticos, los cuales manifiestan las problemáticas, debates, programas y la circulación de categorías concernientes a la política tunecina y al papel de la mujer. Inicialmente, relato la constitución de los primeros movimientos de mujeres en Túnez, ya que ellos brindan el sustento y la legitimidad a la acción de las asociaciones actuales. También indago el *feminismo de Estado* a partir del punto de vista de las feministas. En un segundo momento, describo a la comisión electoral de esa asociación feminista y las alianzas y movimientos que esta realizó con otras organizaciones políticas para el proceso de transición. En la tesis, enfoco como en ese contexto, categorías tales como *modernidad*, *ciudadanía*, *participación política* y el debate sobre la mujer, son dotadas de sentido, manipuladas y problematizadas por los agentes en cuestión. El trabajo muestra que tales categorías configuraron una nueva subjetividad posibilitando nuevos modos de actuar, formando nuevos sujetos políticos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que aceitaram que eu realizasse minha pesquisa na Associação Tunisiana de Mulheres, sobretudo, agradeço à Emma Harassari, à Nadia, à Henda, à Rebah, à Dorra Mahfoudh, à Soad, à Rim, à, à Yoad. Fora da Associação sou grata a Ibtissem que me ajudou em todos os momentos da minha pesquisa. Ela não só facilitou minha entrada na associação *Horra* e no Partido *Watad*, mas também me entregou sua amizade de uma forma desinteressada. Fico grata a Madame Aida por todos seus ensinamentos como militante do Partido dos Trabalhadores e como minha professora de árabe.

Também sou grata ao Tahar que me hospedou na sua casa, à Rabeb e à Rihab que me inseriram em sua família e compartilharam meu cotidiano nos primeiros meses da Tunísia. Agradeço aos amigos tunisianos que fiz por lá, cujo apoio e amizade foram essenciais para minha permanência nesse país: agradeço ao Yassine, por me mostrar “outro lado” da vida em Túnis, ao Jo pela sua contagiante energia, à Zeineb pela sua espontaneidade e pelas risadas que demos juntas. À Imem, à Sameh, e a sua família pela amizade, pelas comidas e pelos passeios. Na segunda oportunidade que estive na Tunísia agradeço à Rafika e ao Raouf Mansouri pela hospitalidade.

Sou grata à CAPES por ter possibilitado meu trabalho de campo mediante uma bolsa de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 2013 e 2014.

Na Universidade Federal Fluminense agradeço ao meu orientador professor Dr. Antonio Rafael Barbosa por aceitar orientar esta tese, pela sua constância e compreensão. Agradeço à professora Ana Cláudia Cruz tanto pelas aulas quanto pelas sugestões ao meu trabalho. Meus agradecimentos às professoras Joana Miller, Gisele Fonseca, Brigida Renoldi, por seus comentários e dicas na qualificação e na defesa do projeto de pesquisa. Agradeço às professoras Danielle Araujo e Carolina Grillo por aceitarem fazer parte da banca.

No Rio de Janeiro sou grata aos meus amigos cuja amizade é mantida a pesar da distância. Agradeço por todos os momentos que vivi com eles, os quais me fizeram sentir em “casa”. Sou grata ao Cauê Fraga, à Marieta, à Milena, à Carol, à Natalia, à Tais, ao Evandro, ao Everton, ao Nicolas, ao Marco e à Angela. Agradeço especialmente a Ana por toda sua amizade, por ter estado perto a pesar das fronteiras e por sua imensa ajuda na leitura e correção deste texto.

Agradeço a meus pais Edwin e Martha pela força, alegria e pelo amor incondicional a cada instante. À minha irmã Maria por me ouvir sempre, pelos conselhos e pelas risadas que damos juntas.

Aos meus amigos Julia, Corina, Tamara,

Ao Gustavo pelos seus comentários a uma parte deste texto. Pela sua amizade, sua perspicácia e sua alegria contagiante a cada momento.

SIGLAS UTILIZADAS

ATFD	Association Tunisien des Femmes Démocrates
AFTURD	Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche et le Développement
CAWTAR	Center of Arab Woman for Training and Research
CREDIF	Centre de Recherche d'Études de Documentation et d'Information sur la Femme
CEOFVV	Centre d'écoute et orientation aux Femmes Victimes de Violence
CEDAW	Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres
ISIE	Instance Supérieur Independiente pour des Elections
LET	Ligue des Electricies Tunisiennes
LTDH	Ligue Tunisienne des Droit de l'Homme
UNFT	Union Nationale des Femmes Tunisiennes
UFIM	Université Féministe Ilhem Marzouki
UGTT	Union Générale des Travailleurs Tunisiennes
WATAD	Parti Unifie Patriote Démocrate

CONVENÇÕES

No texto, as palavras em itálico dizem respeito às falas das pessoas com quem realizei esta pesquisa.

As transcrições de conversas e entrevistas que fiz estão em português.

Quando falo das integrantes da Associação, refiro-me a elas como mulheres, por ser uma categoria que elas utilizam a todo momento, tanto em árabe (*nissa*) como em francês (*femmes*), para se referir às integrantes da Associação.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. O trabalho de campo	1
2. A Tese	7
3. Alguns apontamentos sobre a Tunísia	10
4. Revolução	12
5. Organização do texto	13
Capítulo 1 – Os movimentos de mulheres	14
1. Os primeiros movimentos das mulheres na Tunísia	14
2. A Tunísia independente	18
Capítulo 2 - Percursos femininos e feministas	21
1. As Feministas	27
2. Ser feminista	37
4. O centro de documentação Safia Farhat	46
5. A Universidade Feminista <i>Ilhem Marzouki</i>	47
6. Parcerias e Alianças: <i>La fête des femmes</i>	49
Capítulo 3 – Os Movimentos da Comissão Eleitoral	56
1. Movimentos, Alianças e Coalizões: A Coalizão da Sociedade Civil e A <i>Commission Election</i> . ..	65
2. Sensibilização e Coalizões	85
Capítulo 4 – Partidos e Paridade	96
1. Campanhas e Partidos	96
2. O véu e o <i>Niqab</i> : o debate sobre a mulher na transição.	107
REFLEXÕES FINAIS	120

INTRODUÇÃO

1. O trabalho de campo

Esta tese é resultado de uma pesquisa que desenvolvi na Tunísia entre os anos de 2014 e 2015, como parte de um interesse pessoal por compreender as formas de fazer política em países árabes, cujos governos eram considerados “autoritários”, além disso, a predominância muçulmana dava um matiz especial a seus contextos correspondentes. Meu primeiro contato com a literatura antropológica sobre os países do Norte da África se deu a partir da leitura da etnografia “Veiled Sentiments: Honor and Poetry Bedouin Society” de Lila Abu-Lughod (1986).

Abu-Lughod realiza sua etnografia com os Beduínos no Egito. Eles são uma população que se diferencia dos egípcios e dos camponeses, que habitam na mesma região, por possuírem valores sociais e morais diferentes. Os beduínos têm um sistema social hierárquico, que privilegia certos tipos de comportamentos onde se desenvolvem código de honra que devem ser alcançados por mulheres e homens. Entretanto, existe um discurso privado, de protesto em face de essa realidade desigual, a saber: a poesia. As mulheres protestam, através da poesia, contra a estrutura familiar de segmentos agnáticos que é a base da estrutura política; contra a preferência do casamento entre primos cruzados paralelos e contra a poligamia.

Fiquei instigada pelo tipo de relação que se estabelecia entre homens e mulheres nesse contexto e pela existência de mecanismos de resistência e protesto por meio de poesias face a um sistema desigual. Todavia, meu interesse pelos países majoritariamente muçulmanos aumentou depois dos eventos ocorridos no ano de 2011 em alguns países do norte da África (sobre tudo Tunísia, Líbia e Egito) e em outros países do Oriente Médio, tais como Síria e Iêmen. A “primavera árabe”, como ficaram conhecidos os eventos que levaram à derrocada aos Presidentes nesses países, trouxe consigo não só a queda dessas ditaduras, mas também um período de transição política e uma incerteza sobre o devir dos países em questão.

“A primavera ou revolução árabe” foi o centro das atenções de diferentes meios de comunicação no âmbito internacional; fazia-se referência às “sublevações populares”. As notícias davam destaque especial para a Tunísia, que foi o “berço da revolução” e o centro de onde as manifestações e descontentamentos se disseminaram para o resto das regiões do Magrebe e do Oriente Médio. Comecei, então, a procurar informação sobre a revolução árabe e a Tunísia chamou minha atenção, não somente por ser o país onde as manifestações se iniciaram, mas também pela sua história, pela sua constituição como um “país *moderno*” e pelo desenvolvimento de um “feminismo de Estado” (ver capítulo 2).

Então, quando iniciei meus estudos de doutorado, no ano de 2012, decidi realizar minha pesquisa na Tunísia. Tudo o que se lia sobre esse país ressaltava o fato de ser a Tunísia o único país no qual a revolução tinha sido “exitosa”¹ e que estaria “se preparando para um processo de transição”. No entanto, as notícias sobre a “primavera árabe” compreendiam o fenômeno de contestação como um movimento homogêneo, cujo resultado devia ser a consolidação da democracia. Essa perspectiva de homogeneidade desses fenômenos no Oriente Médio esconde as dinâmicas internas, os processos e particularidades históricas de cada país, bem como, as motivações das pessoas envolvidas nesses eventos.

De acordo com Massal, “a primavera árabe é uma metáfora que chama a atenção sobre o sentir de quem fala dela, mas pode esconder a complexidade dos processos de mobilização” (Massal 2011:102). De fato, a “primavera árabe” na Tunísia foi vista como um fenômeno que aconteceu subitamente, o que contribuiu com a invisibilidade das diversas causas que ocasionaram os protestos. Assim, num primeiro momento, meu objetivo foi entender a forma como os movimentos sociais vivenciavam a política no processo de transição, quais eram suas reivindicações e suas formas de articulação a nível local.

Como eu me encontrava na América do Sul e a ante a impossibilidade de empreender uma viagem para a Tunísia a fim de explorar o campo, procurei informações através da internet. Aproximei-me de material jornalístico acerca da “primavera árabe”, o qual, de um modo

¹ Ao contrário do que acontecera na Líbia e no Egito, na Tunísia não houve uma guerra civil com diferentes grupos buscando o poder, o que gerou a instabilidade e o aumento de grupos islamistas radicais.

geral, apresentava os “tunisianos”, “jovens tunisianos”, como os atores da revolução e contra o regime de Bem Ali. Entretanto, não encontrei informação suficiente sobre movimentos de jovens que participaram desses eventos. Após me debruçar sobre diferentes informações a respeito das organizações na Tunísia, encontrei o nome de uma Associação de mulheres que havia participado da revolução e que, há mais de vinte anos, participava do cenário político do país. Cabe ressaltar que a busca por me aproximar da Associação não se deve somente às informações e dados que obtive no site da mesma, mas, também, à existência de ideias preconcebidas acerca dos países do Oriente Médio e dos países do Magrebe; pensei que meu trabalho de campo deveria fazer referência ao universo feminino, pois seria mais viável realizar a pesquisa entre as mulheres da Associação do que em outros tipos de espaços. Evidentemente, dei-me conta de que essa opção não era a única, como relato a seguir.

Desse modo, meu primeiro contato com o campo começou quando encontrei o endereço de e-mail da associação em sua página na internet. Entrei em contato com a *Association Tunisiennne de Femmes Démocrâtes* (ATFD) através de um e-mail, no qual me apresentei e manifestei meu desejo de realizar uma pesquisa sobre a associação, sua participação nas manifestações de 2011 e suas ações no processo de transição política. Além disso, chamou minha atenção o fato de fazer referência ao feminismo de Estado e o fato de ser uma associação feminista de longa duração.

O e-mail foi respondido por Emma Harassari; ela me disse não havia problemas na realização do meu trabalho junto à Associação, porém, solicitou-me a apresentação de uma proposta de projeto de pesquisa para que o mesmo fosse aprovado pela direção da Associação. Enviei a proposta e, duas semanas depois, Emma respondeu-me informando que a minha proposta tinha sido aceita pela direção e me pediu para informar a data da minha chegada. Providenciei meu visto para a Tunísia e cheguei em Túnis no mês de maio de 2014.

Encontrei Emma no dia seguinte à minha chegada. Apesar da minha dificuldade com o câmbio de moeda e do meu francês pouco fluído num país cuja língua oficial é o árabe, não tive problemas para chegar à Associação seguindo as indicações que ela tinha me dado. Quando cheguei lá, Emma esperava-me na porta. Perguntei se era ela e me apresentei.

Entramos na associação e fui apresentada à Nadia, a secretaria geral; à Rebah a arquivista; à Baktha que é uma das fundadoras da ATFD; à Semia, uma jovem militante; à Youad, a responsável da *Université Feministe Ihlem Marzouki* - UFIM: ao Cheker, encarregado da comunicação (o único homem que trabalhava na administração da ATFD), e à Henda, a secretaria.

Deparei-me, então, com uma associação feminista cuja estrutura era hierarquizada e possuía uma organização regida por normas. Havia duas sedes onde a mesma funcionava: a primeira era a sede central, uma grande casa alugada² na grande avenida Charles Nicole, e a segunda era um escritório próprio na Avenida La Liberté. Na sede central se fazia o trabalho administrativo, funcionava a UFIM, a biblioteca, o arquivo e se realizavam as reuniões das comissões (ver capítulo 2).

Por sua vez, o escritório da avenida La Liberté, era um espaço próprio desde os anos noventa. Ali funciona, atualmente, o *Centre d'écoute et orientation aux Femmes Victimes de Violence* - CEOFVV, esse centro fazia parte da ATFD, desenvolvia projetos específicos para as mulheres vítimas de violência e era dirigido pela comissão violence da ATFD. Em 2014, a responsável da comissão violência era Emma Harassari.

Logo após as apresentações, busquei compreender o funcionamento da associação e a forma como ela participava na política tunisiana. Desde os primeiros dias, participei das reuniões gerais, das reuniões das comissões e do cotidiano da associação. Diariamente eu me dirigia à associação no intuito de realizar meu trabalho de campo, de me aproximar das mulheres e conhecer as atividades que poderiam ser o lócus da minha pesquisa. Muitas mulheres que me viam todos os dias na ATFD, pensavam que eu estava realizando um estágio, e me viam como uma estagiária. Nadia, a secretaria geral, compreendeu que eu estava lá para fazer um estágio e me pediu meu apoio, num primeiro momento, no arquivo, logo eu passaria a acompanhá-la na parte administrativa com ela e, depois, poderia participaria das comissões que eu quisesse.

² O aluguel da casa se fazia com a ajuda que Associação recebia de organizações internacionais, cujo objetivo era a igualdade entre os gêneros. Tais como *OnuFemmes*, *Opensociety*, *oxafam*, entre outras.

Durante as manhãs eu colaborava com Rebah, a arquivista, e organizamos o material áudio visual da associação desde os primeiros encontros das mulheres da ATFD. As tardes eu participava das reuniões das Comissões. Estas comissões eram formadas para resolver ou discutir questões relativas a alguma problemática relacionada à mulher, por exemplo, a comissão violência contra as mulheres, a comissão de direitos sexuais e reprodutivos, a comissão das eleições, entre outras. (Ver capítulo 2).

Particpei de todas as comissões. Algumas se reuniam com mais frequência do que as outras, e, de modo geral, as temáticas eram de interesse de todas as militantes que participavam de várias comissões. No entanto, o matiz de todos os eventos e a questão fulcral que perpassava todos os debates das comissões era a transição política, pois ela havia trazido à discussão na cena política tunisiana categorias tais como democracia, cidadania e a participação da mulher nessa transição. Por isso, desde que eu cheguei à Tunísia as principais discussões estavam de acordo ao contexto social dessa época, a saber: a realização de eleições para presidente (as primeiras da história do país) e para deputados, frear o “avanço do terrorismo”, promover a participação das mulheres e da sociedade na política eleitoral.

Destarte, como assinalei acima, participei das reuniões das comissões e dos eventos que estas organizavam. Aos poucos comecei a me aproximar da comissão eleitoral que se reunia semanalmente. Acompanhei todas as suas atividades, as quais não se restringiam ao âmbito da associação. A comissão eleitoral e a ATFD faziam parte da “Coalizão da Sociedade Civil”, essa era formada por 13 agrupamentos, entre associações e sindicatos, e havia se consolidado logo depois da revolução com objetivo de garantir a transição democrática.

Assim sendo, os caminhos do meu trabalho de campo foram conduzidos pelo próprio movimento da associação através da comissão eleitoral, que, visando à transição para a democracia desde 2011, uniu-se a uma rede abrangente de organizações, partidos políticos, sindicatos, associações femininas, etc. Essa coalizão acompanhou todo o processo eleitoral e elaborou-se um plano para a difusão das eleições, operando com categorias como cidadania, democracia, que ganharam novos sentidos e significados para os agentes em questão.

Meu trabalho de campo se fez predominantemente com as militantes feministas da ATFD, as quais pertencem a uma elite intelectual, política e, em alguns casos, econômica da Tunísia. No entanto, também conheci mulheres importantes de partidos políticos, sindicatos, membros de partidos, membras de outras associações que circulavam entre esses grupos e pertenciam a eles concomitantemente. Muitas militantes da ATFD faziam parte do sindicato UGTT (*Union Générale des Travailleurs Tunisiennes*). Por exemplo, Dorra e Khafida, fundadoras da ATFD, haviam participado da direção desse sindicato. Algumas militantes pertenciam ou trabalhavam em algumas associações femininas como Amal, Betty, etc.; outras pertenciam a partidos políticos de esquerda, integrantes do Front Populaire, enquanto que outras eram partidárias de Nidda Tounes, um partido político formado em 2013 e considerado liberal.

Assim, eu acompanhei os percursos da comissão eleitoral da ATFD e seu envolvimento com outras associações femininas e partidos políticos, pois as ações que a associação realizara para a transição política estavam imersas numa rede ampla de atuação de associações e partidos políticos. Meu trabalho de campo fez o mapeamento dessas redes e das relações que se estabeleceram entre as associações, tendo como foco as pessoas que delas participaram. Nesse sentido, envolve tanto as mulheres da ATFD, quanto as de outras associações e partidos políticos, com os quais se aliaram as primeiras com a finalidade de participar da transição política e, conseqüentemente, debater os direitos das mulheres nesse contexto. Além do mais, a pesar das nuances políticas de cada agrupamento, existiam objetivos compartilhados que concernem à manutenção dos direitos adquiridos no *Code de Statut Personnel* (Código de estatuto pessoal)³ o qual, segundo o ponto de vista dessas militantes, estava afetado pela chegada dos islamistas ao poder em 2011.

Dessa forma, desenvolvi minha etnografia com um enfoque multissituado, com as membras da ATFD e com as militantes que faziam parte da sua rede de relações políticas: *Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche et le Développement* (AFTURD), a *Ligue des Electricites Tunnisiennes* (LET), *Parti Unifie Patriote Démocrate* (WATAD). Também,

³ O CSP foi promulgado no ano de 1956 sob o governo de Habib Bourguiba.

acompanho o percurso na política partidária de duas fundadoras da ATFD, que se candidataram pelo partido *Nidaa Tounes*.⁴

A opção por uma etnografia multissituada, deu-se em razão das articulações e fluxos da própria associação, da comissão eleitoral e das militantes envolvidas nessas instancias. Grosso modo, o processo de transição política não seria compreensível se não se tomasse em conta as relações e interlocuções que se estabeleceram entre as associações para participar do processo de transição, pois é na participação desse contexto que se deram os principais debates, programas, problemáticas e circularam determinadas categorias concernentes à política tunisiana e ao papel da mulher.

Meu trabalho de campo se desenvolveu em Túnis, a capital do país, onde participei de reuniões, encontros, debates, manifestações, conferências e campanhas. Realizei alguns deslocamentos ao interior do país, em cidades onde a ATFD tinha seus escritórios, a saber: Sousse e Kairouan. Nessas localidades houve seminários e encontros relativos ao papel da mulher na transição política. Além dessas, havia também outras cidades onde os escritórios da ATFD foram criados depois de 2011, Sfax e Bizerte. A pesquisa se desenvolveu em dois períodos: de maio de 2014 até janeiro de 2015 e de outubro de 2015 até janeiro de 2016.

2. A Tese

Realizar um estudo etnográfico sobre o processo de transição política, os agentes envolvidos, os debates, problemáticas e a circulação de categorias em torno ao papel da mulher nesse processo é o caminho que esta tese segue. Também, mostro como no “jogo político” as perspectivas conflitantes, as coalizões as negociações e estratégias, formam e transformam conceitos que se encontram correlacionados e são operados conforme os contextos e objetivos dos grupos envolvidos na política tunisiana.

A maior parte da literatura consultada (tanto estrangeira como local), sobre os acontecimentos ocorridos em 2011 nesse país, baseia-se, sobretudo, num olhar jornalístico, normativo com

⁴ A candidatura de ambas não se fez tomando como referência a militância feminista, posto que as listas partidárias são fechadas e implicam na representação proporcional: vota-se na lista do partido.

relação à democracia, à cidadania e à participação da mulher. Grande parte dos escritos sobre a revolução e o processo de transição aborda esses eventos como se tivessem irrompido inesperadamente, desconsiderando o contexto local. Além do mais, analisar a Tunísia como um caso excepcional e diferente em relação aos outros países permite mitificar a revolução, a democracia e o conceito de sociedade civil. Para esses discursos, a Tunísia é um país *moderno* com uma sociedade civil constituída que torna possível contestar o poder do Estado.

Entretanto, essa perspectiva não permite ver as dinâmicas locais estabelecidas entre as pessoas que participam dessa transição. Uma referência para meu trabalho são os estudos de Barreira (1999), Palmeira (1996) e Goldman (2002) sobre antropologia da política. Para esses autores, o enfoque etnográfico permite que o pesquisador se separe dos conceitos modelares que se utilizam para o estudo das ações políticas. Grosso modo, esses autores propõem examinar como a política, não só partidária, é vivida tendo em conta a multiplicidade de sentidos que lhe outorgam os agentes envolvidos nela.

Não me detenho a tratar da política partidária⁵. Esses estudos me interessam por abordar a política como sendo determinada em cada contexto, no qual é possível compreender como as diferentes sociedades estabelecem recortes, domínios, classificações e descontinuidades significativas (Comerford & Bezerra, 2009). Essas pesquisas me inspiraram para compreender como revolução, cidadania, democracia e modernidade, longe de terem significados unívocos, inscrevem-se no cotidiano das pessoas de diferentes modos. Nesse sentido, faz-se necessário pensar como essas categorias foram tomadas, dotadas de sentido e contextualizadas pelas pessoas envolvidas na transição.

Outra referência importante para a reflexão do meu trabalho vem das ideias de Michel Foucault a respeito da maneira que os discursos, como estratégias para as práticas sociais, geram novas formas de subjetividade sujeitas a novas verdades. É necessário ressaltar que a constituição da República Tunisiana, promulgada no ano de 1956, realizou-se apelando à

⁵ A forma como se realizaram as eleições na Tunísia no ano de 2014 não guarda relação com os processos eleitorais desenvolvidos alhures, onde as campanhas, votos, facções ganham uma relevância primordial.

modernidade, a qual fora entendida como um processo de secularização e um avanço da sociedade em detrimento da moral religiosa muçulmana.

Assim, o discurso estatal sobre a Tunísia como um país *moderno* foi amplamente disseminado e conformou uma forma de subjetivação dessa noção de modernidade, a qual se caracteriza pela não legitimação da ação política dos grupos islamistas. Os governos de Bourguiba (1956-1987) e de Ben Ali (1987-2011), reprimiram esses grupos mantendo-os à margem da política formal. Contudo, a queda do governo de Ben Ali significou o retorno dos islamistas do exílio e a conformação de um partido político, *Ennahdha*⁶. No final do ano de 2011, esse partido obteve a maioria na assembleia legislativa, suas ações e práticas foram consideradas pelos grupos opositores como uma tentativa de *reislamização* da sociedade tunisiana e, por isso, contrários à modernidade da República. Desse modo, examino como essas categorias de modernidade/*reislamização* foram manipuladas, problematizadas, questionadas e significadas pelos grupos envolvidos no debate sobre o papel da mulher na transição política.

Também, Foucault estuda as condições políticas e econômicas de existência, pois compreende que elas formam um novo sujeito de conhecimento. O autor concentra sua análise na formação de novos saberes, de um novo sujeito de conhecimento e de novas verdades através das condições políticas que são o solo em que se forma o sujeito, os saberes, e as relações com a verdade. Logo, não há uma formação pré-estabelecida do sujeito nem a constituição neutra dos saberes.

Seguindo essa linha de pensamento, apresento como nessa transição, as categorias: democracia, cidadania, participação política, sociedade civil e o debate sobre o papel da mulher configuraram uma nova subjetividade possibilitando novos modos de agir, formando novos sujeitos políticos. Essas categorias adquiriram significados diferenciados para as militantes da ATFD, que consideravam que as mulheres de toda a Tunísia deveriam se envolver nas eleições, tanto como eleitoras, quanto como candidatas, com o objetivo de concretizar sua cidadania e dar passo para a democratização do país. Com frequência a categoria de sociedade civil era acionada para se referir a todas as associações que se reuniam

⁶ Em árabe significa renascença.

para debater e questionar, não somente as ações do Estado, mas as ações dos grupos islamistas. Por exemplo, para a supervisão da transição política, a coalizão da sociedade civil tinha o objetivo de promover a participação política, a cidadania, de modo a que não existissem manipulações aos eleitores por parte dos setores islamistas.

Também, se apelava à sociedade civil (conjunto de associações e sindicatos que faziam ações conjuntas) para se mobilizarem contra, por exemplo, a criminalização da homossexualidade. Assim, a etnografia me possibilitou examinar como se definia a sociedade civil, quais eram os agentes envolvidos nessa definição, e o mapeio de suas ações permitiu me afastar das concepções que tomam a sociedade civil na Tunísia como algo dado e mistifica suas lógicas de ação, sob a premissa de que nesse país existiria uma sociedade civil forte e consolidada.

3. Alguns apontamentos sobre a Tunísia

Para compreender o atual contexto sociopolítico da Tunísia, no qual se desenvolveu esta pesquisa, faço alguns apontamentos que ajudam a elucidar a revolução tunisiana e a transição política. A Tunísia é um país do Norte da África, faz parte dos países do Magrebe, se caracteriza por um território que cruza o mundo árabe com civilizações mediterrâneas e africanas. Tem como duas únicas fronteiras a Líbia, pelo Leste e a Argélia pelo Oeste.



Figura 1 – Mapa da Tunísia

O território que hoje é conhecido como a Tunísia foi berço da civilização fenício-púnica, parte do império romano. Esteve sob domínio dos árabes durante séculos, sob a autoridade turca e finalmente foi protetorado da França, da qual se torna independente no ano de 1956. Segundo Gil (2010), esse país teve uma privilegiada posição geográfica, pois foi o nexo entre ocidente e oriente. Além do mais, o estabelecimento de escolas desde o ano de 1800, permitiu que a Tunísia ocupasse, em termos intelectuais, um lugar de destaque entre os países do norte da África. No final de 1800 formou-se a organização Jaldunia, um dos primeiros centros de altos estudos acadêmicos do mundo árabe, e as primeiras escolas femininas da região.

Antes da independência, no ano de 1956, havia na Tunísia o partido Neo-destour, de caráter nacionalista liderado por Habib Bourguiba, além disso, em 1947 foi fundada a organização sindical UGTT. Após a independência⁷, Habib Bourguiba se tornou presidente do país. Entre as ações desse governo, assinalo dois fatos que estão em relação com os acontecimentos que este trabalho aborda: o primeiro diz respeito à promulgação do *Code de Statut Personnel* (CPS) e o segundo se refere à formação das grandes Uniões Nacionais, a qual funda a *Union Nationale des Femmes Tunisiennes* (UNFT). (Ver capítulo I).

Esses atos foram considerados pelas militantes feministas como a instrumentalização da questão feminina pelo Estado, o que configura, segundo elas, o feminismo de Estado, pois, se por um lado o CSP planteava vários direitos femininos (ver capítulo I), ignorava outras questões como a igualdade na herança. Do ponto de vista das militantes, o CSP fora elaborado com o objetivo de reificar a imagem da Tunísia como um país *moderno*, mas, na verdade, como elas afirmavam: *os direitos da mulher ainda não tinham sido alcançados*.

O feminismo de Estado também foi desenvolvido no governo de Ben Ali com a criação do CREDIF (Centre de Recherche de Documentation et d'information sur le femmes), e a legalização da ATFD e da AFTURD (Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche et le Développement). Para as militantes dessas associações, essa legalização se

⁷ A independência da Tunísia deve ser entendida tendo como referência os eventos da segunda guerra mundial que levaram para a guerra fria e à descolonização de vários países de África e Ásia.

realizou seguindo a lógica de *confiscação da questão feminina* pelo Estado e do feminismo de Estado, já que elas asseguram que só obtiveram direito a funcionar como Associação porque Ben Ali quis se opor aos grupos conservadores islamistas, cuja presença no cenário político era inevitável. Assim, se por um lado se contesta o CSP como um elemento do feminismo de Estado, por outro lado, a referência a esse código se realiza quando se elabora um discurso em prol das mulheres da Tunísia e seus direitos conquistados.

4. Revolução

O governo de Ben Ali foi caracterizado pelo autoritarismo político e liberalismo econômico. (Geisser, 2011). Sua desaprovação, como já assinaléi acima, não surgira de repente, mas foi consequência de uma série de fatores conjunturais e estruturais que não podem ser generalizados para todos os países que passaram pelas revoluções árabes (Massal, 2011). Como causas da revolução, se apontam as altas taxas de desemprego (16%) entre os jovens graduados, as greves dos trabalhadores e as denúncias de corrupção. Portanto, como sugerem Allal e Geisser (2010), a revolução não surgiu sub-repticiamente, mas sim, foi consequência de uma série de fatos que levaram a queda ao regime de Ben Ali.

Após esses eventos, a Tunísia entrara num processo de transição, o qual foi caracterizado pelo enfretamento entre vários grupos políticos, pelos ataques terroristas e pela migração Líbia para o território tunisiano. Os discursos sobre a revolução na época do meu trabalho de campo eram paradoxais, pois, por um lado, a revolução era exaltada por ter finalizado com um regime corrupto, e por outro, todos os males que o país passava após 2011 (desemprego, cidades desorganizadas, ataques terroristas) eram consequências da revolução. Nesse contexto, destaco o terrorismo⁸ como uma das principais ameaças do país. Desde a ótica das militantes feministas e militantes de partidos, os ataques terroristas surgiram concomitantemente com a visibilidade que os grupos religiosos ganharam desde 2011. Por isso, grande parte das atividades da associação organizara-se em função de informar à

⁸ Desde a revolução, em 2011, a Tunísia teve aproximadamente 27 ataques terroristas, sendo os de maior impacto o atentado ao Museu de Bardo, em março de 2015, onde morreram 20 pessoas, e o atentado a um hotel, em 26 de junho do mesmo ano.

população sobre esse fenômeno, o qual, caso se expandisse, acarretaria consequências nefastas para o país. (Ver capítulo 3)

5. Organização do texto

No capítulo 1, analiso a formação dos primeiros movimentos de mulheres na Tunísia fazendo a relação com os períodos históricos em que surgiram.

No capítulo 2, faço um relato das trajetórias das feministas da ATFD, seus percursos por partidos políticos e sindicatos e a forma como se deu a criação da Associação.

No capítulo 3, acompanho a formação da comissão eleitoral na Associação, bem como as coalizões que esta fez com outras associações⁹. Essa comissão teve como objetivo seguir o processo de transição política. Apresento como emergem categorias como modernidade/retrocesso, terrorismo/direitos de mulheres, concepções conflitantes de política e da participação da mulher nas eleições de 2014.

No capítulo 4, examino o debate sobre a mulher tendo como referência os atores desse processo: as associações femininas, os partidos políticos (*Front Populaire, Nidaa Tounes* e *Ennahda*), a Instância Superior das Eleições (*Instance Supérieur Independent des Élections*) e algumas deputadas eleitas, das quais duas são fundadoras da ATFD.

⁹ Parte das atividades dessa comissão era a elaboração de um relatório sobre todo o processo político.

Capítulo 1 – Os movimentos de mulheres

1. Os primeiros movimentos das mulheres na Tunísia

Os trabalhos produzidos nas ciências sociais com relação ao tema dos primeiros movimentos de mulheres, provêm, de um lado, de intelectuais tunisianas e tunisianos vinculados, em certa medida, às associações feministas ou a outras organizações de “defesa de direitos do homem”. Por outro lado, existe uma literatura analisando os movimentos políticos na Tunísia elaborados por pesquisadores europeus ligados ao *Institut de Recherche du Maghreb Contemporaine*.

Uma das análises mais extensas tem sido elaborada por Ilhem Marzouki, socióloga tunisiana que escreveu o livro “Le Mouvement des Femmes en Tunisie au XXème siècle”. Outra pensadora importante é Noura Borsali que escreveu, “Tunsie: le défi égalitaire, écrits féministes”. Ainda, há as pesquisas de Hafidha Chekir, Sana Ben Achour e Dora Mahfoudh que são relevantes, pois estudam o papel da mulher na política ao longo da história desse país.

Essas intelectuais são, em sua maioria, militantes e fundadoras da ATFD. Algumas são professoras universitárias e realizam consultorias para o governo, ou trabalham em outras associações. Ilhem Marzouki, por exemplo, além de sua carreira acadêmica, foi fundadora da ATFD e realizou pesquisas sobre a mulher tunisiana; após seu falecimento, a ATFD criou a Universidade Feminista Ilhem Marzouki, em sua memória. Sana Ben Achour, uma das mais importantes juristas da Tunísia, também é fundadora da ATFD e possui uma associação de apoio à mãe solteira e sem domicílio. É consultora e elabora projetos de lei junto ao Ministério da Mulher. Do mesmo modo, Dorra Mahfoudh trabalha como pesquisadora do *Centre de Recherche d'études de Documentation et d'information sur la femme – CREDIF* – e com Sana Bem Achour, elaboram o projeto sobre uma lei integral de violência contra as mulheres no Ministério da Mulher.

Os primeiros movimentos femininos na Tunísia aparecem no início do século XX, antes da independência do país, quando a Tunísia era protetorado da França. Na segunda década do século XX, a Tunísia vivia um momento de efervescência política, as riquezas do país estavam sob o controle de minorias mais ricas, ligadas ao domínio francês, enquanto se assistia a um empobrecimento das massas. Contra o governo, articularam-se movimentos literários, políticos, associativos e sindicais (Marzouki, 1987). Pode-se dizer que havia três movimentos que refletiam sobre o contexto dessa época e sobre a política que devia ser seguida para um movimento de independência nacional, a saber: os socialistas que eram favoráveis à *modernização* do país, os nacionalistas *Néo-Destour* que buscavam a separação da política seguida até então e, finalmente, os meios religiosos da Grande Mesquita da Zitouna, formadora de grandes intelectuais.

De um lado, desde o ano de 1920, os primeiros grupos femininos que se formaram discutiam questões do cotidiano da vida das mulheres na Tunísia. Já nessa época, discutia-se o uso do véu entre as mulheres do país. Os debates eram apoiados pelos socialistas que se agrupavam no Club Literário Socialista de l'Esor. Nesse lugar foram proferidas significativas palestras proferidas por mulheres que pensavam a situação feminina na Tunísia, suas diferenças com relação aos outros países árabo-muçulmanos e suas ações futuras. Destacam-se as palestras de Manoubia Ouertani – que tinha como tema “*Pour ou contre le féminisme en pays d'Occidente, en pays d'Orient*” – e de Habiba Menchari – “*La femme musulmane de demain. Pour ou contre le voile*”.

Por outro lado, esses temas apresentaram, sobretudo, as polêmicas relativas ao uso do véu, apontando para um processo de ocidentalização que opôs socialistas e *destourniens*, conservadores e reformistas. Nesse contexto, surgiram três organizações femininas oficiais, que se ramificam dos círculos religiosos da Mesquita Zeitouna. Assim, em 1936, surge a *Union Musulmane des Femmes de Tunisie* de Bchira Bem Mrad, que é considerada a primeira associação feminista da história da Tunísia. Em 1944, cria-se a Secção Feminina da Associação de Jovens Muçulmanos. E em 1954 é formado o *Club de la Jeune Fille Tunisienne*.

No que se refere à *Union Musulmane des Femmes de Tunisie* presidida por Bchira, esta organização teve o apoio dos religiosos nacionalistas da Zeitouna. Bchira era filha de um *sheik*, o que lhe propiciou uma educação privilegiada orientada por vários *sheiks* desta mesquita. Para seu pai, o Sheik Mohamed Salah, as mulheres deveriam se organizar para fazer a luta social e a batalha pela libertação nacional. Esta União convocou mulheres de todas classes sociais, tendo predominância a elite nacionalista. Bochra considerava que:

“A mulher faz parte, aos poucos, do progresso geral. Não obstante, é necessário que ela tenha suas próprias forças para melhorar sua condição e não ser um peso morto para a sociedade. O dia em que ela tenha realizado isso, ela será uma mãe terna, uma criança beneficiada pela pátria e estará entre as grandes reformadoras da história. (Ben Mrad, 1935 *apud* Marzouki, 1990, p. 45)

Entre 1940 e 1944 surgiram duas revistas femininas: A *Majallat el Chouban el Muslimin*, lançada pela Associação de Jovens Muçulmanas, que publicava as atividades da associação. Segundo Marzouki, para as participantes desta associação, as mulheres faziam funcionar a metade do mundo e a igualdade mental com os homens era indubitável; portanto, elas estavam encarregadas da educação moral e dos pilares intelectuais. Do mesmo modo, *El Ilhem*, publicada pelo *Club de la Jeune Fille Tunisienne*, era uma revista que se apresentava como uma publicação cultural feminina. Este clube, como relata Mazourki (1990) e Mahfoudh (2014), realizava uma interpretação do Islã favorável à mulher, opondo-se às leituras do Islã que justificavam a separação total entre homem e mulher. Dessa feita, o clube era frequentado da mesma forma que a mesquita, uma vez que o profeta não tinha proibido as reuniões em espaços públicos. Por isso, o clube era um lugar consagrado à “educação e à formação das jovens conforme os interesses da religião do país” (Mahfoudh 2014).

Assim sendo, durante as primeiras décadas do século XX, os primeiros movimentos de mulheres surgem de origens religiosas e tinham como objetivo debater o papel da mulher na luta pela independência. Marzouki assinala que os quatro objetivos gerais destas três organizações estavam ligados ao contexto político e social da época. Conforme a autora:

1. Reunir as mulheres muçulmanas e tecer laços de solidariedade em defesa das suas famílias;

2. Orientar as mulheres tunisianas para a instrução da moral dentro das referências do espírito islâmico e elevar o nível cultural, cívico e social;
3. Organizar diversos eventos, publicações, atividades e festas muçulmanas como o *Mouled*;
4. Formar e desenvolver instituições em benefício da infância e da juventude.

Esta união de mulheres se encarregaria de discutir o papel da mulher na vida social; para isso, congregava mulheres da classe alta, ligadas aos meios religiosos, ao mesmo tempo que a seção feminina das jovens muçulmanas possuía uma orientação, sobretudo, moral ao inculcar modos de comportamento. Várias conexões eram estabelecidas entre essas associações e outros movimentos políticos da época com o objetivo de discutir o desenvolvimento do povo tunisiano.

Além disso, na década de 1940, os contatos dos líderes políticos tunisianos com outros líderes dos países árabes eram fluídos, apelando à independência. As influências de líderes mulheres dos países árabo-muçulmanos tornaram-se proeminentes na Tunísia para a articulação dos primeiros movimentos de mulheres. Na Síria, no Egito e na Turquia existiam publicações de livros sobre a mulher desde 1910. Um referencial importante foram os escritos da Síria Nadhira Zineddine, que refletiam sobre o uso do véu. No Egito, Huda Shaarawi foi uma figura marcante do Movimento Feminista nesse país.

Paralelamente a essas organizações femininas com raízes religiosas, no ano de 1944, surgiu na Tunísia uma associação laica: a *Union des Femmes de Tunisie* (UFT) que se preocupava com os direitos sociais e políticos das mulheres. Contudo, o núcleo principal que articulava essas associações era a causa nacional; dessa forma, conforme sugere Mahfoudh, essas organizações femininas, desde seus primórdios, estiveram ligadas aos movimentos nacionalistas que procuravam a independência, fossem grupos religiosos, conservadores *Néo-Destour* ou socialistas. Os debates estavam concentrados na interpretação do Islã, nas políticas do Estado colonial e nas reformas sociais que deveriam ser realizadas para confrontar a desigualdade.

A reflexão sobre a mulher na Tunísia não era realizada exclusivamente pelas das mulheres. Muitos intelectuais homens se interessaram em debater o papel da mulher no país. A maioria

deles era proveniente dos movimentos reformistas do Islã e realizavam diferentes interpretações do Corão. Destaca-se a figura de Tahar Haddad, um reformador do Islã que considerava as leis corânicas como produto de uma história e uma construção social específica e, portanto, não adequadas para o contexto daquela época. Haddad foi um militante sindicalista, teólogo formado na Universidade da Zitouna, pertencia aos círculos religiosos desta mesquita. Em 1930, Haddad lança sua obra “*Notre femme, la législation islamique et la société*”, na qual questiona várias leis atribuídas à lei islâmica (*Charia*), como a questão da poligamia, a desigualdade na herança, o matrimônio de menores de idade, entre outras questões.

Na atualidade, Haddad é um referencial para as feministas da ATFD, bem como para as mulheres de outras associações femininas. Ele é considerado como o reformista do Islã que permitiu que na Tunísia se debatesse o *status* das mulheres. Na sua época, como assinala Mahfoudh (2014), as propostas de Haddad facultavam às elites tunisianas a discussão do papel das mulheres na Tunísia – e inspiraram ao Presidente Habib Bourguiba a elaborar um conjunto de leis que se agruparam no *Code de Statu personnel* (CSP).

2. A Tunísia independente

Depois de quase sessenta anos do Protetorado Francês, e de um longo processo de fortalecimento dos movimentos nacionais independentistas, a Tunísia obteve sua independência no ano de 1956, fruto de negociações com a França realizadas por Habib Bourguiba, que se tornou o primeiro presidente desse país do Magreb. Os debates sobre a constituição de um país *moderno* se desenvolviam no seio dos movimentos políticos. A Tunísia contava com uma Constituição Política desde a década de 1860, que dava um matiz diferenciado à política tunisiana com relação aos outros países árabes.

Durante as primeiras décadas do século XX, os movimentos políticos, que não tinham o *status* de partido, distinguiram-se entre socialistas, religiosos e conservadores; não obstante, estavam agrupados no movimento *Destour*, cujas origens eram religiosas. Esse movimento se dividiu

em 1930 e, a partir dessa época, constituiu-se o Movimento *Néo-Destour*, que se pretendia laico e progressista. O *Néo-Destour* cativara às elites regionais favoráveis à independência. Habib Bourguiba foi o líder desse movimento desde 1945, e, embora exilado, sua presença na política tunisiana era contundente, uma vez que liderara uma facção desse movimento em oposição a Salah Ben Youssef, com quem divergia acerca do modo de realizar a Independência.

Bourguiba pertencia a uma família da burguesia e havia estudado na França, onde se cercou de militantes de partidos de esquerda; posicionava-se a favor de tomar o modelo de desenvolvimento ocidental. Conforme assinala Geiser & Gobe (2005), Bourguiba representava uma opção moderada e pragmática, com quem se podia negociar. Os acordos realizados na França em 1955 para a independência, forçaram Bourguiba a se sobrepor às tendências consideradas conservadoras representadas por Ben Youssef.

Bourguiba se distanciara cada vez mais dos círculos religiosos, pois considerava que a República Tunisiana tinha de ser laica e moderna. Em 1956, quando acontecera a independência, o *Néo-Destour* constituiu-se como um Partido e torna-se o único legalizado dentro do campo político. O Presidente havia elaborado a retórica de uma Nação moderna baseada em um conjunto de leis que mudariam as relações sociais estabelecidas até então e criariam novas formas de acionar o político. Para o fundador do *Néo-Destour*, a modernidade passava pela laicidade: embora o Islã fosse a religião do país, não foi considerado como base para as leis que se estabeleceram depois da independência e que criaram a República Tunisiana. O debate sobre o papel da mulher na Tunísia¹⁰ se intensificou com o processo de independência do país em 1956, conduzido por Habib Bourguiba¹¹, cujo objetivo, além da independência em si, era empreender um processo de secularização e modernização do país. No seu período como primeiro presidente da Tunísia, declarou a República da Tunísia.

¹⁰ Para Ahlem Belhadj, ex-presidente da ATFD, o *status* da mulher na Tunísia é bastante particular, pois várias leis sobre a mulher foram promulgadas desde 1956 – por exemplo: o Código de Estatuto Pessoal datado desse ano, o direito ao aborto em 1964 (antes das mulheres francesas), o direito ao voto em 1957 (antes das suíças). Todavia, assevera Belhadj, os governos tunisianos têm instrumentalizado a causa das mulheres como sendo a vitrine da democracia e modernidade, instituindo uma sorte de “Feminismo de Estado” (Tradução própria). Entrevista concedida à revista *Afriques 21*. Disponível em < <http://www.afriques21.org/> > 25/11/2015.

¹¹ Bourguiba foi eleito Primeiro Ministro da Tunísia em 1956, ainda sob o protetorado francês. O presidente tentou modernizar o país e reduzir a influência da religião aplicando o “socialismo árabe”.

Os dez primeiros anos de governo foram caracterizados pelo desenvolvimento interno do país, com a criação de cooperativas e empresas estatais. Já nos anos seguintes, o presidente conduziu a “abertura da economia”, destituiu seus assessores políticos de esquerda, e, em 1975, o parlamento o declarou presidente vitalício. Uma das principais reformas que Bourguiba realizou em 1956, quando era Primeiro Ministro, foi a promulgação do *Code du Statut Personnel* (CSP), que estabelecia reformas com relação ao *status* e aos direitos das mulheres. O CSP – promulgado há 54 anos – segue vigente e é um código através do qual as organizações femininas e feministas dialogam e apresentam demandas ao Estado. Voltarei a esse ponto mais adiante.

O CSP está composto de 12 livros e 213 artigos nos quais se redigiram normas relativas à família e à mulher, além do estabelecimento de mudanças no papel de ambas. As medidas assinalam

- O matrimônio por mútuo acordo;
- A idade mínima para o casamento (18 anos);
- A abolição da poligamia;
- O direito de divórcio igualitário tanto para o homem como para a mulher.

Essas são algumas das medidas implantadas pelo CSP; contudo, isso não significou que, na prática, tenham sido adotadas. Com o código promulgado, organizações femininas se formaram no decorrer do governo de Bourguiba e de Ben Ali. Logo depois da promulgação do CSP, o governo de Bourguiba criou a União Nacional de Mulheres Tunisianas¹², que tinha como objetivo integrar as mulheres na vida econômica, desde que se respeitasse a vida familiar. Para esse presidente, a Tunísia devia tornar-se moderna e secular – e a mulher seria o vetor principal dessa transformação

¹² A criação das Uniões Nacionais que o governo de Bourguiba realizou eram órgãos dependentes do governo cujas políticas eram ditadas pelo mesmo.

Capítulo 2 - Percursos femininos e feministas

À medida que participava das reuniões, eventos, seminários e das atividades cotidianas da ATFD, fui compreendendo como essa Associação funciona e como se constituiu o feminismo tunisiano. Neste capítulo apresento como a Associação foi formada, os debates que envolveram sua criação, levando em conta o contexto político no qual foi criada. Também examino as trajetórias das fundadoras em partidos ou sindicatos e as experiências pessoais que as levaram a refletir sobre a condição da mulher.

Desse modo, busco compreender a formação da Associação a partir das trajetórias e dos relatos dessas mulheres fundadoras. Ao mesmo tempo, analiso as fontes escritas produzidas pela Associação como recursos importantes, não só para a difusão do trabalho da ATFD, mas também para a propagação do seu feminismo. Por último, examino o que é ser feminista do ponto de vista das militantes da Associação. A fundação da Associação está ligada às trajetórias das fundadoras, seja na atividade política, seja no âmbito da vida familiar.

A ATFD é uma associação que, como definem suas integrantes, surgiu em contraposição ao Estado, como uma associação independente e autônoma com relação à *instrumentalização da questão feminina pelo Estado*. As mulheres ressaltam a necessidade de se distanciar das políticas do governo, já que, do ponto de vista delas, o Estado *instrumentalizou* a questão feminina.

A *Association Tunisiennes des Femmes Démocrates* é uma associação feminista institucionalizada cujo funcionamento se dá por meio de um *bureau directeur*, escolhido mediante votação bienal. A Associação foi fundada formalmente em 1989, durante o governo ditatorial de Ben Ali; contudo, essa fundação foi, na verdade, a culminação de um debate que existia desde a formação de Partidos Políticos e de sindicatos na cena política tunisiana.

A separação do funcionamento da associação em três períodos – desde os primeiros debates, quando representavam um movimento sem financiamento de ONGs estrangeiras – é útil para o entendimento da atuação da ATFD na vida política do país. Dessa feita, o primeiro período vai do final da década de 70 até 1989, em que o clube de debates Tahar Haddad, onde se reuniam as feministas, converte-se em uma associação normatizada e legalizada pelo Estado. O segundo período compreende os anos de 1989 a 2011, caracterizado pela queda da ditadura, com o que se denominou de “Revolução Tunisiana”. O terceiro período marca o fim da ditadura de 2011 e a conjuntura atual de transição política, marcada pelas eleições presidenciais e legislativas. Neste capítulo analisarei o primeiro período da Associação.

O projeto do Presidente Habib Bourguiba era fazer um país *moderno* em vários campos: educação, economia, direitos, política, etc. Bourguiba assinalava que a modernização do país não poderia ser feita sem as mulheres. Esse presidente é considerado um dos reformadores do país e colocou a Tunísia como o *país mais moderno* do Magreb e do Oriente Médio.

A formação do movimento de mulheres na Tunísia deve também ser entendida no contexto político em que surgiu. Os primeiros encontros de debates femininos foram concomitantes a reivindicações estudantis e trabalhistas. Na década de 70, o governo de Bourguiba estava no seu declínio, pois, além da repressão política, houve o agravamento do desequilíbrio entre as regiões do país. Como assinala Mahfoudh, a emergência do movimento de mulheres surgiu na conjuntura de manifestações, como as manifestações estudantis da Universidade da Tunísia, as primeiras greves dos obreiros do ramo têxtil e as do ramo de confecção. Nas palavras da socióloga tunisiana, “as mulheres emergem como atoras de primeiro plano nas contestações e em particular no movimento sindical. Elas participam desses movimentos para fazer parte das reivindicações gerais, mas também para fazer notar outras questões da esfera privada, tais como: compartilhar tarefas domésticas, acoso sexual desigualdade no salário, trabalho invisível das mulheres.” (Mahfoudh, p. 22, 2014).

Dessa maneira, antes da formação desse movimento de mulheres enquanto associação, com um estatuto legal, o debate sobre a questão feminina, os direitos femininos e a igualdade de gênero fez-se em três espaços: o Clube Tahar Haddad (formado em 1978), a *Commission syndicale Femmes* que funcionava dentro da *Union Générale des Travailleurs Tunisiennes* – UGTT – e a *commission femmes* dentro da *Ligue Tunisienne des Droit de L’homme* – LTDH.

Ainda, o debate realizava-se nos grupos políticos de esquerda. A *commission syndicale femmes* foi formada em 1982; essa comissão foi encarregada de debater o papel da mulher no trabalho e na política. Por sua vez, a *commission femmes* da LTDH foi alinhada em 1984. Tanto nos grupos de esquerda quanto dentro do *Parti Communiste des ouvriers de Tunisie* – opositor ao partido de governo de Habib Bourguiba, bem como ao de Ben Ali – o debate da questão dos direitos femininos e da igualdade também se desenvolveu antes da formação da Associação.

A maioria das mulheres fundadoras circulava nesses espaços políticos, sendo que, o principal centro de debates e de reflexão era o Clube *Tahar Haddad*, não só porque as mulheres de grupos de esquerda, do partido Comunista, da LTDH e da UGTT encontravam-se lá para discutir as questões relativas aos direitos femininos e a participação feminina nessas instituições, mas também porque o Clube *Tahar Haddad* integrava mulheres *independentes* que eram convidadas por amigas pertencentes a uma dessas instituições a participar dos encontros. Estas mulheres independentes tinham uma trajetória familiar considerada difícil que era preciso mudar. Por isso, conforme me relataram, o clube apareceu como um espaço onde o debate dos direitos femininos era essencial para que elas pudessem sair daquela situação.

O Clube foi um espaço de reflexão sobre a condição da mulher. As reuniões começaram no final da década de 1970. Exposições, debates e seminários eram as principais atividades. As participantes desse clube convidavam a diferentes mulheres interessadas em discutir o papel da mulher, tanto da Tunísia como de outros países da região do Magreb. As reuniões no Clube Tahar Haddad foram os pilares da Associação e da reflexão feminista na Tunísia. Segundo o que as mulheres relatam no livro *Femmes et République*¹³, o clube debatia temas novos “sem tabus, tais como a consagração da igualdade no Código do Status Pessoal e em todos os domínios que envolvem a família que é o berço do patriarcado, a sexualidade de mulheres e seu direito de dispor de seu corpo” (2008).

Os debates no Clube, que ocorriam com frequência e assiduidade, deram início à criação do jornal *Nissa*, que foi publicado mensalmente e que contou com oito números. Os artigos de

¹³*Femmes et République: Un combat pour l'égalité et la démocratie*, 8, 2008. Publicado pela ATFD. (Tradução minha).

Nissa tratavam dos direitos das mulheres e da importância de se distanciar da UNFT. As edições do jornal foram financiadas pelas próprias feministas do Clube Tahar Haddad. Além disso, as reuniões eram feitas na casa das militantes. Como contam as fundadoras, *Nissa* surgiu em uma época de mobilização e efervescência nos espaços públicos, por isso as publicações eram distribuídas em espaços culturais, universidades e sindicatos.

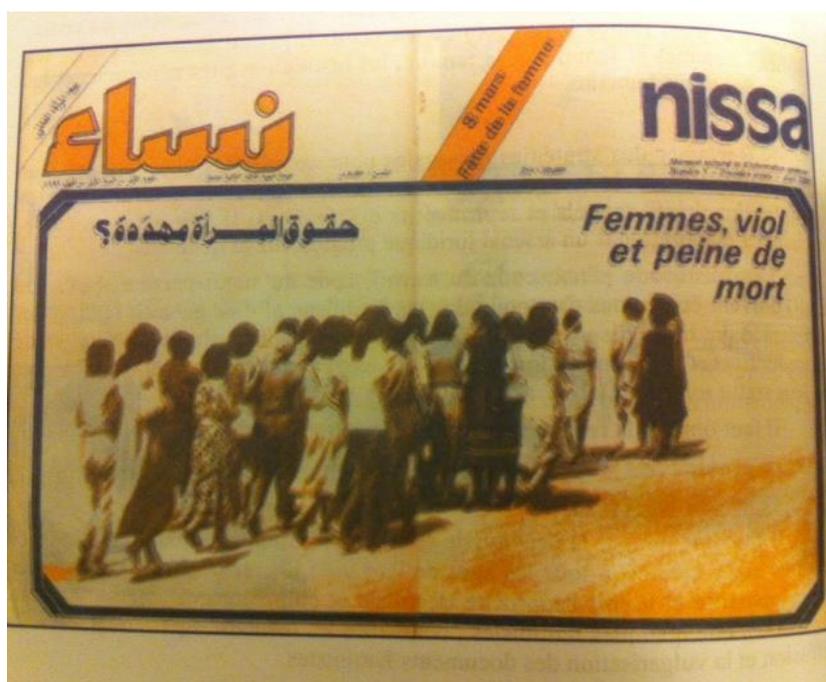


Figura n 2 - Capa de uma edição do Jornal *Nissa*

Devido à diversidade de temas para tratar: laicidade, homossexualidade, véu, entre outros; as militantes deixaram de imprimir o jornal, porque esses assuntos causavam conflito entre elas, pois algumas afirmavam que a questão da laicidade, por exemplo, não devia ser explicitamente abordada, uma vez que o país era predominantemente muçulmano. No entanto, as reuniões no Clube incitaram a criação de um grupo de mulheres que pudesse ter uma atuação efetiva. A ênfase dava-se (e se dá até os dias atuais quando as mulheres falam de como surgiu a ideia de constituir uma associação) em um espaço de reflexão e de atuação que contestasse a UNFT. Todavia, o movimento de mulheres nasceu na Tunísia não apenas contra

as políticas do Estado, mas também contra o islamismo, como relata Soad, uma das fundadoras:

“O movimento de mulheres, nasceu ao mesmo tempo que o movimento islamista, porque o movimento islamista nesse momento começou a falar de poligamia, começou a dizer: ah, o código de estatuto pessoal não é muçulmano. Então nós começamos a debater essas questões: o direito das mulheres, o lugar da mulher no sindicato, nos partidos políticos, as meninas criticavam cada uno a seu modo: o movimento sindical, o movimento de esquerda.... Outras falavam de problemas pessoais como a sexualidade. Os debates que fazíamos iam em todos os sentidos.

Assim, foram elaborados os principais debates estabelecidos em relação ao Estado e ao movimento islamista – além de uma diversidade de questões vinculadas com o contexto dos debates do Clube Tahar Haddad. Para que as reivindicações das mulheres tivessem legitimidade, as participantes do clube pensaram na formação de um movimento estruturado, com uma forma mais institucionalizada, como o de uma associação, uma vez que os movimentos daquela época eram considerados clandestinos.

O formato de uma associação permitiu às mulheres garantir seu trabalho e pôr em prática os seus debates. Contudo, tendo em vista que em 1987 a ditadura de Ben Ali recém começara, para que o movimento de mulheres realizasse suas ações e participasse no espaço político, era necessário obter uma licença de funcionamento junto ao governo, chamada de *visa*. A *visa* é a autorização outorgada pelo governo, até os dias de hoje, para que um movimento possa se institucionalizar.

Os movimentos *sem visa* na Tunísia sempre existiram; conseqüentemente, eram considerados clandestinos, uma vez que atuavam sem a permissão do governo. O caso paradigmático é a do Movimento Islamista¹⁴, que, ao ser duramente combatido pela última ditadura, nunca obteve uma licença de participação do governo. Assim, sob esses parâmetros legais e com uma autorização fornecida pelo governo, a Associação é formada em 1989, entrando de maneira “legítima” na cena política tunisiana. Se, por um lado, a própria estrutura do campo político da Tunísia fazia com a que a forma de uma associação fosse uma das únicas maneiras de

¹⁴O Movimento Islamita sempre esteve presente na política Tunisiana, porém os islamitas foram reprimidos pelo governo de Ben Ali e de Bourguiba. O Movimento Islamita é uma força política importante que se estabeleceu como um partido político depois da revolução de 2011. Durante a ditadura, o movimento ficou na clandestinidade e muitos de seus integrantes foram exilados. Em 2011, o Movimento Islamita constituiu-se no Partido Político *Ennahda*, tendo a maioria de votos nas eleições legislativas de 2011.

atuação política mais eficaz, por outro, do ponto de vista das fundadoras, a forma associação permitiria um reconhecimento desse debate dos direitos femininos e daria a possibilidade de colocar essa questão para ser discutida, com maior força, em outros âmbitos – partidos e sindicatos – também possibilitaria a cooperação com organismos internacionais que financiassem a atuação da Associação.

O movimento de mulheres que se reunia no clube Tahar Haddad obteve, dessa forma, sua *visa* durante o governo de Ben Ali, em 1989. Entretanto, a atitude do governo em dar uma autorização para a constituição de uma associação feminina não foi desinteressada: com a existência de forças políticas contrárias ao governo, Ben Ali tentou favorecer os movimentos que compartilhassem com o mesmo projeto do Estado: fazer da Tunísia como um país *moderno*. Por isso, uma associação que se contrapusesse a uma tendência islamista, acompanharia o projeto de Ben Ali, conforme me contaram as fundadoras:

No ano de 1989 nós formamos o primeiro escritório da associação, nós pedimos uma visa e o presidente Ben Ali, nos deu a visa porque para ele era positivo para lutar contra os islamistas. Então para o presidente era positivo para lutar contra os islamistas, e foi assim que nós tivemos o visa, ainda ele nos deu 50 milhões¹⁵. (Soad)

Nós tivemos a visa no ano 89, porque nesse momento, o movimento islamista começava a se tornar forte e pelo fato de querer moderar os islamistas, acho que esse foi um dos fatores que nos fez ter a permissão de funcionar como associação de mulheres modernas, laicas, etc., (Mme, Dorra)¹⁶

A partir da constituição oficial da ATFD, anos mais tarde, redes foram formadas com outras associações feministas e femininas de outros países. Conforme Leila relata, “os encontros no clube facilitavam a reflexão analítica, mas não a ação política, de modo que, era necessário ter um estatuto legal que permita às mulheres organizar-se e reivindicar direitos”. Essa noção de que a criação da associação permitiria uma ação mais ampla e uma luta no espaço político é um ponto essencial que, conforme as mulheres asseguram, motivou a fundação da Associação. Para as fundadoras, agrupar as feministas em uma associação foi crucial para atuação das mesmas na política local, pois elas seriam reconhecidas como integrantes de uma

¹⁵ Cinquenta mil dinares tunisianos. En 1989 nous avons constitué le premier bureau de l'association, on a demandé une visa et le présidente Ben Ali, nous a donné la visa parce qu'il a vu qu'on n'aime pas les islamistes, alors pour lui s'était positive, pour lutter contre les islamistes, c'est comme ça que nous avons eu la visa et il nous a donné même de l'argent, il nous a donné 50 million

¹⁶ On a eu le visa en 89, parce qu'à ce moment-là, le mouvement islamiste a commencé à devenir un peu fort et pour le fait de modérer les islamistes, je crois que c'était un des facteurs qui a fait pour nous donner le visa aux associations de femmes modernistes, laïques, etc.,

associação, com estatuto legal, e, correlato a isso, a associação poderia atrair financiamento de organismos internacionais e de ONGs que apoiassem projetos com o recorte de gênero.

Os debates no Clube Tahar Haddad culminaram na criação de duas associações: a *Association Tunisienne de Femmes Démocrates* (ATFD) e a *Association des femmes Tunisiennes pour la recherche et le développement* (AFTURD). As fundadoras e integrantes participam dessas duas associações de maneira fluída; são as mesmas militantes: algumas se dedicam mais à AFTURD; outras, mais à ATFD. No entanto, participam das duas associações durante os seminários e eventos. Segundo as próprias, a primeira associação tem um *objetivo político e ativista*; a segunda, dedica-se à pesquisa, à defesa, à formação e ao desenvolvimento de uma metodologia feminista.

A forma associação permitiu, também, a criação de redes com outras associações do Magreb e do Oriente Médio. Desde 1990, a Associação começou a contatar com associações da África do Norte. A primeira rede que se formou foi o *Collectif 95 Maghreb-Égalité*. No Oriente Médio, a Associação faz parte do *Forum des Femmes Arabes AISHA*, da *Réseau Salma contre les violences faites aux femme*; no nível dos países do Mediterrâneo, é membro da *Réseau Euro-méditerranéen des droits de l'Homme (REMDH)*.

A ATDF é uma associação conhecida por quase todos em Túnis, capital da Tunísia; dentro do campo político, ocupa um lugar importante e é uma referência para quem fala de direitos femininos. As pessoas que não pertencem a nenhuma associação sabem da existência da ATDF, seja por sua participação nas questões políticas do país, seja pelo seu trabalho com as mulheres vítimas de violência, ou, ainda, pela difusão de seu trabalho nos meios de comunicação.

1. As Feministas

Para começar a descrever quem são as Feministas da Associação Tunisiana de Mulheres Democratas, farei uma distinção das suas participantes: em um primeiro momento, entre as

fundadoras e as não-fundadoras; em um segundo momento, entre as aderentes e as simpatizantes; por fim, entre as mulheres da Associação que se consideram as precursoras do feminismo tunisiano, e as mulheres de diversas associações e partidos políticos que, do ponto de vista daquelas, focam em uma perspectiva assistencialista, sem trabalhar a ótica feminista.

A diferença entre fundadoras e não-fundadoras é importante como uma categoria que dá, às primeiras, legitimidade por serem *fundadoras* e terem uma trajetória política desde a década de 1970. Embora, na prática, essa distinção não seja explícita, o respeito e o poder de decisão que as fundadoras detêm se revela nos debates de seminários e nas reuniões.

No que diz respeito às diferenças entre as aderentes e as simpatizantes, dentro da Associação, as aderentes precisam fazer uma contribuição mensal (trinta dinares) que serve para a manutenção da ATFD; já as simpatizantes, participam das reuniões e ajudam nas atividades sem precisar realizar nenhuma contribuição econômica. Essa diferença permite classificar a atuação que as mulheres têm na associação, categorizando o envolvimento com o feminismo da associação: as aderentes têm direito de participar nas eleições para a diretoria que se realizam a cada dois anos, podem fazer parte das comissões, organizam atividades de acordo com a comissão a que pertencem e podem se beneficiar de algumas viagens pagas pela Associação¹⁷.

Quase todas as fundadoras são aderentes; no entanto, algumas fundadoras, que já foram aderentes em algum momento, preferem ficar como simpatizantes da Associação por estarem envolvidas com outras atividades ou por participarem mais da AFTURD – enquanto simpatizantes, podem colaborar nas atividades das reuniões. Há também mulheres que não são as fundadoras e foram, em algum momento, aderentes, mas deixaram de sê-lo por alguma incompatibilidade com as práticas da Associação; algumas delas também participam como simpatizantes em algumas atividades da ATFD.

Por último, concernente à distinção entre as mulheres da Associação com relação às de outras associações e secções femininas de partidos políticos. As mulheres da Associação consideram-se as únicas feministas da Tunísia, pois se interessam pelas questões de direitos

¹⁷As viagens são para assistir aos seminários e encontros, geralmente feitos em Túnis, dos quais participam membros da Associação que são de outras secções.

femininos sem serem assistencialistas como as da UNFT. As mulheres da Associação alegam que, diferentemente das de outras associações, difundem os direitos da mulher. Percebi que as militantes, diferenciam suas ações das ações de outras mulheres de outras associações, ressaltando as características do feminismo, o qual não é assistencialista. Esse último traço, é para aquelas, a prática primordial da UNFT.

Não é possível compreender o feminismo da ATFD, nem o modo como as categorias feministas são manejadas por estas mulheres, sem ter-se em conta as trajetórias das fundadoras. Elas sustentam seus argumentos tendo como referência estudos provenientes de diversas áreas de conhecimento. As mulheres da Associação – sobretudo as fundadoras – são oriundas de uma geração que fez o ensino superior em universidades europeias¹⁸, sendo que a maioria provém de famílias de elite e muitas dessas mulheres são grandes intelectuais. Dentre elas se destacam sociólogas, antropólogas, médicas, juristas, professoras, filósofas, entre outras. Trata-se, portanto, de uma associação composta por uma elite intelectual e, em alguns casos, econômica. Além disso, salvo algumas exceções, quase todas fizeram parte, durante a década de 1970, de partidos políticos e sindicatos. Atualmente, a maioria ocupa uma posição privilegiada dentro da academia: muitas são professoras de universidades públicas, reconhecidas juristas, sociólogas, médicas, deputadas eleitas nas últimas eleições, coordenadoras do *bureau femmes* da UGTT, entre outros cargos.

Sobre a distinção entre fundadoras e não-fundadoras, é necessário ressaltar que as primeiras marcaram a trajetória da associação não só por serem as pioneiras do feminismo tunisiano, mas também porque seu envolvimento na questão feminina perdurou durante toda a época da ditadura de Ben Ali. Foram elas que fizeram os primeiros contatos com movimentos feministas de outros países muçulmanos e formaram redes de pesquisa e debates sobre a condição da mulher no Magreb e no Oriente Médio. As fundadoras são respeitadas por todas, e suas opiniões sempre são solicitadas. São elas que, na maioria das vezes, coordenam comissões e tomam parte do *bureau directeur*.

Entre as não-fundadoras estão as feministas mais jovens e algumas contemporâneas das fundadoras que chegaram à Associação por diversos motivos – interesse pela questão feminina, pertencimento a partidos políticos, para exemplificar. As feministas mais novas

¹⁸O governo de Bourguiba priorizou a educação como um projeto da Nação, de modo que grande parte dos estudantes fazia mestrado e doutorado na França, com apoio do Governo.

circulam entre várias comissões e outros movimentos; algumas são líderes estudantis, ou sofreram alguma violência que as levou à Associação. As jovens pertencem à *commission jeunes (comissão de jovens)*, que, por sua vez, é majoritariamente composta por mulheres de todas as regiões do país. Elas são ativas nos debates e participam das reuniões com frequência.

Conforme participava das reuniões, aproximava-me mais de comissões que tinham ocorrência regular. Descobri que na *commission violence et droits sexualles et reproductives (violência, direitos sexuais e reprodutivos)* havia algumas jovens homossexuais, cujo trânsito fora da associação era difícil pela impossibilidade de se declarar abertamente como tal¹⁹. Essas jovens são, na maioria, estudantes universitárias.

A relação entre as feministas mais novas e as fundadoras não é de competição, pois as primeiras admiram muito as segundas e desejam “seguir seus passos”. Em muitas reuniões, no entanto, pouco é debatido sobre interesse que as jovens têm para se integrar na Associação, isso por que, conforme as próprias, depois da revolução, surgiram novas associações que agrupam jovens de diferentes maneiras. Paradoxalmente, em muitas reuniões, as mulheres da associação me comentavam que se tornar membro da Associação era muito difícil, pois a exigência para ser uma aderente era grande e não era qualquer uma que poderia participar da Associação. Da mesma forma, as jovens feministas demonstram serem privilegiadas de pertencer à ATFD e terem sido aceitas como aderentes.

Na primeira reunião que assisti sobre o processo eleitoral e o trabalho da Associação – logo que cheguei à Tunísia –, à qual compareceram quase todas as aderentes da ATFD, a presidenta Saida Rached comentou-me que a associação era cuidadosa na eleição de suas aderentes. Esse foi também o comentário de algumas jovens com as quais falei a respeito deste assunto. Elas me diziam com orgulho que não é qualquer pessoa que pode entrar na ATFD e que elas tinham sido rigorosamente selecionadas para tornarem-se aderentes.

Para começar a participar na Associação, de acordo com o que me foi relatado, a pessoa tem que se interessar por uma comissão e justificar tal interesse; falar com algumas das mulheres da comissão que possam apresentá-la ao resto do grupo; somente depois de muitas tentativas,

¹⁹Na Tunísia, não existe um debate sobre os direitos sexuais e de gênero no espaço público. A Tunísia adotou a convenção da CEDAW (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher) com algumas reservas, entre elas está a questão da homossexualidade.

a comissão pode permitir sua participação. Quando a comissão aceita a nova integrante, ela deve assistir a todas as reuniões, mostrar interesse no tema e acrescentar ideias para o debate. Ela deve mostrar assiduidade e participar ativamente. “Não pode vir um dia e no outro não”, conforme assinalaram.

Referente às aderentes não-fundadoras, contemporâneas das fundadoras, uma relação de legitimação e contestação é estabelecida: por um lado, as aderentes não-fundadoras infundem respeito à trajetória das fundadoras; por outro, contestam algumas práticas de privilégio para quem esteve “desde o início”, como a concentração de recursos e a tomada de algumas decisões – uma vez que a palavra das fundadoras teria mais peso. Em uma ocasião, em que um especialista em relações públicas foi convidado para ministrar um seminário sobre gerência das relações interpessoais na Associação, uma das aderentes não-fundadoras questionou o desnível que há na tomada de decisões e na autoridade que demonstram as fundadoras.

Ainda, a tensão entre as fundadoras e não-fundadoras manifesta-se com relação às categorizações de como uma mulher deveria de ser. As divergências dão-se sobre um ponto crucial: o uso do véu²⁰. Para a maioria das fundadoras, o uso do véu por parte das mulheres é uma carência de consciência com relação ao seu corpo: “o uso do véu não é o Islã, é o patriarcado”, disseram-me. No estatuto da Associação, um dos pontos sugere que, para ser aderente, uma condição essencial é que as mulheres não usem o véu. Isso não significa que todas as aderentes sejam ateias, ou contra o Islã, mas o que asseguram é que a religião deveria ficar no domínio do privado.

Não obstante, essa posição com relação a uso do véu é questionada por algumas simpatizantes que já foram aderentes e saíram da associação por não estarem de acordo com posições mais “extremas”, como essa. As opiniões com relação ao uso do véu se justapõem: de um lado, argumenta-se que o uso não estaria de acordo com a consciência da mulher com relação ao do

²⁰Como farei referência nos próximos capítulos, as políticas de governo de Bourguiba e de Ben Ali se basearam na repressão aos islamitas. As mulheres que usaram véu até antes da revolução eram discriminadas, sobretudo, se estavam em idade escolar. Após a revolução e com a volta dos militantes islamitas e a constituição desse movimento em um partido, a visibilidade das mulheres com véu, as mulheres usando *niqab* e as escolas corânicas reconfiguraram a paisagem urbana. Não obstante, sempre que me referia às mulheres que usavam véu, às do *niqab* e ao partido *Ennahda*, amigos e conhecidos manifestavam-se dizendo que *isso não era a Tunísia*, chegando a expressar surpresa com minha vontade de saber a respeito, pois na “*Tunísia isso nunca existira*”. Perguntavam-me: “*por que eu buscava conhecer algo que não era a Tunísia?* ” Eu precisei ser muito discreta para falar dos islamitas e de *Ennahda*.

seu próprio corpo; do outro, diziam-me que, em um país como a Tunísia, não poderia haver interdição do uso do véu, posto que o seu uso não estaria relacionado como uma postura a favor dos direitos femininos. Embora o discurso mais disseminado seja, ainda que implicitamente, a rejeição ao uso do véu para ser aderente da Associação, as opiniões das mulheres no que tange a esse tema são divergentes. Da mesma forma, o fato de ser muçulmana e feminista ao mesmo tempo é uma questão polêmica, pois, para algumas integrantes da Associação, é contraditório, visto que o patriarcado que é inerente à religião não permite um movimento em direção ao feminismo.

Já para outras aderentes, é possível ser feminista e muçulmana ao mesmo tempo, desde que a religião fique no espaço privado e não tenha interferência nos assuntos públicos. Essa é uma das visões dominantes dentro da Associação. Como outros feminismos, o feminismo da ATFD se diz laico dando ênfase à separação do Estado e da Religião (ponto que retomarei mais adiante). Uma das críticas mais fortes à ATFD reside no fato de o feminismo da Associação ser considerado como parte de uma tendência *laica muito ocidentalizante*, não estando de acordo com a composição do país.

“Normalmente eu defendo essa posição, por exemplo, uma mulher que usa o véu pode integrar a associação, porque se falamos de submissão, por exemplo, retrógrada... De todo modo, eu acho que alguém muito grudada na moda, é uma forma de sujeição também. Nós estamos sempre sujeitas a uma coisa ou a outra. Nós estamos em um contexto, onde ser contra, onde está a vontade pessoal. Eu não acho que ela exista fora de um pertencimento a um grupo religioso, ou símbolo religioso. Houve o debate, **mas o problema é que as *voilés*²¹são ligadas a um grupo político que é *Ennahda***, então é muito complicado de ter tal iniciativa... É lamentável como sujeito, que nós países do oriente, por exemplo... Nós, geralmente, vemos que uma mulher interessada na política, ou nas atividades da sociedade civil, geralmente, ela é vista como fundamentalista”. (Militante da ATFD, grifos e tradução minha).

O feminismo da ATFD não aceita como aderentes a mulheres que usam o véu, não apenas porque se autodenominam como uma associação laica, mas também porque, segundo as militantes, o véu demonstra o patriarcado²². Com frequência as militantes me diziam que o uso do véu não era característico da Tunísia e que seu uso, expandido nos últimos anos, depois da revolução seria oposto ao progresso que o país havia tido em termos de direitos

²¹Mulheres que usam o véu no Islã.

²² Este é associado à proposta do Partido *Ennahda*, e conseqüentemente, às suas simpatizantes.

femininos.²³ As categorias que são utilizadas na Associação tais como laicidade e fundamentalismo fazem parte de subjetividades que estão ligadas a todo um projeto *modernizante* que se passou na Tunísia.

Embora a Associação faça parte de redes de feminismos árabes – onde existe o predomínio de feministas muçulmanas – tais como as que analisam Sabah Mahmood (2004) e Lila Abu Lughod (1998), suas integrantes enfatizam que se trata de um feminismo diferente: laico, sem interferência nas redes internacionais entre associações de países árabes, nas quais elas estão inseridas, pois estas são redes de debates e propostas para a obtenção de direitos femininos. O feminismo laico da ATFD foi desenvolvido em um contexto de rejeição, por parte do Estado, aos grupos islamistas, e poderia ser dito que, tanto as concepções de igualdade quanto as do próprio feminismo na Tunísia estão matizadas pelas categorias estatais. O que não quer dizer que o feminismo da ATFD não tenha contestado essas mesmas categorias. A Associação é heterogênea, com feministas de diferentes trajetórias e engajadas de formas diversas. Embora processos de homogeneização ocorram para categorizar de um certo modo o feminismo e o que seriam os direitos femininos, as divergências nas concepções de categorias de igualdade e de laicidade revelam a existência de um grupo que concebe o feminismo não como algo dado, mas que está relacionado a um contexto sociopolítico específico.

Por fim, as mulheres da Associação relacionam-se com mulheres de outros grupos políticos e de outras associações. Com estas realizam parcerias, seminários, organizam eventos que abordam a vida política da Tunísia como um todo. Não obstante, as feministas não fazem parcerias nem acordos com todas as associações presentes na Tunísia. As associações islamistas, as escolas corânicas e o Partido *Ennahda* estão excluídos de seus eventos. A ATFD está sempre em contato com secções femininas de grupos maiores, como os da UGTT e dos partidos políticos, assim como com outras associações, que, de diferentes modos, realizam debates e promovem os *direitos e a participação da mulher*.

As secções femininas dos partidos políticos que fizeram parte do Frente Popular – uma coalizão para as eleições de partidos de esquerda – são parceiras da ATFD. Reúnem-se com

23 A noção de que a Tunísia teve políticas de Estado modernas e que o fundamentalismo que chegou após as eleições, com a volta de muitos islamitas do exílio, iria de encontro à modernização, isso não é só uma ideia expandida na Associação, partidos políticos de esquerda e direita, mas na Tunísia de modo geral.

frequência para grandes eventos, como a festa das mulheres²⁴, júzos em defesa das mulheres, etc. Mas o que, segundo elas, diferencia a prática da ATFD das outras associações é a visão feminista que não promove o assistencialismo. O feminismo da ATFD, então, coloca-se como um saber que poderia permitir a saída de uma condição de sujeição para um estado de reflexão, o que se adquire quando a mulher se torna ciente de seus direitos e pode ter a capacidade de modificar uma situação de injustiça.

As feministas da ATFD enfatizam este ponto ao se referir às ações de *assistencialismo* que a UNFT realiza. Esta associação, segundo o que asseveram as feministas, não teria a capacidade de encorajar às mulheres a saírem de uma situação de violência conjugal, por exemplo, ao passo que a ATFD daria inúmeras possibilidades para que as mulheres possam mudar tal situação. Contudo, a pesar das orientações de cada associação, há momentos em que se unem para resolver algum problema. Numa ocasião, conversando com Emma e Baktha, na sala de reuniões da associação, Emma contava o caso de uma mulher que havia acudido no Centro de Escuta, pois era vítima de violência doméstica.

- Emma: Ela saiu de casa com o seu filho e a gente está coordenando com a UNFT para ela ficar ali...

- Eu: E não pode ir na associação Beity?

- Emma: Foi de ali que vai passar para a UNFT

- Eu: Não pode ficar mais tempo em Beity?

- Emma: Não, porque Beity recebe mulheres sem moradia, de forma temporária. E agora ela (a mulher) vai para a UNFT porque lá pode ficar mais tempo...

- Eu: pode voltar para sua casa?

- Emma: Se ela quiser pode. Nós damos o suporte legal e psicológico, ela sabe como agir.... Ela escolhe.

Dessa forma, as ações das militantes parecem definir seu feminismo como um modo de ter consciência de que a normalidade em que a situação da mulher é colocada é parte de

²⁴Na Tunísia, a festa das mulheres se comemora em 13 de agosto, quando se promulgou, em 1956, o Código de Estatuto Pessoal que declarou *leis revolucionárias* no que diz respeito à condição feminina na Tunísia.

estruturas que obedecem ao *patriarcado*. Isso se põe em evidência nos programas de combate à violência contra a mulher coordenados pela ATFD.

Ainda, as mulheres da ATFD distinguem-se das *secções femininas* dos partidos políticos, pois a estrutura partidária não permite, como elas sugere, a mesma mobilização que uma associação feminista, sendo que muitas consideram os partidos como espaços em que a desigualdade da mulher se faz presente. Não obstante, muitas feministas fazem parte desses partidos, são militantes e sua trajetória nos partidos de esquerda está ligada à constituição da Associação, tanto das fundadoras como das aderentes não-fundadoras. Não era raro me deparar com algumas militantes feministas nas campanhas do *Front Populaire (Frente Popular)*, assim como também algumas das militantes das secções femininas do *Front Populaire* participavam de várias atividades da ATFD.

Com frequência, as organizações e associações convidam os membros da ATFD para suas reuniões onde se debatem diversos assuntos relativos às mulheres. As atividades de 2014, contudo, centraram-se sobre as eleições. Houve inúmeros movimentos que agruparam muitas das associações femininas para discutir e fazer atividades concernentes à transição política da Tunísia, visando o processo para uma democracia que se instauraria com a realização de eleições presidenciais pela primeira vez no país desde sua independência²⁵.

O campo da atuação *militante* das mulheres da Associação não se dá exclusivamente na ATFD. Há um complexo fluído de associações nas quais elas circulam, ora como militantes, ora como simpatizantes, ou ocupando algum cargo, ou mesmo como presidentas²⁶. O modo de se agrupar entre partidos e associações estabelece um espaço preponderante de atividade política, de formas de inclusão e exclusão de ações e práticas que estariam a favor da defesa dos direitos humanos e, conseqüentemente, dos direitos das mulheres. Contudo, esses agrupamentos feitos entre partidos e associações não significam que os mesmos se façam exclusivamente em oposição a algum grupo, (no caso *Ennahda*), mas sim porque partidos e associações compartilham os mesmos objetivos.²⁷

²⁵As primeiras eleições diretas ocorreram em 2011, meses após a revolução. Tratava-se de eleições legislativas, com o presidente eleito pela Assembleia Legislativa.

²⁶Uma das mais renomeadas juristas da Tunísia, Sana Ben Achour, é uma das fundadoras da ATFD e é presidenta e fundadora da associação Bety, cujo objetivo é o auxílio para as mulheres sem moradia.

²⁷Neste ponto, o principal agrupamento que acompanhei foi a *Coalition de la société civil* formada por doze associações. (Abordarei este ponto no próximo capítulo).

A associação tunisiana de mulheres democratas não tem o objetivo de divulgar um pensamento feminista, nem o de conseguir adeptas por todo o país. Como elas se definem, é uma associação que reflexiona e atua sobre a condição da mulher na Tunísia e sobre as mudanças que o Estado deveria fazer em termos de leis para a proteção das mulheres, analisando e apontando as limitações da legislação existente. As reuniões, os eventos e os seminários – com exceção de grandes articulações (eleições e o dia das festas das mulheres) – são fechados para as membras da ATFD; apesar dos eventos serem divulgados na sua página *web*, somente as militantes participam. Embora existam deslocamentos de atividades para bairros populares, o objetivo não é de propagação do feminismo, nem de conseguir adeptas. Em um evento, abordou-se a discussão dos direitos femininos na nova Constituição de 2011 em um bairro de classe popular de Túnis; em outro, realizou-se a apresentação de atividades artísticas (dança, teatro, música) para as crianças e jovens, no centro da cidade.

Com esses eventos a Associação buscava uma aproximação de setores desfavorecidos da população que não participam de associações da mesma forma que a classe média e intelectual do país. De fato, o primeiro encontro que assisti, cinco dias após minha chegada ao país, foi o seminário sobre os direitos femininos e as ambiguidades que apresenta a Constituição de 2011, várias dinâmicas foram instauradas para o debate, mas não se falou em feminismo. Ao encontro assistiram as integrantes da ATFD e muitas mulheres do bairro em que o evento se sucedeu.

Dessa maneira, à parte dos eventos que elas realizam nos bairros populares, as reuniões da ATFD são frequentadas somente por suas integrantes. Assim, é o trabalho da ATFD que é divulgado por meio de publicações e debates – e não o feminismo que é propagado, apesar de os trabalhos que elas realizam serem de motivações feministas. Suas atividades nos bairros populares, se referem à *sensibilização da condição da mulher na Tunísia*.

2. Ser feminista

As mulheres da Associação definem-se como feministas por estarem preocupadas com os direitos femininos e as violências que são cometidas contra mulheres cotidianamente em todos os âmbitos sociais. Assinalam que a preocupação feminista é universal, não se diferenciando de país para país, porque as desigualdades que sofrem as mulheres são as mesmas por toda parte. Essa noção do feminismo como universal opera com categorias que estão ligadas a todo o processo político desde a independência. Desse modo, categorias como as de cidadania, laicidade, democracia e *sociedade civil* são elaboradas. Essas categorias dão sentido às ações da Associação e sustento à elaboração do seu feminismo, e também estão em diálogo com o “feminismo de Estado”, desenvolvido nos dois governos, de Bourguiba e de Ben Ali.

Cidadania, laicidade, democracia e *sociedade civil* foram pensadas para contestar o que os dois governos e seus feminismos de Estado não possibilitaram desenvolver, tendo em vista seu projeto *modernizante*. Com a transição política, estas categorias adquirem outro sentido, e novas subjetividades são postas em jogo com a pluralidade de associações que surgiram e a presença de islamistas na política do país.

O “ser feminista” na ATFD não é uma definição homogênea; os discursos de suas militantes variam conforme a própria trajetória de cada uma delas. De modo geral, elas acentuam que a democracia é essencial para os direitos femininos e que a luta por acabar com a desigualdade sofrida pelas mulheres é uma ação contaste da Associação. Para as militantes, há uma pluralidade de concepções sobre o feminismo, mas todas convergem em um ponto: o feminismo da ATFD é a *busca pela igualdade, e essa igualdade só se faz possível em uma democracia*.

No que concerne àquelas mulheres que participavam dos partidos ou do sindicato, o fato de terem vivenciado a *desigualdade* dentro dessas instituições fê-las refletir sobre a ação das mulheres e a luta que devem empreender contra essa situação. Conforme afirmam, *as estruturas patriarcais do sindicato e dos partidos não permitiam que elas fizessem parte da direção dessas instituições*, o que fez com que as militantes se questionassem sobre o acionar feminino e os direitos das mulheres. Já para as que não pertenciam a nenhum agrupamento político, o que as impulsionou a fazer parte de um movimento de mulheres foi compreender

que determinados estereótipos sociais não são naturais, mas sim correlatos de uma visão patriarcal da sociedade. A seguir, transcrevo o relato de algumas fundadoras sobre sua trajetória e interesse no feminismo.

Desde muito jovem eu me dei conta das desigualdades entre homens e mulheres e também num grupo trotskista clandestino, esse grupo pelo fato de ser internacional, precisava de um grupo autônomo de mulheres. No clube Tahar Haddad esta ideia se desenvolveu e emergiu o movimento feminista que tinha muita dificuldade ao início, porque dentro do partido, do sindicato e grupos de esquerda, nos diziam: por que querem dividir a classe... (Saïda, presidenta da associação 2014-2016).

Em 1973 eu estava no sindicato, eu era sindicalista. Eu fui a primeira mulher no sindicato Nacional do Ensino Superior e da Pesquisa Científica da história da Tunísia. Eu era primeira, fui secretaria geral adjunta e eu me ocupava da pesquisa, eu estive no Ministério e na pesquisa, tudo o que tinha que ver com a pesquisa para as mulheres, nessa época não dizíamos gênero e quando eu estava nesse escritório eu comecei a trabalhar com o clube Tahar Haddad, do Sindicato Nacional do Ensino Superior, nós criamos na UGTT a comissão das mulheres, onde eu fui a presidenta. Entre 80 e 95 eu estava no Sindicato do Ensino superior e na Comissão de mulheres da UGTT. Eu comecei pela pesquisa, depois o sindicalismo, depois eu me tornei feminista. (Mme. Dorra, fundadora da ATFD)

O movimento de mulheres quando ele foi criado, cada mulher vinha por uma razão, então havia meninas que viram porque estavam decepcionadas do movimento sindical, porque os sindicalistas são muito machistas, além disso, até agora, apesar de que a metade das mulheres são do sindicato, na chefia do sindicato não há nenhuma mulher, isso quer dizer que os homens são muito machistas... Bom, havia meninas que viram dos partidos políticos, de partidos políticos de esquerda, porque os homens creem que a mulher está ali para preparar café, fazer os papeis, mas quando falamos da chefia, nenhuma mulher. Eu, não vim pelo sindicato, nem por um movimento político, eu vim porque uma razão pessoal: eu tinha me divorciado com 28 anos e eu encontrei muita dificuldade como mulher divorciada, então eu encontrei o movimento feminista para entender por que a sociedade não aceita a uma mulher divorciada e pouco a pouco, eu me impliquei no movimento feminista. (Soad, fundadora da ATFD)²⁸

Nesse sentido, a partir dos relatos das feministas, pode-se evidenciar um momento de ruptura com uma determinada situação, seja no partido, seja na vida pessoal que leva a contestar o estabelecido, e motivam a configuração de novas noções e categorias que questionem comportamentos e normas sociais. O debate fica centrado na crítica a essas normas com o

²⁸ Le mouvement féministe quand il s'est créé, chaque femme étais venue pour une raison, alors il y a des filles que sont venue parce qu'ils sont déçue par le mouvement syndicale, parce que les syndicalistes sont trop machos, d'ailleurs, jusqu'à au présent bien que la moitié des femmes soient syndiqués, au bureau de syndicat il n'y aucune femme, ça veut dire que les hommes sont machistes et misogynne, bon. Il y a des filles que sont venues des partis politiques, des partis politiques de gauche, parce que aussi les hommes, ils croient que les femmes s'est fait pour préparer le café, faire les papiers, mais pour la direction pas des femmes. Moi, non, je ne suis pas venue ni à cause du syndicat parce que je n'étais pas syndique, ni du mouvement politique parce que je n'étais pas de tout, de tout, politisé, mais c'est une raison purement personnel, parce que je divorce, je divorce a l'âge de 28 ans et j'ai rencontré beaucoup de difficulté en tant que femme divorce, donc je rejoindre le mouvement féministe pour comprendre pourquoi la société n'accepte pas les femmes divorce et petit à petit, je me suis impliqué dans le mouvement féministe.

objetivo de mudá-las. Segundo o que pude perceber durante o meu trabalho de campo, e consoante as feministas afirmam, as categorias que dão sustento às ações do feminismo estão ligadas entre si, uma é concomitante à outra. Porém, essas categorias, que estão por sua vez ligadas às categorias estatais que se querem *modernas*, operam com a exclusão de outros grupos, como o movimento islamista.

No que tange à cidadania, a categoria é tida em correlação com os direitos: uma pessoa que tem direitos pode exercer sua cidadania. Além disso, cidadania é vista como algo primordial aos direitos humanos, como, então, a mulher pode ter negada essa cidadania? Dar direitos igualitários constituiria alguém como cidadão, disseram-me. Então, cidadania também é pensada como igualdade (Da Silva, 2007). Para as feministas, as mulheres devem estar em busca dessa cidadania, ser consciente de seus direitos, reivindicá-los e obter seu *status* de cidadã frente à dominação masculina dos espaços. A categoria também foi pensada em uma época de ditadura, que a mobilização social era limitada, e a ditadura não poderia garantir completamente a cidadania.

Porém, não só cidadania foi pensada em decorrência da falta de mobilização durante o governo de Ben Ali, mas também para opor-se ao movimento islamista, que, segundo as feministas da ATFD, ameaçava seus direitos e, portanto, a própria cidadania. Daí decorre a outra categoria: laicidade. O debate sobre a laicidade de um Estado não é uma novidade nos estudos das Ciências Sociais, tampouco a busca da laicidade por grupos feministas. Esta categoria na ATFD não tem uma opinião unânime, posto que, desde o início da Associação, no Clube de debates Tahar Haddad, várias mulheres que se posicionaram contrárias a esse tema e deixaram a Associação. As discussões sobre esse assunto fazem-se muito mais complexo se levado ao espaço público e se a laicidade é reivindicada. De modo geral, as mulheres da ATFD são vistas como sendo *contra a religião*, mas elas asseveram que são contra as intervenções religiosas nas leis. Além disso, quando são acusadas de estarem contra o Islã; elas reafirmam que não são contra o Islã, pois essa religião faz parte da cultura do país e, portanto, não poderiam se opor a ele.

Contudo, o debate pela laicidade é uma fissura dentro da Associação; a laicidade não é reivindicada em público. Nos protestos; fala-se do assunto nas reuniões fechadas da ATFD e nas publicações. Os discursos de algumas feministas são a favor da laicidade, outras

militantes preferem falar em não interferência nos assuntos religiosos. Contudo, há algumas aderentes que são praticantes do Islã²⁹, bem como algumas trabalhadoras da Associação. Elas realizavam as práticas do Islã, como o Ramadã³⁰, sem que tais práticas interferissem nas relações como o resto do grupo, ou no seu trabalho dentro da Associação.

Além disso, muitas mulheres da Associação que fazem parte dos partidos de esquerda e, por consequência, da coalizão do Frente Popular para as eleições; integraram a coalizão junto com a secção feminina do partido “*Mouvement Baath*”, cuja ideologia apela à integração de nações árabo-muçulmanas, e suas partidárias femininas, na sua maioria, são muçulmanas praticantes e usam o véu.

A ATFD se define como um movimento de mulheres laico, mas essa laicidade não tem muitas ressonâncias quando se trata das suas membras simpatizarem com algum coletivo, como no caso da coalizão do Frente Popular; tampouco encontra ecos na própria prática da Associação. As mulheres que frequentam o COEFVV são de diversas condições, desde muçulmanas até estrangeiras; e o trabalho é centrado na escuta solidária e na assistência jurídica e psicológica (abordarei adiante).

Para a Associação, cidadania e laicidade são os referentes universais que conformam os princípios da ATFD. Segundo as militantes, a aquisição da cidadania dar-se-ia com a igualdade de direitos, sem interferência religiosa. A democracia, do ponto de vista das militantes, garantiria a igualdade de direitos. A ATFD definiu-se como democrata em 1989, quando estavam sob um regime ditatorial. Pensou-se nessa categoria por oposição à ditadura e à hierarquia de partidos e do sindicato. Democracia, então, fazia referência ao que o governo não era, e à pouca participação das mulheres nessas instituições; daí surge a concepção de que a democracia irá levar à igualdade de direitos femininos. As próprias tunisianas definem sua associação como democrata, pela forma em que funciona a associação e pela igualdade de direitos que elas perseguem.

A Tunísia nunca teve um regime democrático e tem passado por uma transição política, configurando um panorama político que infligiu tensão às forças: correntes de esquerda,

²⁹ Como já relatei no texto, a Associação não aceita mulheres que usam o véu. É necessário esclarecer que nem toda a muçulmana praticante usa o véu (é uma opção e pode ser usado em qualquer momento da vida). Existem muçulmanas praticantes sem véu. Também me aproximei de um grupo de mulheres homossexuais que eram praticantes da religião, observando todas as práticas do Islã.

³⁰ O ramadã é um período de jejum para os muçulmanos, o qual acontece no noveno mês do calendário lunar.

islamistas e direita já existentes anteriormente – embora reprimidas – em um novo cenário de eleições presidenciais e legislativas. Nessa conjuntura de transição, as tensões políticas acirraram-se entre essas forças, colocando as categorias, como democracia e política, em um emaranhado de acusações sobre qual seria a força mais comprometida com a Democracia. Nesse contexto de pós-revolução, retorno de elites políticas exiladas e legalidade do Movimento Islamista, a Associação se inclinou pelas forças contrárias ao *Ennahda*. As feministas da Associação agruparam-se de acordo à trajetória política de cada uma e transitaram entre as coalizões de partidos de esquerda, algumas, de partidos de direita.

A Associação não incitou seus membros a votar em algum partido. Não houve nenhuma reunião na qual se sugerisse às militantes votar em algum candidato. As escolhas de cada uma basearam-se na sua própria experiência política, com inclinação para qualquer das forças mais pujantes: *Nidaa Tounis* e Frente Popular, que são opostas ao Partido *Ennahda*, o qual foi visto como menos comprometido com a *modernização* do país por ser declaradamente religioso.

Assim, dentro da Associação, as tensões que emergiram em torno da transição política, sobre se haveria ou não um processo que tornasse viável a democracia, fizeram com que as aderentes que são militantes de partidos ou sindicatos se associassem a certos partidos e não a outros. Tendo em vista a falta de certeza de onde levaria esse processo de transição, as militantes se aproximaram de ideais que promoveram à democracia como o único caminho a seguir visando a igualdade de direitos.

Com relação ao conceito de *sociedade civil*, os modos como foi concebida esta categoria mudam de acordo com o contexto histórico e em consonância com os agentes que estão implicados no processo de definição da mesma. Desse modo, para a compreensão de como a categoria foi tratada, eu faço uma distinção de duas fases: a autoritária (1956-2011) e a pós-revolucionária (2011 até o presente). Com relação à primeira fase, desde Bourguiba a Ben Ali, houve a repressão a grupos islamistas e a opositores do governo. Não obstante, a atividade política que tinha visibilidade em oposição ao regime deu-se por parte da UGTT, de partidos políticos e de outros movimentos – isto porque foi desenvolvida em meios urbanos e não em regiões interioranas.

A ação contestatória que vários grupos manifestaram ao regime de Ben Ali no meio urbano se configurou como o que se denominou de *sociedade civil*. A Associação se define como parte

da *societade civil*, pois é contrária à política estatal para as mulheres. Durante a época de Ben Ali, a Associação considerava-se dentro dos três coletivos que faziam parte da *societade civil*, a saber: a *Ligue Tunisienne de Droits de l'Homme*, *Ammistie International* e a ATFD. Essa categoria serviu para separar suas ações do governo e se distanciar da UNFT, dando ênfase à sua qualidade de *femmes autonomes (mulheres autônomas)*.

Nós éramos um grupo informal de reflexões. Em seguida, a ideia surgiu... por que não uma associação. Ben Ali tinha prometido uma democratização e ele autorizou algumas associações como associações autônomas. Une associação no governamental, porque todas as associações estavam tomadas pelo poder, além disso, haviam duas associações a LTDH e Anistia Internacional³¹

Essa categoria opera também como forma de excluir e de incluir, posto que o Movimento Islamista, que se opunha ao regime e foi duramente reprimido, não fazia parte dessa categorização definida pela ATFD. Como assinala Geisser (2012), as expressões de desacordo ao sistema de Ben Ali não se deram somente por parte dos opositores de partidos políticos ou de ONGs, mas também nos setores periféricos do país. Todos estes protestos revelavam a desestabilização do regime.

Os movimentos sociais que surgiram na Tunísia desde a década de sessenta eram diversamente ramificados e foram duramente reprimidos – mesmo os partidos de esquerda institucionalizados não escaparam do autoritarismo. Segundo os relatos de campo, pode-se dizer que os movimentos sociais, para terem uma participação legítima no campo político, foram capturados pelo Estado, tendo que assumir uma forma associativa, hierárquica e institucionalizada. Além disso, na Tunísia se considera movimentos sociais as associações que estão espalhadas por todo o país, as quais tem na sua maioria apoio de ONGs, ou recebem um estipêndio mensal do Estado.

Sob esse modelo de associação, os movimentos ganharam maior atuação política – em comparação a suas atuações na forma movimento. Esse processo de captura operou com a inserção de alguns movimentos na legalidade política e a exclusão de outros, deixando estes na clandestinidade, marcados de estereótipos, os quais repercutem na vida política desses

³¹ On était un groupe informel de réflexions. En suit l'idée a surgi, on s'est dit, pourquoi une association non gouvernementale, mais là, toutes les assotions étaient sur le prise du pouvoir, a part de ses deux association, les nôtres, il y avait la LTDH, Amnistie International, ça c'est compte dans le doigt de la main des associations qui dit nous ne dépendons pas du gouvernement.

movimentos até a atualidade. Para que os movimentos se constituíssem como uma associação, era necessário fazer um pedido de *visa* ao Estado. Ter a *visa* significava passar da clandestinidade à legalidade – e a forma associação foi o único modo de empreender uma luta legal.

Como já referi acima, Ben Ali não outorgou a *visa* para a legalização do Movimento Islamista, deixando-os na clandestinidade e sufocando todas as suas forças. Na Associação, não se fala muito da repressão aos islamistas; fala-se da repressão em geral, de homens e mulheres que foram torturados. Com a revolução e a queda do regime de Ben Ali, inúmeras associações apareceram e conformaram o que se denomina de *societade civil*: associações de caridade, de mulheres, de direitos humanos, *etc*, essas, em alguns casos, recebiam aportes econômicos do Estado. Como disseram certas jovens que iniciavam a formação de uma associação pelos direitos reprodutivos e sexuais: *o governo dava uma pequena quantidade para a criação de uma associação*.

Semia, feminista, trabalhadora da ATFD e encarregada do *bureau administratif* (administração), que coordena os projetos da Associação pagos por seus parceiros – como *Oxfam, Onu femmes, Réseaux euro-méditerranéen de droit de l'homme, Sweden cooperation, etc.* –, relatou-me que o surgimento das associações no pós-revolução tornou difícil os financiamentos de projetos, uma vez que as agências financiam diversas associações desde 2011.

3. – Dinâmicas e Funcionamento da ATFD

Desde seus primórdios, a associação tunisiana de mulheres democratas organizou-se de forma institucionalizada, com uma estrutura hierarquizada que é composta por um *comité directeur* instituído por uma Presidenta, uma secretária geral, uma tesoureira e uma responsável por cada departamento: de relações exteriores, de informações, de trabalho, da área de saúde e da violência às mulheres, de questões jurídicas, da área de Educação e Cultura e do *club jeunes*. Esse *comité directeur* é eleito a cada dois anos por meio de eleições nas quais votam as aderentes. Com esse objetivo, um encontro geral da Associação é marcado, nomes são propostos e estes vão para a votação. Essa eleição define o novo comitê diretivo que coordena todas as ações da Associação nas diferentes regiões do país.

Após a revolução, a Associação pôde se expandir para as outras grandes cidades da Tunísia onde já tinha adeptas, como em Sousse, Sfax, Kairouan e Bizert. Lá se construíram o que se chama de *sections*; cada cidade faz parte de uma *section* da ATFD. No Encontro Nacional também são eleitas as integrantes dos comités diretivos de cada secção. Todas estas secções são dependentes financeiramente da central de Túnis, que, através dos projetos que elabora, consegue financiamentos, os quais, por sua vez, são repartidos entre cada secção conforme os projetos que cada uma dessas desenvolve

Todavia, as secções são autônomas para organizar seminários e atividades. Dos seminários organizados pela secção Túnis, todas as aderentes de outras secções participam. Passagens e hospedagens são pagas pela ATFD por meio dos fundos que são arrecadados pelos projetos. Cada seção é encarregada de fazer seminários e debates, aos quais todas as aderentes deveriam assistir; também se fazem reuniões em conjunto com as outras secções do país. Existem temas fundamentais que implicam a participação de aderentes de todas as secções e de todas as comissões, como os eventos da festa da mulher, os seminários internacionais – em que há o encontro com outras feministas – e os seminários realizados para discutir o contexto político – como no caso das eleições.

Além do *bureau directeur*, existem as comissões que são encarregadas de analisar e resolver problemas relacionados à mulher, para tanto devem elaborar programas com esse objetivo. Também se realiza a análise de conjunturas atuais. As comissões são as seguintes:

- *Commission information et communication.*
- *Commission de lutte contre les violences faites aux femmes*
- *Commission des Affaires Juridiques*
- *Commission Travail*
- *Commission Education et Culture qui coordonne le Club Jeunes*
- *Commission Femmes et Politiques*

Essas comissões são permanentes e há financiamento para cada uma delas. Existem também as comissões *ad hoc*, como as aderentes as denominam, que surgem em um determinado contexto para promover debates e a realização de um relatório que o examine, como a Comissão Eleições, que foi formada em 2016 exclusivamente com a finalidade de

acompanhar o processo eleitoral e a transição política do período. Cada comissão tem uma coordenadora, e as aderentes participam de uma ou mais comissões segundo sua disponibilidade de tempo e interesse. As comissões podem organizar reuniões de periodicidade semanal, quinzenal e mensal, dependendo dos assuntos a serem discutidos.

As ações da ATFD são realizadas através de três tipos de colaboradores: as *adhérentes*, as permanentes e os contratados. As aderentes são todas militantes feministas, fundadoras ou não, são mulheres de todas as idades. Elas trabalham como *bénévoles (de forma benevolente)* dentro da Associação. As militantes que fazem parte das comissões estão implicadas nos trabalhos dessas e nos seminários e relatórios que cada comissão organiza. Durante a época do meu trabalho de campo, a comissão de direitos sociais e econômicos organizava um relatório de uma pesquisa feita no ano anterior sobre o trabalho das mulheres no setor rural e a feminização da pobreza. A comissão fez várias reuniões para finalizar o relatório, além de uma publicação e da realização de um grande seminário para a apresentação da pesquisa financiada pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Além disso, a comissão contra a violência, cujas reuniões aconteciam quinzenalmente, era aquela que, pelo que pude constatar, tinha mais assiduidade nos seus encontros. Embora a comissão não tenha desenvolvido nenhuma pesquisa durante a época em que eu estava em campo, as integrantes trabalhavam de forma *benevolente* na escuta e no assessoramento jurídico e psicológico a mulheres que recorriam ao *Centre d'écoute et orientation aux Femmes Victimes de Violence - CEOFVV*.

As *permanentes* são as pessoas que ocupam postos fixos na associação e são remuneradas pelos cargos que ocupam; essas mulheres que ocupam o cargo de permanentes são também fundadoras da Associação. Durante o período do trabalho de campo o posto de permanente era ocupado essencialmente por fundadoras da associação e duas jovens militantes: esses eram ocupados por Nadia, a diretora executiva; Henda, a secretária da Associação; Semia, a responsável financeira; e Yoad, a coordenadora da *Université Feminsit Ilhem Marzouki* (UFIM).

A Associação também tem pessoal remunerado não permanente e não militante. Entre eles estavam Checker, o responsável da informação (um dos poucos homens que trabalhava na Associação) e Rebah, a arquivista. Esses postos são necessários para o funcionamento da

Associação, mas as pessoas que os ocupam podem ser mudadas. Somente Nadia e Henda ocupam o posto desde a fundação da Associação; Nadia é militante feminista, ao passo que Henda se considera feminista, mas não é aderente da associação.

Já Semia, Yoad e Amira e Moufida são jovens feministas, aderentes da Associação e nela trabalham. Rebah e Checker não são aderentes da associação; diziam partilhar dos princípios dela, mas percebia que o comprometimento era mais laboral do que militante. Dez meses depois do início de meu trabalho de campo, a associação teve que fazer alguns ajustes nos financiamentos recebidos e não pôde manter alguns postos, de modo que Checker, Rebah, Amira, Moufida tiveram de ser afastados dos cargos. Porém, Amira e Moufida, que são aderentes, ainda participam da Associação. Já Checker e Rebah precisaram procurar outro emprego.

Além disso, a Associação conta com um observatório – “*Observatoire Asma Fanni*” – que trabalha com a Comissão de Trabalho e coordena pesquisas sobre as desigualdades no mundo do trabalho, como já referido acima. Nesse observatório trabalham as aderentes, que são pagas com o dinheiro de financiamento; esses postos, porém, não são permanentes como os outros que garantem o funcionamento da Associação.

4. O centro de documentação Safia Farhat

Quando cheguei à associação, após ter sido aceita, dois meses antes, para realizar minha pesquisa, meu *status* era de uma estagiária. O único modo que encontrei para me aproximar da Associação, foi indo ao local todos os dias, uma vez que as reuniões das comissões aconteciam lá. Desde a primeira vez em que entrei na Associação, todas as tardes foram cheias de atividades: reuniões ou encontros para organização de seminários e atividades.

Nadia, a diretora, disse-me que uma boa maneira de começar meu “estágio” seria no arquivo da Associação. No primeiro mês, eu ajudei Rebah, a arquivista, a organizar o material audiovisual desde os primeiros anos da Associação, sendo que, de tarde, eu assistia às reuniões das comissões ou ajudava em fazer arquivos e *slides* em *PowerPoint* para os seminários. O arquivo era grande e muito bem organizado, embora o espaço fosse pequeno.

Os arquivos estavam separados organizados das primeiras às últimas publicações da Associação, pelas redes às quais faziam parte e pelo tipo de material.

Rebah pediu-me para ajudar na classificação dos primeiros áudios de reuniões, seminários, entrevistas, *etc.* Enquanto ela organizava as fotos, eu perguntava a Nadia em que ocasião elas tinham sido feitas. Os áudios, como as fotos, datavam desde 1989. Eu organizei vários áudios, ano por ano. Eles eram de encontros, faziam referências a discussões e debates ocorridos no início da ditadura de Ben Ali. Os anos subsequentes tratavam de reuniões no Egito, Marrocos, Tunísia, e debates sobre os livros publicados por feministas do Oriente Médio.

O período que trabalhei no arquivo possibilitou-me tomar conhecimento das reuniões que aconteciam à tarde, e, aos poucos, as mulheres acostumaram-se a me ver nos seminários, nas reuniões e nos eventos da ATFD. Rebah e Nadia facilitaram meu acesso a todas as publicações da Associação e pude consultar os arquivos sempre que queria. Isso me possibilitou conhecer o histórico da Associação e entrar em contato com as primeiras publicações.

5. A Universidade Feminista *Ilhem Marzouki*

A Associação possui um centro onde são realizados capacitações e cursos sobre o feminismo, chamado de “*Universidade Feminista Ilhem Marzouki*”. Os grupos da Universidade ocorrem duas vezes ao ano, com palestras e cursos para os jovens que se inscrevem. A temática é sobre corpo, direitos reprodutivos da mulher, a mulher e a política. Um dos grupos que tinha começado suas atividades em janeiro fez cinco meses de curso, com encontros duas vezes por mês. Porém, em junho o grupo já havia finalizado as atividades, e, portanto, não pude assistir. Algumas jovens que se inscrevem nos cursos conseguem participar da Associação.

Durante a época do trabalho em campo, um curso foi organizado para jovens do Magreb. O evento, cujo nome era *Université d’ Eté*, aconteceria em outubro de 2015 e contaria com a participação de jovens do Egito, Marrocos e Argélia. Pensei que seria uma boa oportunidade de poder compreender a dinâmica dos cursos, assim como assistir às mulheres da associação ministrando seus cursos. O curso foi preparado com muitos meses de antecedência; inclusive uma jovem, Rabeab, foi contratada temporariamente para dar apoio à Yoad na coordenação e

na programação do evento. O curso tinha sido aprovado pelos parceiros da Associação; entretanto, no mês de agosto, a associação alegou não possuir recursos suficientes para contemplar um curso de cinco dias e de nível internacional, de modo que foi cancelado. Desse modo, após desse possível evento que não acontecera, não houve nenhuma oportunidade de assistir a algum curso da UFIM.

O centro de escuta e orientação a mulheres vítimas da violência (*Centre d'écoute et orientation aux Femmes Victimes de Violence - CEOFVV*)

O Centro de escuta e orientação a mulheres vítimas de violência foi instituído em março de 1993, após um processo de campanhas e escutas via telefônica para as vítimas de violência. O local onde funciona o centro de escuta foi a primeira aquisição da Associação, e foi nesse lugar, em uma avenida do centro da cidade, onde a parte administrativa da Associação funcionou ao mesmo tempo -que o centro de escuta. Anos depois, conseguiu-se o local para o funcionamento desse setor administrativo a poucas quadras deste primeiro centro, onde a associação funciona deste então.

O centro de escuta é coordenado pela *Commission de lutte contre la violence faites aux femmes*, com uma coordenadora e uma secretária pagas pela Associação. No centro de escuta, realizam-se as reuniões dessa *Commission* e recebem-se às mulheres que desejam atendimento psicológico e jurídico, abrangendo todo o tipo problemas resultante de violência contra a mulher. O centro recebe, sobretudo, mulheres vítimas de violência conjugal.

O centro é bastante conhecido em Túnis. As aderentes da Comissão Violência trabalham de modo benevolente voluntário realizando a escuta e acompanhando casos de violência de repercussão nacional e cuidando de processos jurídicos de grande magnitude. Acompanhei as reuniões da comissão violência, assim como o funcionamento do centro e as manifestações que se realizavam em favor das mulheres. Com frequência, as militantes se dirigiam ao Ministério da Mulher, ou ao Ministério de Justiça para protestar sobre crimes cometidos a mulheres. Assim, um dos maiores envolvimento da ATFD em questão de defesa às mulheres vítimas de violência, deu-se em 2014 quando a Associação organizou protestos em favor de

uma mulher vítima de violência sexual³². O processo criminal dos acusados durou dois anos, e, no ano de 2014, várias manifestações foram organizadas em frente à secretaria da mulher no intuito de agilizar o processo.

O combate à violência contra mulher constitui um dos principais pilares de luta da Associação. O modo como o debate sobre o assunto é levado ao espaço público põe em evidência as formas de fazer política da Associação, suas alianças e oposições com outras associações e organismos do Estado, assim como também revela a forma que as categorias, como cidadania, democracia, *societade civil* e laicidade, são postas em jogo no debate contra a violência à mulher e nas estratégias de elaboração de uma “lei integral de luta contra a violência às mulheres³³”, a qual está em processo de redação.

Particpei de manifestações a favor de Meriem, as quais foram organizadas por um conjunto de associações. Nessas manifestações fui conhecendo às *amies de l’association*, outras mulheres de outras associações como da LTDH, UNFT, *Femmes et leaderships*, entre outras, e militantes de partidos políticos. Todas elas faziam parte de um grupo de mulheres que vi circulando por vários espaços durante a época do meu trabalho de campo. Encontrava-as em algumas reuniões de outras associações, nas campanhas dos partidos, na Associação, em seminários, *etc.*

6. Parcerias e Alianças: *La fête des femmes*

Na Tunísia, há duas datas comemorativas das mulheres: o 8 de março e o 13 de agosto. Porém, o dia das mulheres de 8 de março comemora-se, desde 1980, de forma incipiente. Muitos eventos são organizados com as associações, pois a data é internacional. Nos últimos anos, os eventos realizados nessa data têm aumentado; porém, não tem muita visibilidade, e estes ficam restritos a reuniões entre associações. Já a festa das mulheres, que acontece todo 13 de agosto, é de grande magnitude. Não só as associações organizam eventos para comemorá-la, mas, de modo geral, sente-se um ritmo festivo em toda a cidade.

³² Meriem Ben Mohamed é o pseudônimo utilizado por uma menina que foi vítima de violência sexual por dois policiais. O caso de Meriem foi tornado público e teve apoio da Associação, que a ajudou a sair do país e a assessorou juridicamente. Além disso, as advogadas de Meriem são duas militantes fundadoras da associação.

³³ A Lei integral contra as violências à mulher vem sendo escrita por cinco especialistas, das quais três são integrantes da ATFD. As especialistas foram selecionadas pelo Ministério da Mulher através de um concurso. Para entrar em vigência, a lei precisa ser votada na Assembleia e submetida a um referendo.

Os eventos do dia 13 são organizados pelo Ministério da Mulher, pelos organismos estatais de pesquisa da mulher, por associações femininas, associações islamistas, pessoas independentes, etc. No dia 13 de agosto realiza-se a festa da mulher pelos direitos outorgados às tunisianas durante o governo de Habib Bourguiba, em 1956, com a promulgação do *Code de Statut Personnel*. Vários eventos são realizados na cidade, sendo o principal deles uma marcha e uma *Chaîne Humaine*³⁴ no centro da cidade, onde todas as mulheres se juntam no fim da tarde. Na ocasião que estive presente, a preparação para esse dia ocorreu duas semanas antes, na Associação. Tanto as preparações, como o evento, proporcionaram-me um panorama das alianças políticas e das oposições que se evidenciaram nesse dia. No evento, manifestaram-se os conflitos que ocorrem no campo político da Tunísia e que, grosso modo, opõe o progressismo à ditadura, modernidade contra o islamismo, e mostraram-se as alianças entre parceiras de diferentes lugares que estariam a *favor dos direitos femininos*: o partido e as associações.

Aproximadamente três semanas antes do evento, houve uma reunião na Associação com a participação de algumas militantes e outras mulheres desconhecidas para mim. Participei da reunião com quase dez mulheres e, quando cada uma delas se apresentou, vi que havia mulheres de Horra, da secção feminina do Partido Watad (que faz parte da coalizão do *Front Populaire*), mulheres da UNFT, da associação *Egalité e Parité* e a presidenta da associação Tahadi, dentre outras.

Entre elas se acordaram as atividades a serem realizadas no dia 13 de agosto. Dentro da Associação, Emma formaria as comissões encarregadas de fazer uma tenda com todas as publicações da ATFD e da AFTURD; outra comissão estaria encarregada de fazer a publicidade da luta de mulheres, criando uma exposição de fotos de feministas conhecidas mundialmente; outra comissão digitaria um texto explicando o porquê de se festejar o dia da mulher e as aquisições da mulher a partir do CSP, assim como as lutas a enfrentar no contexto atual.

Entre as atividades que são realizadas em conjunto às outras associações, a organização de tendas de cada associação no centro da cidade era fundamental. Organizou-se uma reunião à

³⁴ A *Chaîne Humaine* é uma forma de manifestação, na qual os participantes se dão as mãos mostrando solidariedade.

tarde na UNFT com as diretoras da instituição que falariam sobre as “competências femininas e a homenagem às vítimas dos Mártires³⁵”. No ano em questão, o contexto de transição política e os ataques *terroristas* ocorridos no país por parte de grupos fundamentalistas, fizeram com que se acordasse a elaboração de uma campanha de sensibilização nos bairros populares da Tunísia. O objetivo era falar com homens e mulheres sobre a importância de votar nas eleições e sobre a relevância de unir esforços contra o *terrorismo*. Assim, a Associação Tahadi, coordenada por Fatma, comprometeu-se em levar os jovens, moradores de alguns desses bairros, para ajudarem na campanha de sensibilização.

Além dessa reunião, outras reuniões subsequentes sucederam para coordenar todos os detalhes da festa das mulheres e para definir o *slogan* da festa. Um dia antes, muitas mulheres encontravam-se na Associação coordenando os últimos preparativos. Cartazes coloridos eram impressos e uma grande faixa que seria pendurada na Avenida Habib Bourguiba, a principal avenida da cidade, já estava pronta. Sentei-me para falar com algumas mulheres para que me contassem sobre a *fête des femmes*.

Conheci Ibtissem, Thoraya, Fatma, entre outras mulheres. Elas eram da coalizão do *Front Populaire*, do Partido Watad. A partir desse dia, pelo movimento da Associação e a configuração de suas parcerias e alianças, fui percebendo os contornos da política tunisiana, no qual as alianças políticas dos atores abrangiam todas as esferas de atuação. Pude compreender que esses atores compartilham, de modo geral, uma mesma concepção de política e que, se estão opostos em certos momentos – como na afiliação a partidos políticos –, aproximam-se em outros – para reivindicar *direitos femininos*, por exemplo. Depois do evento do dia 13 de agosto, a partir das alianças manifestas na associação, as quais me permitiram conhecer as mulheres de Watad e da coalizão do Frente Popular – uma coalizão de partidos de esquerda–, meu trabalho de campo se expandiu para além da Associação, abarcando outros grupos políticos e associações presentes no campo político de Tunis.

No dia 13 de agosto, as atividades na associação começaram muito cedo. As mulheres dividiram-se entre as que estavam encarregadas de armar a tenda na Avenida Habib Bourguiba e as que iriam aos bairros populares para realizar a campanha de sensibilização

³⁵ Vítimas dos Mártires são consideradas as pessoas que perderam seus familiares durante a época da primavera árabe em 2011.

para as eleições. O ônibus que fazia o trajeto era muito pequeno e tinha que levar todos os participantes de todas as associações.

As associações tinham acordado que o tema da *fête de femmes* de 2014 faria referência ao contexto político e à *ameaça terrorista*. Assim, o nome que se deu à festa desse ano foi “*femmes de Tunisie: solidaires, mobilisées, contre les violences et le terrorisme*” (Mulheres da Tunísia: solidárias, mobilizadas contra as violências e o terrorismo). Dois grandes cartazes foram feitos com esse *slogan*, além de muitos cartazes coloridos com essa mesma frase. O ônibus foi pintado de várias cores pelos jovens da Associação Tahadi e foi colocada a bandeira da Tunísia na parte posterior. Por volta das dez da manhã, eu soube que haveria um lugar para mim no ônibus, saímos em direção aos bairros populares com muitos cartazes na mão para falar acerca das eleições e dos perigos do terrorismo.



Foto 1 – mulheres de várias associações antes caravana pelo dia da mulher

Os cartazes colocados no ônibus eram os mesmo que as mulheres levavam para falar aos habitantes dos bairros. Neles podia se ler: “Mulheres da Tunísia: solidárias, mobilizadas pela Pátria contra a violência e o terrorismo”. Quando chegamos aos bairros, os jovens e as mulheres das associações dividiram-se em grupos de três ou quatro para falar com as pessoas na rua. Iniciavam as abordagens falando para homens e mulheres era sobre a importância do dia 13 de agosto e o que essa data significava. O diálogo que as mulheres engendravam ao abordar alguma moradora era: *Bom dia, parabéns pelo teu dia. Hoje se comemora o Código do Estatuto Pessoal, que te permitiu fazer os estudos, conhecer a escola e votar.*



Foto 2 – Explicação dos objetivos da caravana a uma moradora de uma das regiões visitadas

Os moradores abordados, majoritariamente mulheres, não faziam muitas perguntas, mas ficavam com os panfletos que as militantes lhe entregavam. Houve lugares em que não fomos bem recebidos: no último bairro que visitamos, vi muitas mulheres usando *niqab*³⁶ e ninguém se dirigiu a elas, restringindo-se ao diálogo com os homens. Entretanto, eles não concordaram quando surgia o debate sobre o islamismo. Eu, que estava com outras mulheres caminhando pela região, ouvi dizer que os homens foram agressivos com Nadia e Yousra da ATFD. Então, elas decidiram encerrar com a abordagem, e todos nós voltamos ao ônibus.

Dos cinco bairros populares que estavam programados para ser visitados, chegamos somente em três. O calor intenso do verão tunisiano e a falta de tempo para continuar, fez com que seguíssemos diretamente para o Espaço 13 de agosto da UNFT. Até esse momento não houve nenhum contratempo. Porém, quando chegamos à UNFT para escutar a palestra sobre as *competências femininas e a homenagem às vítimas dos Mártires*, no momento em que as mulheres se preparavam para entrar na palestra que já estava acontecendo, houve um tumulto, pois, uma das palestrantes era a antiga diretora da UNFT durante o governo de Ben Ali e era acusada pelas mulheres da ATFD por ser o braço direito de Ben Ali.

³⁶ O niqab é um véu que cobre todo o rosto. Tem uma faixa horizontal para os olhos.

Vi que as mulheres que eu acompanhava estavam revoltadas pelo ocorrido e não entraram na palestra. Yousra e Bakhta me disseram: *vamos boicotar a palestra, vamos embora porque há uma das mulheres de Ben Ali*. A coordenadora de assuntos de relações exteriores da UNFT saiu da reunião para falar com as mulheres da ATFD e tentar convencê-las de ficar no evento, mas elas se recusaram. Então, tomamos o ônibus para irmos à Avenida Habib Bourguiba, onde continuamos o evento.

A UNFT é parceira da Associação em muitas ocasiões: às vezes, as mulheres vítimas de violência que recorrem ao CEOFVV são temporariamente instaladas nos albergues da UNFT; também se coordenam atividades, como na festa da mulher e nas eleições (que tratarei adiante). Não obstante, as militantes da ATFD, em quase todos seus discursos, enfatizam o fato de que compõem uma associação independente, e não do Estado como a UNFT que serviu, segundo elas, às políticas do feminismo de Estados dos governos anteriores. Para elas, depois da revolução, a UNFT tornou-se mais autônoma, e o fato de terem visto a ex-presidente dessa instituição na palestra ia de encontro a todas as lutas contra a ditadura e contra a própria campanha que elas organizaram nesse dia: sensibilizar as mulheres para votar nas eleições.

A festa das mulheres terminou com uma grande cadeia humana que uniu todas as pessoas, na sua maioria mulheres que se reuniram na Avenida Habib Bourguiba. Vi mulheres, não somente das associações, mas independentes, jovens, com véu e sem ele. Todas gritavam “*Horra nissa*” e “*Vive la Tunisie*”.³⁷

³⁷Mulheres livres e viva a Tunísia



Foto 4 – Mulheres cantando o hino a Tunísia no dia da festa da mulher no 13 de agosto.

Capítulo 3 – Os Movimentos da Comissão Eleitoral

Este capítulo apresenta um mapeamento da forma como as associações feministas se agruparam com o objetivo de participar das eleições da Tunísia. As eleições aconteceram em duas fases: em outubro, as eleições legislativas; e, em seguida, a eleição presidencial, que ocorreu pela primeira vez na história do país no ano de 2014. O lócus principal deste capítulo constituiu o mapeamento dessas coalizões, uma vez que o movimento adotado pela ATFD durante o processo de transição política levou à formação de um agrupamento de associações visando promover a participação das mulheres nas eleições. Essas coalizões se fizeram com diversas associações de tendências políticas diferentes (esquerda/direita), pois tinham um mesmo projeto: velar pela transparência do processo eleitoral e se unir contra as posições extremistas atribuídas a certos grupos, cujas propostas eram vistas como opostas aos direitos femininos garantidos pelos governos anteriores.

O modo como a transição política foi vivida pela Associação expôs, não somente alianças e oposições entre algumas dessas associações femininas e secções femininas dos partidos políticos, mas também revelou categorias por meio das quais essas alianças e oposições operaram. Tais categorias foram elaboradas pelos setores laicos e religiosos e evidenciam as tensões políticas que ocorreram na Tunísia desde a Independência. Estas se referem às formas como as pessoas envolvidas nesse processo vivem a transição, pondo em jogo categorias como modernidade/retrocesso, fundamentalismo/direitos femininos, democracia/terrorismo. Longe de serem apenas debatidas dentro das associações e secções femininas de partidos políticos, são constitutivas da relação de alianças e oposições entre as agrupações em questão. Além disso, um ponto essencial que é inextricável à forma como essas categorias são postas em jogo faz referência à moralidade contida nas relações entre associações e partidos políticos e nessas próprias categorias.

Como me referi nos capítulos precedentes, as eleições foram marcadas para 2014, mas não se tinha a perspectiva de uma data definitiva. Embora as associações e as mulheres da ATFD se preparassem para o acontecimento, não havia uma data marcada oficialmente.

1. O processo de transição política, conflitos e eventos violentos.

Depois da revolução de 2011, a questão dos direitos das mulheres e a participação da mulher na transição política tornaram-se pontos essenciais no debate político. Isso ocorreu não só porque, segundo as militantes da ATFD, a revolução permitiu discussões de diferentes temas no espaço público, mas também porque houve a entrada formal na política e no governo de setores políticos antes relegados, como os islamistas e políticos de esquerda que estavam presos ou exilados. A revolução apresentava-se como um processo transformador e a transição era vista como um desafio, pois, ora haveria uma Democracia, ora a Tunísia cairia no caos político como seus vizinhos da Líbia e do Egito, e *os direitos que as mulheres obtiveram poderiam ser ameaçados devido à recrudescência do islamismo*, como as mulheres da associação assinalavam.

Poderia se dizer, então, que duas premissas medulares articularam as ações da ATFD – e de outras associações feministas – no processo de transição: a questão de que, para as militantes da ATFD, a democracia não podia ser pensada sem igualdade de condições para as mulheres em todos os âmbitos e a questão da transição era considerada desafio no sentido de *preservar os direitos da mulher garantidos nos governos anteriores*. Desde 2011, em um novo contexto político e com novos atores envolvidos, emergiram vários debates sobre a redação da constituição, a perseguição política, a violência às mulheres, o processo de transição a uma democracia, a participação da mulher e as eleições. Todos esses eventos geraram pontos de tensão na cena política tunisiana e fizeram com que nas associações feministas e centros de pesquisa da mulher fosse discutido *o papel da mulher na transição política*.

Em primeiro lugar, com a queda de Ben Ali, organizaram-se eleições legislativas em 2011, nas quais o Partido Islamista Ennahda obteve a maioria na Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Foi nomeado para presidente Moncef Marzouki que esteve encarregado de organizar, junto com a ANC, as eleições de 2014 e também de aprovar uma nova Constituição que substituiria a Constituição de 1959. A Constituição foi preparada pela Assembleia com a participação da Alta Instância pelos Objetivos da Revolução, da qual faziam parte algumas mulheres da ATFD: Ahlem, Dorra e Bochra. A redação da Constituição trouxe muitos problemas com relação ao lugar da religião e da igualdade entre mulher e homem; segundo as

militantes da ATFD, a transição política não estava de acordo com a concepção de igualdade de gênero.

Assim, a primeira versão do artigo número 26 da Constituição assinalava que o Estado assegurava a proteção de “direitos e aquisições da mulher sob o princípio da complementaridade com o homem no seio da família, como associada ao homem no desenvolvimento da Pátria”. Essa primeira versão do artigo, que não foi aprovada, gerou o desagrado das militantes feministas e de outros setores, que organizaram uma grande manifestação contra esse artigo. Segundo as militantes, esse artigo não estava de acordo com todos os direitos que as mulheres adquiriram. Consideravam que isso era um retrocesso com relação a toda uma história de direitos adquiridos pelas mulheres tunisianas.

Para elas, a palavra “complementaridade” havia gerado a cólera de todo o movimento democrático que reclamava a igualdade. Em todo esse processo de debates, a ATFD, a AFTURD, a comissão mulheres da UGTT, a LTDH, a *Amnesty International* e o Conselho Nacional pelas Liberdades redigiram uma declaração que assinalava que adoção da palavra complementaridade era “um atentando às aquisições da mulher e consagra um enfoque paternalista que dá ao homem um poder absoluto sobre a mulher, tirando seu direito de exercer sua cidadania” (tradução própria).

Assim, de acordo com os comentários das mulheres da ATFD, sob a pressão das organizações referidas, a comissão mista da ANC que redigiu o documento, chegou à conclusão, que vários artigos iam de encontro à ideia da complementaridade. Além do mais, as militantes diziam que a Constituição de 1959 estipulava a igualdade dos cidadãos sem especificar o sexo e, por isso, essa nova Constituição não podia adotar a complementaridade.

Finalmente, a ANC decidiu reelaborar o artigo 46, referente às mulheres, contemplando a igualdade entre os sexos. A versão final da Constituição foi aprovada em março de 2014, e o artigo assim ficou decidido:

Artigo 46. O Estado se compromete a proteger os direitos adquiridos da mulher, os mantém e opera para melhora-los. O Estado garante a igualdade de oportunidades entre a mulher e homem por assumir as diferentes responsabilidades e em todos os domínios. O Estado age para realizar a paridade entre a mulher e o homem nos

conselhos eleitos. O Estado toma as medidas necessárias com a finalidade de erradicar a violência contra a mulher.³⁸ (tradução minha).

A imprensa nacional e internacional designava a Constituição da Tunísia como a primeira no “mundo árabe-muçulmano” onde se faz referência à igualdade entre os homens e as mulheres. Contudo, para as feministas, a Constituição é contraditória devido aos artigos referentes à religião que poderiam, conforme a interpretação, contradizer a igualdade assinalada. Para as mulheres da ATFD, o processo de transição era instável devido a certas *tendências que ameaçariam as suas liberdades*, como me dizia Alhem, *nós temos que tentar salvar as liberdades, porque há algumas tendências para nos privar dessas liberdades, temos uma constituição que garante as liberdades, mas temos uma constituição que fala do islã e há o artigo um que pode ser interpretado como a gente queira. A luta continua pela igualdade.*

De modo geral, o processo de transição era visto como um período flutuante e incerto, não só pela tensão política que podia gerar insegurança, mas também pelo que as militantes da ATFD consideravam uma ameaça aos seus direitos: *a presença dos islamistas na política partidária*. Antes da revolução, as feministas afirmavam que suas causas foram instrumentalizadas pelo Estado, para realizar o feminismo de Estado; nesse novo contexto, uma subjetividade formava-se com a transição para uma democracia, com a entrada de novos atores e questionamentos direcionados à política anteriormente realizada, suas leis e as repressões que aconteceram.

Todas as ações que as feministas empreenderam no processo de transição podem ser compreendidas pelo modo como invocam a retórica do Estado Nação tunisiano (como um Estado moderno) cada vez que o debate sobre a mulher opõe islamistas e militantes feministas, pois aqueles não fizeram parte do projeto modernizante do Estado tunisiano. Concomitantemente, quando as militantes da ATFD reprovam alguma ação estatal, como algumas leis, recorrem às concepções de direitos universais do homem, acusando o Estado de instrumentalizar a causa das mulheres. Do mesmo modo, o fato da Constituição ser considerada a primeira do mundo árabe em colocar a igualdade entre homem e mulher e ser considerada pela

³⁸ Article 46. L'Etat s'engage à protéger les droits acquis de la femme, les soutient et œuvre à les améliorer. L'Etat garantit l'égalité des chances entre la femme et l'homme pour assumer les différentes responsabilités et dans tous les domaines. L'Etat œuvre à réaliser la parité entre la femme et l'homme dans les conseils élus. L'Etat prend les mesures nécessaires afin d'éradiquer la violence contre la femme.

mídia e agências de cooperação internacional como a mais *moderna* da região, reitera essa retórica da Tunísia como um país *moderno*. Essa categoria, essencializada pelos governos anteriores, esteve no centro de todas as tensões políticas durante a transição.

A redação e apresentação da Constituição foi, segundo as militantes da ATFD, um evento crucial para o debate dos direitos femininos. Puseram-se em evidência os conflitos pela definição da “nova república tunisiana”, que, do ponto de vista das militantes, não podia prescindir da discussão sobre a igualdade de gênero. Nesse sentido, elas se mobilizaram com o intuito de eliminar a palavra “complementaridade” do texto da Constituição, já que esta não estaria de acordo com os ideais de liberdade de direitos, nem com a modernidade promovida pelos governos de Bourguiba e de Ben Ali.

É provável que a redação da Constituição tenha sido um dos eventos fulcrais do período pós-revolução, mas não foi o único que colocou em conflito os setores políticos. A perseguição política também foi um tema central que se fez presente nos debates e nas ações da ATFD em 2012. Em diferentes períodos do processo de transição foram assassinados dois líderes políticos de esquerda: Chokri Belaïd e Mohamed Brahmi. Esses assassinatos geraram uma grande confusão durante a transição e marcaram o começo de lutas e ações contra a violência e o terrorismo.

Chokri Belaïd foi um proeminente líder de esquerda que esteve preso durante os governos de Habib Bourguiba e Ben Ali e que, em 2011, legalizou seu partido, *Mouvement des Patriotes Démocrates*, que se unificou com outros partidos de esquerda para formar o *Front Populaire*. Durante a transição, Chokri liderava os principais protestos que se deram no país, até se tornar cada vez mais conhecido. Ele havia recebido ameaças de morte e membros de seu partido consideravam que o Partido *Ennahda* estava por trás dessas ameaças, pois era um opositor desse partido e de suas políticas. Após ser assassinado ao sair da sua casa, tornou-se um mártir. Sua morte não somente opôs os correligionários de partidos de esquerda com o partido *Ennahda*, mas, também, essa oposição teve ressonâncias na ATFD.

A ATFD juntou-se aos protestos e deu o apoio à Basma, esposa de Chokri, militante da associação desde 1996. Além disso, muitas das militantes da ATFD eram simpatizantes ou filiadas ao Partido *Watad* e ligadas ao *Front Populaire*. Para as mulheres da ATFD, o

assassinato de Chokri criou uma onda de violência política com um alvo claro: os líderes de esquerda que confrontavam os islamistas. Segundo as militantes da ATFD e as militantes de *Horra*, havia indícios de que os islamistas de *Ennahda* eram os responsáveis pelo assassinato. Como me dizia Ibtissem, uma líder de *Watad*, *nós sabemos, dentro do partido, que foi Ennahda quem matou Chokri*.

As ações nas quais se implicaram as mulheres da ATFD eram manifestações e jornadas *contra o esquecimento* para preservar a memória do líder de esquerda, *defensor das liberdades e da democracia* ideais seguidos pela ATFD durante a transição política. Após a morte de Chokri uma grande manifestação aconteceu em todo o país articulando diversas frentes políticas. Essas manifestações não somente reclamaram justiça, mas também outras categorias foram trazidas para o debate – como liberdade, democracia e direitos femininos. Um ano após a morte de Chokri, a ATFD organizou uma jornada em sua memória com o objetivo de fazer frente à violência. As militantes da ATFD afirmavam que elas, enquanto movimento feminista, deviam se articular e se unir à luta contra a violência, que prejudicava os avanços do processo transicional e que poderia suspender os direitos femininos já adquiridos.

Quase um ano depois, outro líder do *Front Populaire* fora assassinado: Mohamed Brahmi. Eleito deputado em 2011 por Sidi Bouzid, a cidade onde começou a revolução, Brahmi fundou o *Mouvement Populaire* que integrava a esquerda nasserista da Tunísia, mas deixou o cargo de Secretário Geral devido a divergências políticas entre os correligionários que apoiavam *Ennahda*. Em 2012, Brahmi havia declarado que o seu partido tinha sido infiltrado pelo Partido *Ennahda*. Assim, Brahmi criou o Partido *Courant Populaire* e passou a fazer parte da coalizão de partidos do *Front Populaire*. Segundo o que me contavam as militantes da seção feminina do Partido *Watad*, Chokri Belaïd havia cooptado os esquerdistas nasseristas para que estes não fossem seduzidos pelo Partido *Ennahda*, uma vez que estes dois partidos não omitiam o Islão da sua forma de fazer política. Porém, diziam-me que, diferentemente das propostas de Brahmi, Ganoouchi e os membros de *Ennahda* buscavam a implantação da lei Corânica: *Charia*.³⁹

³⁹ Significa caminho em árabe e é um código de comportamento islâmico.

Esses episódios de violência trouxeram à cena política uma atmosfera de instabilidade, pois, de acordo com as mulheres da associação, a violência e o terrorismo nunca tinham tido lugar no país. Para as militantes, estes fatos decorriam da entrada dos islamistas na cena política e da crescente separação que estes fizeram entre muçulmanos e não muçulmanos. Para muitas dentre as militantes feministas ligadas à coalizão de partidos de esquerda, *Front Populaire*, esses eventos de violência deviam-se ao modo como o Partido Islamista *Ennahda* posicionou-se no cenário político após a revolução, com um discurso que fazia ênfase às qualidades religiosas, opondo-se a outros partidos.

No processo pós-revolução, *Ennahda* havia se apresentado com um partido, que, por contar com uma maioria de praticantes muçulmanos, fazia a diferença, conforme narravam as mulheres da Associação. O amplo apoio popular que este partido tinha era justificado pelas militantes feministas como uma prova da decepção das pessoas com os políticos tradicionais e que, por isso, viam em *Ennahda* a mudança que o país precisava. Desse modo, uma cisão gerou-se entre os que apoiavam ao partido e seus opositores. Os partidos progressistas e as associações feministas acusavam o *Ennahda* de ter permitido a entrada de ideologias radicais do Islã na política Tunisiana e de estarem por trás desses assassinatos. Esses episódios de violência levaram ao estabelecimento de ações contra o terrorismo e a violência política. Assim, as atividades que acompanhei até o ano de 2015, as mobilizações que ATFD realizou faziam sempre referência à violência e ao terrorismo, eventos que deveriam ser contestados pelas associações de defesa de direitos humanos, entre elas, as associações de mulheres.

Os assassinatos desses dois líderes convulsionaram o país em 2012 e 2013, colocando a violência e o terrorismo no debate da cena política. Esses eventos eram o sinônimo do retrocesso e das brechas que haviam sido geradas na Tunísia pós-revolução, entre os partidários e filiados do *Ennahdha*, de um lado, e os setores *progressistas*, de outro. As militantes da Associação afirmavam que os islamistas haviam separado a Tunísia entre muçulmanos e não muçulmanos, causando enfretamentos. Era corrente o discurso entre as militantes da ATFD que o Islã devia fazer parte da esfera privada, pois para elas não era possível a defesa dos direitos femininos tendo como referência a religião. De um lado, as militantes da ATFD alegavam que a Tunísia sempre foi um país laico, mas por outro lado, quando se falava da Tunísia como um país muçulmano, do qual elas seriam contrárias, as

militantes ressaltavam as raízes muçulmanas como estratégia para falar da formação da Tunísia. Não obstante, para elas, os islamistas não só haviam gerado divisões na Tunísia, mas, ao se referir ao Islã, tentavam marcar a diferença no governo de *Ennahda* com relação aos governos anteriores.

O discurso religioso dos islamistas era compreendido pelas militantes como um artifício por eles utilizado para realizar ações que não estavam de acordo com as políticas laicas do País. Como Fathia me explicava, em 2011, os islamistas haviam ingressado nas mesquitas para desacreditar aos partidos. Ela assinalava que, os islamistas, não eram detentores do islã, e, portanto, não poderiam dividir ao povo entre não muçulmanos e não muçulmanos. Como referi acima, as militantes da ATFD se sentem englobadas pela religião quando se fala da constituição da sua cultura e reprovavam que os islamistas tomem o islã como referência, pois este constituía o patrimônio do país.

Além disso, a divisão entre muçulmano e não muçulmano foi, para Fathia e para as membras do *Front Populaire*, a justificativa para assassinar aos líderes dos partidos políticos, uma vez que eles eram considerados como *heréticos*. Alegava Fathia:

Eu também nasci mulçumana, eu conheço a religião melhor que tu, porque nós estudamos na escola, nós sabemos que acontece. É nosso patrimônio, eu acho que não é secundário, mas é nossa cultura, assim, nós não podemos ignorar, mas eles tem criado uma fratura na população em nome do islã, porque quando eles acreditam nessa fratura, isso justifica a violência, de seu ponto de vida, assassinar Chokri Belaid, assassinar Brahmi, justifica-se para eles porque eles são heréticos, o islã disse que tem de matar os heréticos, então nós estamos vistos para ser assassinados qualquer dia, enquanto que nós nunca tivemos uma cultura de violência aqui na Tunísia. Em todo o país as pessoas estavam chocadas com a violência, porque mesmo os ditadores como Bourguiba e Ben Ali, não exerceram essa violência. Por isso foi escandaloso, nós não queremos que isso se repita. Eu estive pessoalmente, mas perto de Chokri que de Brahmi, mas o dia que assassinaram a Brahmi, eu estive fora de mim, porque quando assassinaram ao Chokri, toda essa manifestação das massas, poderia ser uma lição para os islamistas, mas quando eles voltaram a fazer isso, eu me disse a mim mesma: é o fim, é a violência instalada, eu estive muito desmoralizada⁴⁰.

⁴⁰ Moi aussi je suis née musulman, je connais la religion mieux que toi, parce nous on a étudié à l'école (...) On sait que-est-qui se passe. On se c'est quoi notre religion. C'est notre patrimoine, j'y crois que c'est ne secondaire, mais c'est notre culture donc on ne peut pas l'ignorer, mais ils sont tout fait pour créer une fracture au sein de la population au nom de cet prétendu islam, parce quand ils créent cette fracture ça justifie tout forme de violence, de leur point de vie, assassiner Chokri Belaid, assassiner Brahmi, c'est justifié pour eux parce ils sont des hérétiques, et l'islam dit qu'il faut tuer les hérétique, donc nous sommes tous voues à être assassinés un jour et l'autre, par rapport à ces gens-là, alors que nous n'avons jamais eu une culture de violence en Tunisie (...) mais partout dans le pays, les gens était concerné par cette violence, parce même les dictateurs Bourguiba et Ben Ali n'ont pas exercé cette sort violence. Et pour nous c'était scandaleux et on ne voulait pas que ça se

Desse modo, esses eventos foram vividos e significados como fatos extraordinários que ameaçavam a República da Tunísia e a transição política, uma vez que, para as militantes, os islamistas pretendiam instalar a violência que nunca tinha tido lugar no país. Além disso, o fato de Brahmi ter sido assassinado o dia da festa da República, em 25 de julho, impedia a transição para uma democracia e ameaçava os direitos que se constituíram na história tunisiana desde a República.

Nós estávamos preparando uma festividade para festejar o dia da República, porque é um dia importante para nós, é dar um novo gosto a esta festa nacional, porque todas essas festas nacionais se tornaram insignificantes para a população, já que as ditaduras fizeram disso seu instrumento de propaganda, e para as pessoas isso não dizia nada. Nós queríamos dar a essas festas um outro sentido: “a festa da república, é minha festa”. Eu cidadã, eu festejo a festa da república porque eu defendo a democracia, porque eu defendo a liberdade e porque é a república que garante a democracia e a liberdade. E... Matam a Brahmi. Mohamed Brahmi, ninguém poderia dizer que ele não era muçulmano. O verdadeiro problema não é si tu és muçulmano ou não, o verdadeiro problema é a democracia, tu defendes os interesses do teu país, ou não (Fathia).⁴¹

Portanto, para as militantes da ATFD, não se tratava somente da violência política cometida contra líderes, mas sim um de atentado à democracia e às liberdades, de modo que, se a violência não fosse detida – através de pressões políticas e ações da *sociedade civil* –, a Tunísia poderia cair no caos, a exemplo do que acontecera com os países vizinhos. Se a democracia, do ponto de vista das militantes feministas, traria uma igualdade entre os gêneros, esses atentados, não só se opunham à transição, mas eram opostos àquela categoria.

O ponto central desse processo – tanto no que se refere à elaboração da Constituição quanto à violência política ocorrida – era a criação e recriação da República Tunisiana e o fim de uma

répète. Moi, personnellement je me sens plus proche de Chokri que de Brahmi, mais le jour de l’assassinat de Brahmi, j’étais hors de moi, parce que pour moi l’assassinat de Chokri et le sorti des masses, devions être une leçon aux islamistes, et quand ils ont fait le coup pour une deuxième fois, moi j’ai dit: « c’est fini » c’est la violence que va s’installer, j’étais vraiment démoralisé.

⁴¹ Nous étions en train de nous préparer pour une festivité, pour fêter le jour de la République, parce que c’est que nous importe nous, c’est redonner une nouveaux goûte a cette fête national, parce que toutes ces fêtes national sont devenu insignifiants or la population, vu que les dictatures on a fait des instrumentes de publicité pour eux, ça alors aux gens ça ne les disait rien, la fête de la république. Nous voulons donner à ces fêtes un autre sens, la fête de la république c’est ma fête à moi. Moi citoyenne, j’ai fêté la république parce que je défende la démocratie, parce que je défende la liberté, et c’est la république que garanti la démocratie et la liberté. Et... on te tue a Mohamed Brahmi. Mohamed Brahmi qui personne pouvait dire qu’il n’était pas musulmane. Le vrai problème n’est pas si tu est musulmane ou non, le vrai problème c’est de démocrate à démocrate, tu défendes les intérêts du pays, ou tu vends les intérêts du pays.

ditadura. Como assinala-se acima, para a constituição da República, categorias como liberdade e democracia foram pensadas como opostas ao islamismo. Por um lado, liberdade para ATFD implicava uma maneira de fazer política, já que fazer política havia sido, durante a ditadura, uma forma de se opor ao Estado. Assim sendo, para as militantes da associação, a atuação deveria dar um novo sentido ao fazer política, de modo que toda a população esteja implicada no processo para, por fim, concretizar a transição política. Nesse sentido, liberdade representava uma nova maneira de discutir a igualdade de gênero e de sensibilizar as mulheres de sua condição de cidadãs e eleitoras.

Por outro lado, a democracia seria oposta à violência porque esta última ofuscaria todo o processo de transição, a luta pela liberdade e pela realização de um processo eleitoral em 2014. Para além de disputas pelo poder político, as mortes desses líderes foram vistas como a antítese de todo o processo pós-revolução e de todas as categorias correlatas, como democracia, liberdade e direitos femininos. Finalmente, a violência, por estar em oposição a tais categorias, tampouco permitiria a recomposição da República tunisiana em um novo contexto.

1. Movimentos, Alianças e Coalizões: A Coalizão da Sociedade Civil e A *Commission Election*.

A Coalizão da Sociedade Civil foi composta oficialmente de 13 associações que teriam como objetivo realizar uma série de atividades para as eleições de 2014, tanto para as eleições legislativas quanto para as presidenciais – estas últimas, como referido, ocorreriam pela primeira vez na história do país. Um dos objetivos primordiais da Coalizão foi o acompanhamento das eleições. A Coalizão distribuiu suas atividades em diferentes células que agrupavam ao menos três associações em cada célula. As associações de mulheres faziam parte da célula gênero e tinham o objetivo específico de analisar qual era a impressão a respeito da participação das mulheres nas eleições e como esta aconteceu. A Coalizão da Sociedade Civil era formada pelas seguintes associações: Sindicato Geral dos Trabalhadores (UGTT), Sindicato da Informação, *Yaqadha*, AWG, Sindicato de Rádio Livre, IPSI, CAP JC, Sindicato das Empresas de Imprensa, Federação de Diretores de Jornais, Association Tunisie

des Femmes Democratres, Ligue des Electrices Tunisiennes - LET, Association des Femmes Tunisiennes pour la Recherche et le Développement – AFTURD e a Ligue Tunisienne des Droit de l’Homme LTDH. Esta coalizão começara suas atividades com uma conferência de imprensa realizada pelos representantes de cada associação no mês de junho de 2014.

A célula gênero seria composta pela ATFD, a AFTURD e a LET. Em um primeiro momento, essa célula procuraria financiamento de alguma agência de cooperação internacional (*Oxfam - Réseau Euromed*). Era necessário constituir uma comissão de gerência que coordenasse todo o processo realizando pesquisas e organizando ateliês de orientação e formação para as pessoas que trabalhariam voluntariamente como observadores das eleições legislativas e presidenciais. No final do processo, haveria um grupo encarregado da redação de um relatório geral sobre todas as atividades e as observações realizadas pela Coalizão, assim como a apresentação desse relatório.

Uma semana após ter ocorrido a conferência de imprensa realizada no Sindicato de Jornalistas, formou-se na ATFD a Comissão Eleição que iria coordenar as atividades da Associação com a célula gênero. A comissão foi constituída por Sana Ben Achour, que esteve na Conferência como representante da ATFD. Conforme sugeri antes, essa Comissão instituiu-se como uma comissão *ad hoc*, pois foi formada somente durante o processo das eleições de 2014. A Comissão Eleição era a mediadora entre a ATFD e as outras organizações que faziam parte a Coalizão da Sociedade Civil. O principal objetivo foi constituir um grupo que acompanhasse o processo eleitoral e realizasse atividades de conscientização junto à população. Não obstante, poderia se dizer que a criação da comissão, também, obedecia aos projetos que a ATFD tem com alguns órgãos de cooperação internacional. Dessa forma, tinha-se o plano de preparar um relatório final sobre o processo eleitoral, assim como coordenar a formação das observadoras e a redação dos questionários utilizados na observação eleitoral.

Quase no final do mês de junho, Sana Ben Achour convocou a uma reunião para a criação da Comissão Eleição e para a formação do trabalho a ser desenvolvido junto à célula gênero. Nessa reunião compareceram cerca de quinze militantes da ATFD, entre elas Saida, a presidenta, Ahlem Belhadj, Hédia Jrad, Nozha, Samia, Youad, Emma, Souad, Nejma, Nadia e Yasmine. Ben Achour explicou como sucedeu a conferência de imprensa e convocou as militantes a se envolverem nas eleições, bem como a desenvolver atividades de divulgação

desse processo. Como parte da Coalizão, a ATFD estava inserida em um espaço de ação política maior, pois, se o objetivo da Coalizão era, segundo Raudha, o mesmo da LTDH, *controlar o processo eleitoral com a finalidade de garantir a integridade das eleições e a voz dos eleitores* os objetivos específicos da ATFD e das associações de mulheres, além dos compartilhados com a Coalizão, eram *sensibilizar as mulheres a votarem a fim de que estas não sejam condicionadas a votar*. É por essa razão que a ATFD realizou a observação das eleições sob o título de Observação Enfoque Gênero⁴².

Assim, de um lado, pretendia-se observar o adequado andamento das eleições para evitar fraudes; de outro lado, tentava-se convocar às mulheres a se inscrever e votar nas eleições, já que se tratava de uma questão de direitos e liberdades, que, segundo o relato da maioria das militantes, estavam ameaçadas por *posições extremistas*. Na reunião na qual se constituiu a Comissão, Ben Achour fez o chamado para a elaboração de um plano de ação entre as associações feministas ATFD, AFTURD e LET, com esse objetivo as suas presidentas – Saida, Saloua Kannou e Basma Soudani, respectivamente – deveriam ser procuradas com a finalidade de coordenar as atividades dentro das suas próprias associações. O tema que se destacava, e que foi apresentado por Ahlem e Hafidha, dizia respeito à importância de realizar campanhas de sensibilização para as eleições. Ademais, debatia-se como orientar a observação das eleições com o enfoque gênero. Para Ben Achour e as militantes que se encontravam na reunião de formação da comissão, era importante trabalhar entre as associações feministas para a difusão do papel da mulher nas eleições.

Assim, para que se coordenassem todas as atividades – na associação, entre as associações feministas e na coalizão da Sociedade Civil – formou-se a Comissão Eleição que seria presidida por Fatiha Hizem, da secção Sousse. Acordou-se que a comissão se reuniria cada terça-feira às 14h na ATFD e que as reuniões entre as associações feministas visando à participação nas eleições seriam às terças-feiras, às 15h (depois da reunião da comissão eleição da ATFD), durante o mês do Ramadã. Já as reuniões da Coalizão da Sociedade Civil seriam marcadas a cada quinze dias, aos sábados, às 10h da manhã.

⁴² A observação com o enfoque gênero (*Rapproche Genre*), tal como o termo foi utilizado na Associação, diz respeito à observação do modo como as mulheres foram votar. As observadoras inscritas anotariam quantas mulheres foram votar, como elas chegaram (sozinhas ou acompanhadas) e se usavam *niqab* ou véu, entre outras questões. Voltarei a esse ponto adiante.

Ben Achour e Fatiha propuseram estabelecer comunicação com a Secretaria de Estado da Mulher para que essa secretaria pressione o Governo para que se realize a distribuição das Cartas Identidade e para promover os *spots* gratuitos nos canais de televisão e nas rádios nacionais. Ao mesmo tempo, Ahlem, acompanhada das outras feministas, asseverara que se deveria contatar os partidos políticos com o objetivo de fazer a sensibilização sobre a paridade⁴³ vertical e horizontal. Durante todo o processo eleitoral, em vários encontros que assisti, falava-se da lei eleitoral e dos problemas que suscitaram sua aplicação. Para muitas militantes, os partidos não viam conveniência em adotar a paridade horizontal porque, segundo o que me diziam, pensava-se que listas femininas não fariam votos – o que era prejudicial para um processo democrático e não estaria de acordo, nem com os princípios da democracia, nem com a busca da igualdade entre homem e mulher. Por isso, para as mulheres da Associação, a discussão da paridade era um ponto crucial na transição política.

Além disso, dentro da Comissão Eleição, formaram-se grupos para a elaboração de *flyers* referente às eleições. A redação estaria a cargo de Ahlem, Fatiha, Halima, Nejma, e Yasmine. Uma Carta da Igualdade também seria elaborada antes do dia 7 de julho de 2014, que deveria propor a difusão e as assinaturas dos partidos políticos. Os *flyers*, a Carta da Paridade e os memorandos deviam ser preparados primeiro dentro da associação para depois serem apresentados à Coalizão da Sociedade Civil. Com relação às ações a serem realizadas com a população, acordou-se que estas se caracterizariam pela sensibilização e a informação. Assim, uma Caravana das Eleições estava programada para começar na primeira semana de junho e se deslocaria para diferentes regiões da Tunísia, envolvendo a todas as secções da ATFD (Túnis, Bizert Sousse, Sfax, Kairouan, Le Kef, Jendouba, Kasserine, Kelibia, entre outras); cada uma devia coordenar com a Comissão Eleição para sua realização.

Em todas as regiões onde havia secções da ATFD deveria ser organizada a observação articulando os setores da *sociedade civil*, abrangendo desde as pequenas secções nas regiões do interior até a articulação a nível nacional por meio da Coalizão. Nesse sentido, no âmbito da ATFD foram programadas três conferências com o tema “A mulher nas eleições”, as quais ocorreriam em Túnis, no dia 09/08/2014, em Sfax no 16/08/2014 e em Kairouan, no 23/08/2014. Também, a ATFD faria a campanha eleitoral na própria associação. Para tanto,

⁴³ A paridade se refere à promoção da igualdade na política entre homem e mulher.

acordou-se utilizar a publicidade que havia sido elaborada para as eleições de 2011, e, como parte da Célula de Observação, a ATFD faria o chamado via *Facebook* para que as pessoas se inscrevessem como observadores das eleições.

Depois dessa reunião em que o plano de ação para as eleições fora lançado dentro da Associação, os encontros da Coalizão ocorreram em duas oportunidades na sede da ATFD, contando com um representante de cada associação. Dessas reuniões participaram diferentes coletivos e associações que, embora não fizessem formalmente parte da comissão, compartilhavam com os objetivos da coalizão: *de garantir um processo transparente e propagar o processo eleitoral*, ao mesmo tempo, no interior do país havia outras associações que trabalhavam em conjunto com alguma associação maior, como a ATFD. Participavam desses encontros membros de diferentes associações femininas, como, como *femmes et leaderships* e a UNFT, todavia, esta última somente apoiou à Coalizão e o enfoque gênero sem se envolver diretamente na observação. Os eixos centrais dessas reuniões foram a atualização da carteira de identidade e a inscrição do nome do eleitor na *Instance Superior Independente pour les Elections ISIE*.

Como parte da Célula Gênero de observação, LET, ATFD e AFTURD organizaram várias atividades que se difundiam entre as três associações, agrupando, ao mesmo tempo, outras associações femininas e seções femininas dos partidos políticos. A observação com o enfoque gênero era um ponto chave para entender a ação dessas três associações, pois as medidas tomadas agruparam outras associações e seções femininas de partidos políticos, com o objetivo de realizar diferentes atividades que foram sendo desencadeadas durante a transição.

O mapeamento de todas essas associações que participaram da Coalizão da Sociedade Civil – não somente como parte da célula gênero – configura uma rede de relações que não pode ser deixada de lado para compreender como as militantes da Associação deram sentido a suas práticas e ao processo eleitoral. Ao mesmo tempo, essas relações evidenciam o processo de transição de uma forma mais abrangente: partindo desde as concepções de igualdade de gênero até questões de democracia, liberdade, cidadania – que não foram somente categorias usadas pelas associações feministas, mas fizeram parte do processo de transição. A seguir, analiso todos os movimentos e alianças realizadas pelas associações durante este processo.

Nesse sentido, o que articulava a coalizão e as alianças da ATFD, LET e AFTURD era a ênfase no enfoque de gênero, pois se considerava que as mulheres eram mais propensas a sofrerem discriminação. Para tanto, era necessário abarcar todos os aspectos do processo eleitoral; daí a importância de se aliar com outras associações para garantir a transparência das eleições e seu bom desenvolvimento. Como assinala Fathia:

Nós estávamos convencidas que deveríamos trabalhar porque havia credibilidade e mais força, nós deveríamos juntar nossas forças para ter observadores o dia do voto. Há associações pelo direito, pela cidadania, que estão conosco na coalizão, nós somos associações no comitê piloto, mas nas regiões. Juntar as forças, é tornar-nos numerosos e fortes, porque si nós precisamos de 14 mil observadores no país, é necessário realmente ser numerosos para a observação o dia da votação.⁴⁴

Poderia se dizer que as alianças, na forma de uma coalizão para a observação do processo eleitoral, estão permeadas por valores e moralidades compartilhados por um setor da população que segue um protótipo de *modernidade*. Como assinala acima, ATFD, AFTURD e LET trabalhavam em conjunto em algumas atividades. Embora atuassem com diferentes propósitos, compartilhavam os mesmos valores referentes à transição democrática e ao papel da mulher nesse processo. No Capítulo 2 relatei a respeito da formação da AFTURD e da ATFD, já que são associações que surgiram com a participação das mesmas pessoas, em períodos concomitantes, mas com um plano de ação diferenciado. A circulação de suas militantes entre essas duas associações é fluída e constante e suas atividades são amplamente compartilhadas. Além disso, como também asseverei, existe uma gama de associações, sindicatos, partidos em que as militantes estão inseridas e pelos quais elas circulam. Este fato é importante para compreender a ideia de *associativismo* e de *sociedade civil* que analisarei adiante.

O contexto de pós-revolução trouxe consigo o incremento das associações e coletivos na Tunísia, dedicados a diferentes âmbitos de atuação, muitos deles preocupados com o rumo

⁴⁴ Nous sommes convaincu que nous devrions travailler parce que il y a plus de crédibilité et plus de force aussi, on doit ressembler nous forces pour devenir plus forts et pour avoir des observateurs le jour du vote. Il y a des associations pour le droit, pour la citoyenneté, qui est avec nous dans la coalition, nous sommes douze associations dans le comité de pilotage, mais aux régions il y a des autres qui sont avec nous. Rassembler des forces, c'est devenir encore plus nombreux et plus fort, parce que si nous avons besoin de 14 mil observateurs dans le pays, il faut réellement être plus ou moins nombreux pour l'observation du vote.

político do país. Essas associações possuem diferentes matizes: Mahfoudh (2014) assinala que, após a queda de Ben Ali, o número das associações femininas duplicou, isso porque, segundo ela, existe um campo associativo em recomposição. Assim, conforme Mahfoudh, muitas associações femininas surgiram com objetivo de tornar explícitos os debates sobre a igualdade e a equidade. Nesse contexto, desponta uma proeminente associação no campo dos direitos femininos: *Ligue des electrices de Tunisie* (LET)⁴⁵. Esta associação foi criada em abril de 2011 com o objetivo de promover a participação das mulheres na política eleitoral, tanto no que se refere à preparação das mulheres que seriam candidatas como das eleitoras.

Desde 2011, a LET tinha se tornado uma associação conhecida não só dentro das associações femininas e feministas, mas também no campo político de modo geral – partidos e sindicatos. As fundadoras e dirigentes da LET são mulheres com uma trajetória política importante em diversas instituições e algumas atuam como consultoras de projetos de cooperação internacional. A LET define-se como uma associação feminista cujo objetivo é promover a participação das mulheres no processo eleitoral – seja como observadoras, seja como eleitoras ou como candidatas – com a finalidade de serem ativas nas suas comunidades, no nível regional, nacional e internacional. Segundo a presidenta, em uma entrevista dada para um meio de comunicação, “a LET é uma associação que milita pela igualdade, mas pela igualdade nos postos de liderança, é a ideia mais importante, porque hoje nós pedimos que todas as instâncias eleitas, sejam do Estado ou da sociedade... não podemos falar de paridade e de igualdade, nem de democracia, sem ter a igualdade em todas as instâncias”. (tradução minha).

Da mesma forma que a ATFD, a LET busca promover e difundir as ideias de igualdade e equidade disseminadas no feminismo tunisiano. No entanto, a ATFD goza e reforça seu *status* de ser a primeira associação feminista, mas seu feminismo não é expandido, uma vez que essa associação não procura maior número de militantes feministas, mas sim debater com os setores da *sociedade civil* sobre as violências às mulheres em diversos âmbitos. Já a LET é definida como uma associação diferente porque *procura habilitar às mulheres a entrarem na política partidária e a fazer frente a setores que são dominados por homens*. Como sugere a diretiva da associação, os objetivos são:

⁴⁵Liga das eleitoras Tunisianas.

Melhorar a capacidade das mulheres à participação efetiva para as ações públicas, particularmente, a política como leitoras e candidatas. Além disso, a LET quer ajudar às mulheres na sua contribuição à realização do exercício eleitoral fundado sobre os princípios e as normas dos direitos do homem. Habilitar às mulheres a serem ativas em suas comunidades, a nível local, nacional e internacional. Formar jovens formadoras no domínio da sensibilização à prática eleitoral. Reforçar as ações conjuntas entre os diferentes atores sociais que se interessam na participação das mulheres como eleitoras ou candidatas às eleições (disponível em <http://www.let.com.tn/>).

Além da ATFD e da AFTURD, a LET tornou-se uma importante associação no campo da defesa da igualdade de gênero, cuja ação está focalizada no processo de transição política. A LET foi abrangendo em seu campo de ação, outras regiões importantes do país, onde, segundo suas militantes, era necessário sensibilizar as mulheres sobre as eleições. Essa liga busca formar quadros de mulheres líderes na política, contando com o apoio dos partidos políticos que deveriam recomendar nomes de mulheres com trajetórias proeminentes na vida política. O acompanhamento às eleições que essas três associações fariam – seja observando o processo de transição, seja monitorando mulheres candidatas e líderes de partidos para participarem da política – não era apenas uma estratégia adotada para esse contexto, mas fazia parte de um conjunto de concepções acerca do modo como as relações de gênero eram constituídas a partir do ponto de vista dessas associações.

A LET teve suas primeiras atividades concretizadas no contexto de transição política e surgiu justamente, conforme as formadoras da LET assinalam, para preparar as mulheres para os processos democráticos que aconteceriam na Tunísia pós-revolução. Essa finalidade de *habilitar as mulheres a serem ativas na comunidade* e formar mulheres no domínio da sensibilização à prática eleitoral, representava uma forma nova de debater tanto a participação da mulher na cena eleitoral como a formação de uma nova subjetividade que se instaura com a queda de Ben Ali. Essa subjetividade pretende se instalar tanto no domínio das lideranças que foram formadas para concorrerem às eleições, quanto das militantes que se formaram para as campanhas de sensibilização *do porte à porte*.

Cada associação fez suas respectivas atividades, mas, ao mesmo tempo, coordenaram-se atividades em grupo das quais participaram as três associações e outras associações de mulheres, com a finalidade de elaborar um questionário para o dia da eleição. É necessário salientar que a maneira como foram realizadas todas as atividades para a observação das

eleições dependia de cada associação. Tais atividades não eram efetuadas de forma programada e rígida; eram, ao contrário, fluídas e diversas, às quais podiam ou não participar as militantes dessas associações. Não obstante, o fato de estarem unidas como associações feministas e fazerem parte de uma coalizão dava sustento a suas ações e as reivindicações ganhavam visibilidade no espaço público⁴⁶.

Para essas associações que compunham a célula gênero, a questão da mulher nas eleições e na transição política estava estritamente relacionada com as violências que elas sofriam em todas as instâncias – e isso poderia estar refletido também no processo eleitoral. O enfoque gênero, então, era o motor das alianças entre essas três associações e da Coalizão, pois, do ponto de vista das feministas, a transparência e integralidade nas eleições tinha que se dar em todos os âmbitos, de modo que o enfoque gênero constituía o eixo central das ações das feministas. Fahtia me comentava que o mais importante na observação das eleições, era prestar atenção a todo tipo de violação exercida contra as mulheres, em contra das mulheres eleitoras e das candidatas, porque elas são discriminadas. Segundo ela, as mulheres candidatas sofriam violência e discriminação, porque as pessoas acreditam que as mulheres devem estar na vida doméstica.

As mulheres são vítimas, elas já eram vítimas desde 2011, e esta vez há o risco de ser pior, portanto, é necessário que este ano, se tome a perspectiva gênero para observar toda a discriminação às mulheres. Há outra coisa que nos vimos nas eleições de 2011, os islamistas estavam já na cena, eles tentaram impor uma mesa de votação separada para homes e mulheres. Nós consideramos que isso era discriminatório, isso não é um banheiro, é um espaço público aberto a todo mundo. Quando há essas discriminações, as mulheres deixam passar, a manipulação é mais fácil nas mulheres (Fathia).

Assim, para muitas militantes, o importante no processo de transição era garantir que as mulheres pudessem participar desse processo sem sofrer nenhuma ingerência ou nenhuma violência que comprometesse sua eleição. Na lógica nativa, segundo as minhas conversas com as militantes, a participação da mulher encontrava muitos impedimentos dos partidos políticos. Além disso, preocupava a manipulação que as mulheres poderiam sofrer em algumas regiões economicamente desfavorecidas, onde a dificuldade da atualização da carteira de identidade permitiria que as mulheres fossem induzidas a votar. Sabia-se que em

⁴⁶Os jornais locais noticiaram em algumas oportunidades a iniciativa da “sociedade civil” de lançar uma coalizão de associações a fim de supervisionar o processo eleitoral e garantir a “voz do eleitor”. As manchetes assinalavam a Coalizão como um ente encarregado de “garantir a integralidade das eleições”, e como reflexo da “*sociedade civil* mobilizada para as próximas eleições”.

muitos lugares as mulheres tinham recebido a cédula de identidade no dia da eleição em 2011, e disseram que as mesmas foram persuadidas a votar no número de um determinado candidato ou mesmo foram levadas à força para a votação.

Esses impedimentos que diversas instituições, partidos políticos e sindicatos impunham às mulheres diziam respeito à falta de participação feminina nos postos de liderança. Frequentemente, as militantes da ATFD relatavam-me que, mesmo quando se tratava de um partido de esquerda – que nas aparências defendia direitos de forma igualitária –, a participação da mulher nos postos de liderança era negada. Assim, o debate da participação da mulher na política era como um ato cidadão que buscava a igualdade de direitos em todos os âmbitos.

Meu contato com a LET ocorreu nas primeiras reuniões da Coalizão na ATFD, das quais participou a vice-presidenta dessa associação⁴⁷: Madame Turquia. Além das atividades da Coalizão, a LET já havia começado a formação das mulheres que participariam como candidatas e, ao mesmo tempo, com as demais militantes dos partidos, realizava jornadas de formação para as campanhas políticas. Com relação à formação das candidatas, a LET trabalhou com mulheres de diferentes partidos políticos que haviam sido eleitas por esses para fazer parte das listas eleitorais.

Cada jovem formadora da LET era responsável por formar, ao menos, dez mulheres de diferentes partidos, que seriam futuras candidatas. Essas eram de diferentes tendências políticas: com exceção do Partido *Ennahda*, havia mulheres dos partidos *Al Joumhour*, dos Partidos do *Front Populaire* e de *Nidaa Tounes*. Contudo, a ação da LET não se restringia somente ao acompanhamento das candidatas de cada partido; havia também a preparação das militantes para a realização das campanhas políticas, realizavam formações semanais sobre o modo de fazer campanha *porte-a-porte* e sobre modos de aprimorar a comunicação para este fim.

Desde junho de 2014, as militantes dos partidos já participavam das formações feitas pela LET e se desenvolvia o acompanhamento das candidatas. Devido à minha aproximação da *Horra*, através da ATFD e em decorrência das atividades que essas associações faziam em

⁴⁷ Na reunião também estavam as integrantes da associação *Femmes et leaderships que*, embora não fosse parte da comissão de pilotagem diretiva na coalizão, apoiava as atividades.

conjunto, acompanhei e participei das formações da LET às militantes de três partidos do *Front Populaire: Watad*, Partido dos Trabalhadores, e *Baath*⁴⁸. Embora não existisse nenhuma militante da Associação candidata pelo *Front Populaire*, muitas das militantes da ATFD e da AFTURD faziam parte do Partido Watad ou do Partido dos Trabalhadores, às quais eu encontrava com frequência nas campanhas desses partidos, assim como nas atividades da Associação. Do mesmo modo, as próprias formadoras da LET faziam parte desses partidos e eram simpatizantes da ATFD e AFTURD.

As mulheres militantes desses três partidos participaram ativamente das eleições, seja nas campanhas, seja nas jornadas *porte a porte*. As militantes de *Watad* pertenciam ao *Horra*, que era um movimento de mulheres desse partido, criado por Chokri Belaid e presidido, no começo, pela esposa de Chokri, Basma S. As militantes do partido *Patriotes Democrates* não concordaram com a criação de um movimento de mulheres dentro do partido porque, para elas, era uma forma de separá-las. Sentiam-se, em primeiro lugar, membros do partido, e separá-las em um movimento de mulheres dentro do próprio partido gerou muita controvérsia. Dentre as que viram isso como uma forma de discriminação estava Thouraya, a coordenadora atual de *Horra*, e os que pensavam que um movimento de mulheres poderia ter maior diálogo com outras associações de mulheres.

Thouraya me contava que, em um primeiro momento, não entendia o porquê de dividir as mulheres militantes de um partido em um movimento de mulheres, mas dizia que a iniciativa de Chokri poderia ser compreendida pelo fato de que este queria fortalecer a participação feminina no partido e na política. As militantes de *Horra* participaram como um agrupamento de mulheres do Partido *Watad* em várias atividades realizadas pela LET, AFTURD, ATFD, etc. Essas militantes diziam-se pertencentes a este grupo que, por sua vez, pertencia ao Partido *Watad*, que era integrante do *Front Populaire*.

As mulheres de *Horra* não se declaravam feministas como as mulheres da ATFD e AFTURD; não obstante, afirmavam que também buscavam a igualdade entre os gêneros, e, por isso, o partido não deveria tê-las designado uma associação porque, antes de ser parte de *Horra*, eram militantes de esquerda, como todos os membros de *Watad*. Com relação às mulheres militantes do Partido *Baath*, elas estavam agrupadas em uma seção feminina do partido

⁴⁸ Os líderes desses partidos eram Chokri Belaïd, Hama Hammami e Othmane Bel Hadj Amor, respectivamente.

chamada *Ralia*, que contava com poucas integrantes; uma das militantes, não obstante, foi parte de uma lista eleitoral do *Front Populaire*. As mulheres *Ralia* eram presididas por Fatma Zohra; para elas, uma organização que buscava a luta da igualdade de gênero não precisava se declarar como feminista, bastando ser composta por mulheres e participar da política.

Apesar de fazer parte do *Front Populaire*, a secção feminina do Partido *Baath* – de tendência baazista⁴⁹ – não estava muito próxima a *Horra* e tampouco da ATFD. Esta secção feminina nunca participara como uma organização independente do partido, unida a outras associações feministas ou femininas. Seu campo de ação era exclusivo para as eleições legislativas e presidenciais. Já as mulheres militantes do *Partido dos Trabalhadores* não estavam agrupadas na forma de um movimento ou de uma secção, tampouco havia um discurso feminista presente. Ainda que alguns militantes da ATFD integrassem esse partido, as mulheres que participaram das formações da LET concordavam com a participação feminina e com a lei eleitoral, sem fazer referência a conceptualizações da ATFD sobre o processo de transição política.

De modo geral, a LET organizou as jornadas de formação com o objetivo de melhorar a comunicação em público das candidatas e militantes e de integrar nos discursos políticos a perspectiva dos direitos humanos e de gênero. Na primeira formação para as mulheres eleitoras, direcionadas ao *Front Populaire*, participaram, em um primeiro momento, esses três partidos acima referidos, com cerca de cinco mulheres por partido. Foram esses encontros que possibilitaram a minha primeira relação direta com as mulheres do Partido *Baath* e do *Partido dos Trabalhadores*. Testemunhá-los fora importante para conhecer o próprio movimento da ATFD e as relações que se teciam com outros agentes do processo eleitoral, bem como para compreender como era veiculada a noção de enfoque de gênero no processo de transição e como era vivido e significado este enfoque.

Assisti às primeiras formações com Ibtissem integrante de *Horra*, que me havia apresentado às outras militantes dos outros partidos políticos. A primeira formação foi realizada por Maria e a outra formação, que ocorreu duas semanas depois, por Olfa⁵⁰. As formações duravam geralmente dois dias, e ocupavam os turnos da manhã e da tarde. Essa primeira formação

⁴⁹ O baazismo prega a ideologia do pan-arabismo e teve seu desenvolvimento em Iraque e Síria.

⁵⁰ Eu conheci Maria e Olfa numa reunião da ATFD, onde elas participavam como convidadas.

realizada para 15 mulheres – do *Watad*, do *Partido dos Trabalhadores* e do *Baath* – tinha como eixo central a *formação e educação entre os pares e a comunicação*.

Para Maria, o ponto chave na ação da LET era preparar as mulheres para se tornarem atoras do processo político, *porque às vezes elas querem participar, mas não sabem como*. Por isso, para esse novo processo de transição, era necessário dotar às mulheres de técnicas para a participação na política partidária tendo como referência o enfoque de gênero. Essas ações de formação e preparação podem ser compreendidas também como a instauração de um novo contexto político e social que requer novas subjetividades, pois, como havia constatado, o processo eleitoral era de alguma forma novo na Tunísia e ATFD, AFTURD e LET precisaram criar e recriar novas formas de agir para esse processo – por exemplo, a adoção do enfoque de gênero na prática política estava de acordo com o novo contexto de eleições e da promulgação da lei eleitoral sobre a paridade.

Assim, a primeira formação visava *iniciar às participantes no enfoque de educação para os pares, pois esse oferece vantagens aos programas, às audiências e comunidades com o uso de uma comunicação adequada*. Tratava-se de uma jornada de formação na qual as militantes aprenderiam a dialogar com moradores de diferentes regiões do país sobre as eleições. Durante toda a jornada, Maria desenvolveu uma aula sobre a forma de comunicar-se e relacionar-se com as pessoas de acordo com a região que iriam visitar. Trabalhava-se no sentido de ensinar não só como comunicar verbalmente uma ideia, mas também transmiti-la gestualmente. Em suma, se difundia um conhecimento para a constituição do que uma militante de partido deveria saber para agir nas campanhas eleitorais.

Todas essas atividades apontam para uma nova subjetividade e para a formação de um sujeito cidadão que passava principalmente a reconhecer a *importância do papel da mulher no suporte da prática e da participação eleitoral*, sendo que disso decorreria uma *sociedade democrática que garante a igualdade no exercício do direito de uma eleitora ou candidata*⁵¹. Isso se torna compreensível quando a LET focaliza seu trabalho nas mulheres e nas jovens, nos atores da sociedade civil, nos atores políticos, nas candidatas às eleições e jovens e mulheres líderes comunitárias, dando ênfase à participação feminina em todo este processo.

⁵¹ Conforme se descreve a atividade da LET em documentos e na sua página de internet.

A LET é a primeira associação na Tunísia que acompanha as eleições, com a perspectiva de gênero, desde 2011. Meu trabalho é formar... eu formo às mulheres, as candidatas, nós chamamos de candidatas, sejam elas eleitoras, ou mulheres que trabalham na sociedade civil, ou sejam elas de partidos políticos, eu formo em educação para os pares e comunicação, porque é importante em todo saber o que é uma campanha eleitoral, ou uma campanha de sensibilização, não importa que campanha, mas é necessário saber se comunicar com ou outro e assim eu formo em campanhas eleitorais. Há regiões longínquas onde não há meio de transporte, as mulheres querem trabalhar na sociedade civil, em partidos políticos, elas querem fazer qualquer coisa pela Tunísia, mas não conseguem se introduzir nem na vida política, nem na vida associativa. (Maria - LET).⁵²

Dessa forma, como assinalava Maria, era necessário ter instrumentos para realizar uma campanha política e integrar as mulheres nessa campanha. Assim, durante a sessão de formação, ela ensinou às militantes dos partidos, por meio de dinâmicas, como elas deveriam falar com as pessoas durante as campanhas eleitorais e os pontos que deveriam ser explicados às pessoas. Por sua vez, as militantes asseguravam que a formação era importante para que pudessem entrar em contato com a população e propagar o processo eleitoral, já que a população não estava acostumada com eleições e nunca havia elegido um presidente.

Com relação às candidatas que a LET acompanhava e assessorava, como indiquei acima, existiam militantes de diversas tendências políticas – todavia, somente de partidos considerados *progressistas* e que não davam ênfase à religião. Embora houvessem partidos na coalizão do *Front Populaire* que ressalvassem as raízes árabo-muçulmanas e o pan-arabismo, como o movimento *Baath* e a *Courante Populaire*, estes não eram considerados islamistas. Também, entre as mulheres que assistiam às formações promovidas pela LET, havia não só feministas, mas militantes de partidos políticos sem uma orientação feminista, tal como esta era definida pela ATFD.

⁵² La LET est la premier association en Tunisie qui accompagne des élections, avec la perspective genre, depuis 2011. Mon travail c'est de former, je forme des femmes, les candidates, qu'on appelle des candidates, que c'est soit des électriciens, ou de femmes que travaillent dans la *société civil*, ou bien qui font parties de parti politique, moi je forme en éducations pour les paires et communications parce que c'est super importante dans tout savoir qui est campagne électorale, ou bien campagne de sensibilisation, ou bien n'importe quelle campagne et surtout comment communiquer avec l'autre, avec le pair et aussi je forme en campagnes électorale, (...) il y a des régions retirées, il n'y a pas des transportes, les femmes il veulent travailler dans la société civil, dans le parties politiques, elles veulent faire quelque chose pour la Tunisie mais n'arrivent pas à s'introduire dans la vie politique ni dans la vie associative.

Durante todo o processo eleitoral, a LET realizou formações para 264 mulheres, das quais 23 participaram como primeiras ou segundas nas listas eleitorais, sendo que oito dentre essas foram eleitas como deputadas da Assembleia Legislativa. Mais adiante analisarei as campanhas políticas e as candidaturas de duas mulheres da ATFD. À medida que passava o tempo, as campanhas foram se intensificando, sobretudo, nos últimos meses. As articulações entre associações e partidos ocorriam de forma fluída, pois as mulheres da ATFD circulavam, ora entre as associações, ora nos partidos que militavam. Da mesma forma, as militantes da LET participavam das atividades entre a ATFD, a AFTURD e os partidos. Igualmente, as mulheres dos partidos políticos, ora assistiam às formações da LET, ora eram membros da ATFD e AFTURD.

Todas essas atividades promovidas pela LET eram a realização do objetivo dessa associação, mas, ao mesmo tempo, refletiam a maneira como as mulheres da LET vivenciavam a transição política. Além disso, o trabalho que elas realizavam contribuía para a observação da célula gênero da Coalizão da Sociedade Civil, e, embora a AFTD, AFTURD e LET tenham tido seus objetivos específicos, essas associações trabalhavam em conjunto entre elas com a finalidade de preparar os observadores das eleições.

Se o eixo central para essa célula era *realizar a observação das eleições com o enfoque de gênero*, esse não constituía o único fim, pois a transição era vista como um processo adverso que havia oposto forças políticas e colocado em questão alguns valores adquiridos desde o início da República. As eleições para as mulheres dessas associações iriam ratificar seus direitos, ou pô-los em debate. O que estava em jogo era a constituição de uma nova ideia de cidadania e de cidadã, elementos que indicavam a “nova república” e a democracia. Assim, a observação não se tratava de meramente “observar” o dia da votação, mas dar elementos para um projeto geral de uma nova república democrática, com uma consciência da igualdade entre os gêneros.

Outrossim, a transição havia permitido a entrada legal de ideologias religiosas que não possuíam visibilidade na Tunísia antes da revolução e que, por não terem aceitação na população, segundo as mulheres, poderiam contribuir com o uso político do Islã, que questionaria *os avanços de alguns direitos da mulher*. Por esses motivos, *era necessário integrar as mulheres em todo o processo eleitoral*.

Nós queremos que a mulher não seja mais utilizada pelos partidos políticos sem que esses partidos defendam a mulher. Isso nos interessa, é a igualdade entre homens e mulheres nos fatos e nas leis, nós sempre apresentamos uma boa imagem da mulher tunisiana. É verdade que a mulher tunisiana, com relação às outras mulheres do mundo árabe a mais de direitos, nós temos uma situação mais confortável, mas há muitas coisas a conquistar para falar de igualdade. Como conquistar essas coisas? Para começar quando as mulheres fazem suas escolhas, quando as mulheres escolhem durante as eleições, as pessoas que defendem verdadeiramente a igualdade, é necessário sensibilizar às mulheres a participarem das eleições e a participar das reuniões políticas para nos compreender. Nós deveríamos também sensibilizar às mulheres a se candidatar porque somente esses que estão nos postos de decisão, são os que podem mudar a política. Nós como parte da sociedade civil exercemos a pressão política, mas são os políticos que mudam tudo, o político no parlamento, o político no governo. Eles mudam o mundo e é necessário criar às mulheres nessas instâncias.⁵³

Sob essa premissa de sensibilizar as mulheres a participarem das eleições para poder obter a igualdade em todos os âmbitos, a começar pelo político, articularam-se toda a estratégia de observação. Essa observação – uma das principais atividades realizadas pela ATFD no processo de transição, que ocorreu no dia das eleições legislativas e nos dois turnos das eleições presidenciais – se deu em duas etapas: inscrição e formação das observadoras e redação de um questionário para o dia da eleição. O questionário foi o resultado de várias reuniões dentro da ATFD e de reuniões entre a ATFD, AFTURD e a LET.

Conforme me referi acima, a observação com enfoque de gênero, diferentemente das observações que se faziam nas eleições, tinha como principal propósito dar uma perspectiva da participação das mulheres nas eleições. Em primeiro lugar, se observou o número de mulheres que assistiu às mesas de votos, o modo como elas votaram (sozinhas ou acompanhadas) e se portavam ou não o *niqab*.

A redação do questionário implicou algumas reuniões internas em cada uma das associações para que depois fosse elaborado o questionário final em uma grande reunião realizada pela

⁵³ Nous voulons que la femme ne soit plus utilisée pour les partis politiques sans que ces partis politiques défendent la femme. C'est que nous importe de plus c'est la égalité entre les hommes et les femmes dans le fait et dans la loi (...) on a toujours présenté une bonne image de la femme tunisienne. C'est vrai que la femme tunisienne, par rapport aux autres femmes du monde arabe, a plus des acquis, ont une situation un peu plus confortable, mais il y a beaucoup des choses à conquérir pour parler d'égalité. Comment conquérir ces choses-là ? D'abord quand la femme se fait son choix, quand la femme choisit pendant les élections, les gens qui défendent vraiment l'égalité, donc il faudrait sensibiliser les femmes à participer des élections et à participer des réunions politiques pour bien comprendre les uns et les autres, et bien choisir. Nous devrions aussi sensibiliser les femmes à se porter candidats parce seul ce qui sont dans le poste de décision peuvent changer la politique, nous en tant que société civil, on exerce de pression dans la politique, mais ce sont les politiques qui changent tout, le politique dans le parlement, le politique dans le gouvernement, c'est sont eux d'abord qui changent le monde, donc il faut créer les femmes dans ces instances-là.

LET, na qual estiveram presentes, além das militantes da ATFD e da AFTURD, uma representante da UNFT e da *Égalité & Parité*. Neste processo de transição, também estiveram envolvidos os programas de cooperação internacional interessados na promoção da democracia e em apoiar a “sociedade civil” tunisiana. As agências de cooperação internacional, não só deram suporte a essas associações com consultorias, mas forneceram o financiamento para as reuniões, para a elaboração do questionário, bem como para a redação do relatório.

A LET teve o financiamento da *Heinrich Böll Stiftung*, enquanto a ATFD e AFTURD realizaram suas atividades através do financiamento de *Gender Concerns International*. O apoio das agências de cooperação internacional nas associações na Tunísia é corrente e essencial para o funcionamento das mesmas. Como assinalam Sigillò e Chevalier (2001), para diferentes âmbitos, as agências de cooperação internacional em um processo de transição entram para realizar um papel importante nessa conjuntura. No caso tunisiano, essas agências financiam as associações, promovem uma agenda temática e procuram uma afinidade com a associação para seu desenvolvimento.

Na reunião sobre o “Monitório das eleições desde a perspectiva de gênero”, a Fundação *Heinrich Böll Stiftung*, além de assessorar as atividades da LET, convidou uma observadora alemã especialista no enfoque gênero, Ellen, que relatou suas experiências de observação em outros países da Europa Oriental onde acompanhara o processo de transição democrática. Junto com ela, o diretor dessa fundação e a presidenta da LET deram as diretrizes para a elaboração do questionário a ser usado no dia da eleição. Na parte da tarde, Ellen tinha organizado dinâmicas e separado as mulheres em grupos para que propusessem questões a respeito do questionário. Fiquei no Grupo de Dorra, Ahlima, Moufida e Hafida, que representavam o grupo da ATFD e AFTURD. Além das militantes de Túnis, também participavam militantes das secções de outras cidades como Sfax, Sousse e Bizert.

Para o grupo de mulheres dessa discussão, o tema mais importante era verificar se haveria ou não violência nas mesas de votação. Propuseram analisar se havia uma igualdade no tratamento para as mulheres analfabetas ou idosas. Além disso, conforme elas me indicaram, saber o número de mulheres que foram votar era importante para mesurar o interesse das mesmas em participar do processo político. Após finalizarem as propostas para o

questionário, nas semanas que decorreram, a Comissão Eleição da ATFD realizou a formação das observadoras – todas as participantes eram mulheres e foram realizadas cinco sessões de formação.

Todas as secções da ATFD de diferentes cidades da Tunísia – Sfax, Bizert, Sousse, Kairouan – participaram destas formações para que houvesse observadoras em cada região; ao mesmo tempo, essas secções trabalhavam com associações menores que operavam em cada localidade. Porém, antes da formação – e como parte das campanhas de sensibilização realizadas pela ATFD, que seguiam o cronograma feito para a Coalizão da Sociedade Civil – foram organizados seminários em cada uma dessas cidades. Essas palestras, não só estavam dirigidas para as mulheres da ATFD, mas também para o público em geral. Mulheres, líderes locais, membros de outras associações eram convidados a participar desses eventos.

Em Kairouan, considerada uma das cidades mais religiosas, o seminário “A Mulher nas Eleições” congregou a diversas mulheres de diferentes tendências políticas. Fathia, que iniciou o seminário, reiterou a necessidade de se envolver nas eleições, como parte de um direito fundamental das mulheres e para preservar os direitos adquiridos em 58 anos de independência, ressaltou a importância de dar início à construção de uma democracia, a partir das regiões, implicando as mulheres para que essa construção se torne um processo nacional.

A retórica do Estado Nação da Tunísia como um país moderno que buscava a democracia era enfatizada com frequência pelas militantes da AFTD. Essa retórica era utilizada, sobretudo, quando se sublinhava que os direitos garantidos nos outros governos estariam sendo *ameaçados por doutrinas fundamentalistas*. Nesse sentido, tratava-se de, através do envolvimento das mulheres no processo de transição, tomar consciência de todos os direitos outorgados às mulheres para que pudessem chegar à democracia e frear o avanço dos *extremistas*. Durante o evento, foram distribuídas camisetas com o *slogan* “Sou mulher, voto e faço a democracia”.

Desde julho até semanas antes da votação, a Comissão Eleição tinha lançado um comunicado fazendo chamado às mulheres – da Associação ou não – para se inscreverem como observadoras com o enfoque de gênero. As observadoras foram preparadas pelos membros da

Comissão Eleição, que, um dia antes das eleições, distribuíram os questionários para todas as observadoras – mulheres jovens independentes que se inscreveram na Associação.

APPEL POUR L'OBSERVATION DES ÉLECTIONS

A toutes nos militantes,

à toutes nos amies et à tous nos amis,

svp si vous voulez participer à l'observation des élections et il est important de le faire, c'est un devoir national pour celles et ceux qui le peuvent et qui répondent aux critères d'indépendance, ramenez une copie de votre carte d'identité et deux photos à l'Association Tunisienne des Femmes Démocrates pour vous inscrire à l'observatoire de [la Coalition Civile pour les Elections](#). Faites vite, c'est urgent. Vous pouvez le proposer à vos ami-e-s et connaissances.

Adresse : 21, Avenue Charles Nicole, Cité Jardins, 1002 Tunis Belvédère. Tél : 71 840 201 Port : 22953782

P. Le Comité Directeur
La Présidente
Saida Rached

Figura n. 2 – Chamado para se inscrever como observadora, publicado na ATFD.

No final do processo eleitoral para as eleições legislativas as quais acompanhei, alguns números referentes à participação feminina nas eleições foram divulgados. É necessário ressaltar que na Tunísia o voto, tanto nas eleições legislativas em 2011 quanto em 2014, foi opcional e se fez mediante a inscrição do nome na ISIE.

Em 2011, o número de votantes foi de 4.000.200 pessoas, sendo 37, 27% mulheres, ao passo que, em 2014, o número de inscritos aumentou para 5.285.136, sendo a porcentagem de mulheres 50,5% contra 49,4% de homens. Esses dados foram interpretados pelas mulheres da ATFD como indicadores de que as mulheres tunisianas estavam interessadas na vida política e nas mudanças do país. Como assinalava o relatório final apresentado em parceria com a AFTURD e o *Gender Concerns*:

As mulheres foram as artesãs e guardiãs da democracia e da paz, porque mesmo si elas puderam impor a paridade e a alternância nas listas eleitorais, havia ameaças sobre seus direitos, e essas ameaças que apareceram são reforçadas pela chegada dos islamistas no poder depois das eleições de 23 de outubro de 2011.⁵⁴ (Disponível em http://www.genderconcerns.org/pdfs/Tunisia_GEM2014_Final_Report.pdf).

⁵⁴ Les femmes ont été les artisanes et les gardiennes de la démocratie et de la paix puisque, même si elles ont pu imposer la parité et l'alternance dans les listes électorales, des menaces pesant sur leurs droits sont apparues et se sont renforcées avec l'arrivée des islamistes au pouvoir après les élections du 23 octobre 2011.

Contudo, elas asseveram que, apesar de as mulheres participarem da política para garantir seus direitos, havia, segundo elas, *ameaças* a essas conquistas por parte de setores islamistas. Nesse processo de transição, além dos eventos violentos aos quais me referi acima (que foram concebidos como a entrada de ideologias extremas na política do país após a revolução), houve diferentes debates sobre temas – como a igualdade na herança, o uso da palavra “igualdade” no lugar da palavra “complementaridade” na Constituição, o uso do *niqab* e o aborto – que injetaram tensão às forças políticas do país, sobre quais farei referência adiante.

Uma análise final de todo processo – englobando as eleições legislativas e os dois turnos das eleições presidências – elaborada pela ATFD, AFTURD e LET, apoiadas pelos seus parceiros das agências internacionais, indicava as recomendações de atuação para as próximas eleições:

Esforços particulares devem ser feitos para atender às jovens eleitoras

- Um grande número de campanhas de sensibilização e uma vigilância estrita da participação da mulher nas zonas rurais é necessária.
- As representações estereotipadas das mulheres a través das campanhas de sensibilização difundidas nos meios de comunicação reforçam a tendência que faz com que as decisões políticas sejam tomadas somente por homens. As mulheres devem ser representadas como iguais aos homens em todos os domínios.
- Coordenação entre as associações da sociedade civil que trabalham sobre os direitos das mulheres e sua participação na vida política, e a autoridade eleitoral para conceber ações da educação cívica, organizá-las melhorará os resultados.
- Capacitar a formadoras mulheres para a educação cívica dos eleitores.
- Simplificar os processos de voto é necessário, sobretudo, para as mulheres rurais e analfabetas.⁵⁵

⁵⁵ Des efforts particuliers doivent être fournis pour atteindre les jeunes électrices.

- Un plus grand nombre de campagnes de sensibilisation et une surveillance étroite de la participation des femmes dans les zones rurales demeurent nécessaires.
- Les représentations stéréotypées des femmes à travers les campagnes de sensibilisation diffusées dans les médias renforcent la tendance qui fait que la prise des décisions politiques demeure la spécialité des hommes. Les femmes doivent être représentées comme l'égale de l'homme dans tous les domaines.
- Plus de coordination entre les associations de la société civile, qui travaillent sur les droits des femmes et leur participation dans la vie politique, et l'autorité électorale pour concevoir des actions d'éducation civique et les organiser, optimiseront les résultats de ces actions.
- Former plus de formatrices femmes pour l'éducation civique des électeurs.
- Simplifier davantage les procédures de vote est nécessaire en particulier pour les femmes rurales et analphabètes.

Todos esses pontos fazem referência à maneira como foram vivenciadas as eleições e o novo contexto histórico-político a partir da perspectiva da experiência das mulheres da ATFD. Os modos como se pretende criar uma cidadania e a constituição de um sujeito-mulher, que busca a igualdade, inserem-se em um processo de elaboração de novas subjetividades e de uma reconfiguração do papel do Estado que, segundo as mulheres, deveria promover a igualdade entre mulher e homem.

2. Sensibilização e Coalizões

Pouco depois de formada a Comissão Eleição, a LET e a ATFD elaboraram alguns *flyers* referentes às eleições, como parte do programa de sensibilização. Na Festa da Mulher, dia 13 de agosto de 2014, quando se realizou a caravana de sensibilização para as eleições, esses *flyers* foram distribuídos nas ruas dos bairros onde se fez a campanha. Falava-se com os todos os moradores da região, mas se procurava, sobretudo, às mulheres, posto que o voto feminino nas eleições era visto por essas associações não somente como um ato civil inédito no país, mas como a forma de garantir direitos femininos para uma igualdade. A forma como essas duas categorias eram tratadas pelas mulheres dessas associações direcionam-se a uma “consciência de cidadania das mulheres que lutam por uma Tunísia igualitária”.

Nesse sentido, o *flyer* equacionava diferentes categorias que traspassavam a ideia de que a questão da liberdade e da igualdade seria garantida no ato de votar, bem como na eleição de um projeto político. Apesar do *flyer* não se opor explicitamente à corrente do islamismo político, expunha questões que, segundo as feministas, estavam de acordo com os direitos já garantidos pelas mulheres durante os dois governos – e os mesmos não poderiam ser ameaçados por visões fundamentalistas.

Como apresento na seguinte figura, o panfleto elaborado em frente e verso falava das eleições, dos direitos e das liberdades das mulheres como valores decorrentes do voto. Na frente do panfleto a frase inicial era:

“Tunísia é livre, você é livre”. “Devemos nos dar as mãos, nos inscrever nas eleições; nosso voto é nossa honra e com o voto nós garantimos nossos direitos e liberdades”.

Na parte inferior do *flyer* foi desenhada a imagem de uma urna onde se lê “as eleições”. No verso, o apelo ao papel da cidadania da mulher foi ressaltado. A frase começa da seguinte forma:

“Eu sou uma mulher, sou cidadã, eu faço minha inscrição para as eleições, eu construo a Tunísia pela igualdade”.





Finalmente são divulgadas as datas das eleições: as eleições legislativas foram marcadas para o dia 26 de outubro; as presidências, para o dia 23 de novembro; e o segundo turno marcado para o dia 28 de dezembro do ano de 2014.

De fato, as eleições eram vistas pelas mulheres da Associação e das secções femininas dos partidos como uma oportunidade de afastar as tendências islamistas ao governo. O chamado feito às mulheres para que elas se inscrevessem para votar nas eleições era visto como um ponto crucial na atividade política das feministas e das mulheres em geral. Para elas, era necessário insistir para que as mulheres participassem como eleitoras porque esse ato, além de fazer parte de um processo de transição, tornaria as mulheres engajadas nessa mesma transição. Diziam-me que esse processo de transição implicava também em um processo de mudança de mentalidade porque os tunisianos estavam acostumados a pensar em uma ditadura, e essa mentalidade não ajudava no processo de democratização, tampouco a pensar em uma liberdade de escolha.

Do ponto de vista das militantes, as mulheres deveriam se inscrever nas eleições para poderem participar desse processo de democratização, e o voto deveria garantir a manutenção dos direitos obtidos no CSP, os quais estariam assegurados pelos partidos mais progressistas. Conforme elas me relatavam, durante a ditadura, a luta era contra o poder de Ben Ali; por sua vez, no contexto da transição política e do pós-revolução, a chegada dos islamistas e suas propostas seriam um obstáculo para a questão da igualdade. Basicamente, os argumentos da ATFD que se opunham ao movimento islamista diziam respeito à adoção da CEDAW, à lei da herança e à ideia de complementaridade.

O avanço dos islamistas e o apoio que o movimento *Ennahda* encontrava na população foram constantemente debatidos em todas as reuniões, pois as mulheres alegavam que muitos dos seus direitos estariam em perigo, visto que as concepções sobre família e sobre o papel da mulher adotada pelos islamistas eram baseadas em leituras conservadoras do Islã. Em quase todas as reuniões – não somente às que concerniam às eleições – discutiam-se os direitos adquiridos. Para as militantes da ATFD, nos governos anteriores foram adquiridos muitos direitos, mas esses não eram suficientes. A luta feminista deveria continuar, não somente para conservá-los, mas para reforçá-los.

Para as mulheres da ATFD, a visão de que a Tunísia era um país com muitos direitos para a mulher deveria ser mudada porque tal perspectiva não contribuía com o reconhecimento de um relevante aspecto da política tunisiana: que a questão da mulher foi instrumentalizada pelos governos tunisianos e também porque isso impossibilitava a luta pela conquista de vários outros direitos. Descrevo a seguir o modo como, no processo de transição, a lei da herança, o debate sobre a CEDAW e o debate sobre a complementaridade na lei, gerou tensões entre a perspectiva feminista e a visão das secções femininas dos partidos referidos e a do Partido *Ennahda*. O tratamento que esses setores deram a essas questões acarretou diferentes modos de fazer política e conceptualizações opostas de categorias, tais como: *modernidade/retrocesso*, *islamismo/direitos femininos*, *terrorismo/democracia*. Estas categorias são constitutivas das ações que as militantes realizaram durante a transição e que deram sentido àquelas.

Assim, um dos pontos centrais nos debates das feministas tunisianas referia-se à questão da lei da sucessão e da lei da herança, que, do ponto de vista delas, eram causadoras das

desigualdades às quais estavam as mulheres submetidas que as mulheres sofriam. Essas leis, segundo as feministas, deveriam ser mudadas, pois estavam baseadas em concepções religiosas. Do ponto de vista da maioria das mulheres da ATFD, AFTURD, LET e das secções femininas de partidos políticos, se os islamistas ganhassem as eleições, essas leis se manteriam e continuariam a desfavorecer as mulheres.

Em um governo *progressista*, essas leis poderiam ser debatidas e, talvez, mudadas. Não obstante, para as mulheres da Associação, tudo seria uma questão de interpretação do Islã. Entretanto, o alegado era que o movimento islamista interpretaria essas leis a seu favor, não realizando nenhuma leitura progressista do Islã, pois, quando se fala em direito de sucessão e fala-se da lei sobre a herança, refere-se diretamente ao Islã. Muitos dos seminários que assisti e as publicações da ATFD falavam nessas duas leis como uma das formas de perpetuar as injustiças e desigualdades que sofre a mulher.

Como me dizia Leila, uma das fundadoras da ATFD

Por exemplo, a questão da violência que toca à questão da mulher, pode ser, desde que nós falamos de igualdade sucessória e da igualdade na herança, é verdade que nós falamos do islã, mas mesmo no islã, nós podemos ter várias leituras, que dizem que a mulher poderia ter a mesma parte que o homem, então há alguns parágrafos... a jurisprudência que pode interpretar o Corão a favor da igualdade, então é questão de leitura e de interpretação, cada um lê a sua maneira, por exemplo, a questão da adoção pode ser lida no islã como uma questão privada. (Leila).⁵⁶

Não obstante, para muitos setores religiosos, mesmo não islamistas, o Corão tratava das formas como deveria se dar a transmissão da herança e não poderia ser interpretado de outra maneira. Em uma ocasião na qual tive a oportunidade de conversar com as integrantes da Oficina da Mulher e da Família do Partido *Ennahda*, comentaram-me que, para elas e para o Partido, a igualdade na herança não era uma questão a ser discutida porque estava escrito com clareza no Corão e fazia parte de toda a *cultura muçulmana*, não sendo passível de reinterpretção, tendo em vista que se tratava de um mandato sagrado. De outro lado, para as

⁵⁶ Par exemple, la question de la violence a quoi il touche la question de la femme, peut-être, dès que on parle de la égalité successorale et la égalité dans l'héritage, c'est vrai qu'on touche l'islam, mais même dans le islam nous avons eu plusieurs lectures, que dissent que la femme pourrais avoir la même parte que l'homme, alors il y eu des exégètes(...), la jurisprudence qui pouvaient interpréter le Coran a faveur de l'égalité, alors c'est une question de lecture et d'interprétation et chacun le lis à sa manière, par exemple, la question de l'adoption on peut la lire dans l'islam comme une question privée. (Leila)

militantes da Associação, uma lei a favor da igualdade na herança estava de acordo com a igualdade prevista na Constituição.

Segundo elas, para a busca da igualdade total, há obstáculos como a repartição da herança:

Há dois problemas: o problema da herança e o problema da homossexualidade. Há a questão da herança, porque você sabe que nos países muçulmanos a mulher herda menos do que o homem. As mulheres não herdam quase nada e depois se encontram na rua. Há pessoas que não gostam de falar na herança, porque dizem: não questionamos a herança porque não questionamos à tocamos a religião. (Soad)

Para as militantes, o CSP de 1959 deveria ser mudado para que houvesse uma distinção mais clara com relação ao direito sucessório muçulmano – o qual privilegia a linha de sangue masculina, a preeminência do parentesco agnático de homens por homens, ou seja, o privilégio masculino na herança. Embora a lei de 1959 que reforma o código indique a ideia da colateralidade para os descendentes, para as feministas, isto é insuficiente. E com o retorno do islamismo, asseguravam que a igualdade poderia ser estancada.

Conforme me comentavam as mulheres, apesar de existir uma lei de 1998 que determinava a comunidade de bens entre os cônjuges, o sistema da herança continuava sendo discriminatório porque dava aos homens o dobro do que se dava para as mulheres. Assim, um debate que estabelecesse a mudança seria necessário. No entanto, o assunto ocasionou diversos conflitos entre as mulheres das associações feministas e as deputadas do partido *Ennahda*, que não viam necessidade em debater sobre a lei da herança em um momento de transição política. Em uma matéria do jornal *Face Africa*, Yamina Zoghلامي, deputada por *Ennahda*, referiu-se à proposição de revisar a lei da herança realizada pela deputada Mehdi Ben Gharbia (*Aliança Democrática*) como uma iniciativa que semearia o caos entre a população, que já se encontrava em uma situação de fragilidade.

Durante todo o processo que antecedeu às eleições, as mulheres da ATFD enfatizavam nas reuniões, nos jornais locais e nas conversas que eu tinha com elas a necessidade primordial de debater a mudança na lei da herança porque, se por um lado, a Tunísia era o primeiro país árabo-muçulmano onde as mulheres tinham muitos direitos instrumentalizados pelo Estado, por outro, as *ameaças* a esses direitos no novo contexto político seria um retrocesso aos direitos que o próprio Estado lhes outorgou. Como decorrência da proposição de mudança da

lei da herança, desde 2011, fazia-se pressão para que as reservas da CEDAW fossem eliminadas.

Essas estavam relacionadas com a lei da herança. A Tunísia estabeleceu reservas para quatro artigos, a saber:

- Reserva ao artigo n° 9, que propõe a igualdade para o homem e a mulher decidirem a nacionalidade de seus filhos. Porém, esta reserva foi anulada em 2011.
- Reserva ao artigo n°15, que estabelece o direito à mulher de escolher sua residência e seu domicílio.
- Reserva ao artigo n°16, relativo à concessão de nomes da família aos filhos e à aquisição da propriedade por via de sucessão; a Tunísia não considera que este artigo vá de encontro com o estabelecido no CSP.
- Reserva ao artigo n°29. Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados-parte relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção e que não for resolvida por negociações será, a pedido de qualquer das Partes na controvérsia, submetida à arbitragem. Se no prazo de seis meses a partir da data do pedido de arbitragem as Partes não acordarem sobre a forma da arbitragem, qualquer das Partes poderá submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça mediante pedido em conformidade com o Estatuto da Corte. Qualquer Estado-parte, no momento da assinatura ou ratificação desta Convenção ou de sua adesão a ela, poderá declarar que não se considera obrigado pelo parágrafo anterior. Os demais Estados-parte não ficam obrigados pelo parágrafo anterior perante nenhum Estado-parte que tenha formulado essa reserva. Qualquer Estado-parte que tenha formulado a reserva prevista no parágrafo anterior poderá retirá-la em qualquer momento por meio de notificação ao Secretário-Geral das Nações Unidas.⁵⁷

O debate pela igualdade na sucessão e na herança era um ponto primordial durante a transição, pois, para as mulheres, a democracia devia levar à igualdade e não se poderia fazer uma transição democrática tendo as reservas da CEDAW. Todas as militantes feministas

⁵⁷A Tunísia tem reservas com este último artigo argumentando que o litígio só pode ser solucionado na Corte Internacional com a entrada das duas partes.

apontavam as reservas e a lei da herança como um ponto negativo que a revolução poderia ter trazido. Para elas, a igualdade seria postergada se o partido *Ennahda* tivesse a maioria na Assembleia, pois segundo elas, para os membros deste partido, debater a lei de herança não era prerrogativa importante porque havia outras questões mais urgentes.

As militantes de *Ennahda* com quem falei relataram que as únicas divergências que tinham com a oposição eram com relação às reservas da CEDAW e com os setores favoráveis à homossexualidade. Embora a oposição também buscasse a igualdade entre o homem e mulher, esta igualdade não passava pela reivindicação da herança. Diziam-me que não precisavam debater sobre os direitos femininos, como o faziam outros setores; Nadia de *Ennahada* me comentou a respeito da paridade: *como a paridade, todo o mundo falava da paridade na lei eleitoral, todos os partidos, as mulheres, mas nós, nós que não falávamos disso aplicamos a paridade antes mesmo que ela seja uma lei.*

As reservas da CEDAW, então, foram o centro de várias interpretações e de desacordos. Em abril de 2014, a Tunísia eliminara todas as reservas, mas, apesar de inúmeras manifestações e mobilizações realizadas desde a revolução⁵⁸ para anular as reservar, os questionamentos a estas ações, à CEDAW e a preservação da lei sobre a herança geraram inúmeras confrontações entre a classe política na Tunísia. Segundo as palavras das mulheres da ATFD, era incompreensível que durante a transição política a igualdade de gênero não se desse em todos os âmbitos.

Além disso, aqui na Tunísia a democracia é ameaçada mas há oportunidades, agora a liberdade de prensa, e isso é e uma oportunidade para nos reativar, para sensibilizar às mulheres de seus direitos..., mas a luta continua. Há também a ameaça do terrorismo, da violência política, a violência social, há ao mesmo tempo, o apego das mulheres a seus direitos, em princípio uma autonomia, quando vemos as mulheres que são completamente iletradas, camponesas, trabalhadoras de usinas, que acordam às quatro

⁵⁸ Desde 2011, a ATFD, a AFTURD, a LTDH e a EGALITÉ ET PARITÉ, entre outras associações, realizaram várias campanhas para pressionar grupos políticos com a alta instância pelos objetivos da revolução, a fim de que a Tunísia anule as reservas. Em 08 de agosto de 2011, a ATFD e outras associações fizeram um *stand up* em um dos bairros mais antigos da cidade. Um projeto de um ano foi elaborado por CAWTAR, de 2013 a 2014, intitulado “Direz ouï a l’égalité, C’est direz ouï a la CEDAW et non a la discrimination”. Uma série de seminários, sensibilizações e obras de teatro foram realizadas em algumas cidades do interior. Em 2014 foi realizada uma reunião interassociativa e a criação de um grupo de defesa da CEDAW, que lançou uma forte campanha midiática. Além disso, as agências das Nações Unidas organizaram um grande seminário “La CEDAW, défis, enjeux et stratégiques”. Ainda, a ATFD tinha nos seus quadros importantes e influentes juristas, como Sana Ben Achour e Monia Ben Jemia (atual presidenta da ATFD 2016-2018,) que por sua parte tinham parentesco com altos membros de diversas instituições estatais, como Ministério da Mulher, Ministério de Justiça e ANC, onde estas reservas eram discutidas.

da manhã apara trabalhar, elas dizem que isso é para a autonomia, isso é importante, elas querem ser autônomas, então elas transmitem seu valores, mesmo si elas não tem uma noção clara dos direitos , elas se apegam à autonomia, e isso encontramos em muitas gerações, mesmo antes. Minha avó e seu marido que era muito muçulmano, ela queria a autonomia, ela era forte e queria expressar seus direitos. Eu penso que há esperanças que os direitos das mulheres estão se consolidando, mas há muita resistência também o partido islamista, ele tem os meios enormes nesta região, eles não admitem que a mulher tunisiana tenha aquisições jurídicas, eles contribuem a que os direitos da mulher recuem. (Fathia)

As pessoas de *Ennahdha* estão atacados à CEDAW, as mesmas mulheres que dizem ser pela igualdade, direitos femininos, são contra a e contra a lei integral. Elas estão pressionando no ministério para não aceitarem a lei integral. (Baktha)

Se a gente fica com o referencial da religião nós não podermos esperar a igualdade, mesmo si nós estamos num país muçulmano, não se trata de ir contra a religião, de jeito nenhum, é uma liberdade, é normal, é um país muçulmano, mas não é a religião que vai gerir os problemas da mulher hoje em dia, essa é a primeira coisa depois da revolução e da chegada dos islamistas, assim a liberdade de expressão para todos, uma das primeiras questões que tem ocupado o espaço público e político é a mulher e até hoje, ontem de noite, eu ouvi na televisão em *Moutawasent* uma emissão contra a lei integral, foi terrível... Contra a CEDAW e as reservas, contra a herança e contra o as militantes feministas que pedem a igualdade, o debate sobre o aborto saiu num texto em 05 de dezembro no *Le Quotidien*, que questiona o direito ao aborto. Então, a questão da mulher é central desde aquela época, nós pedimos a separação do religioso e do político. (khafidha)⁵⁹

As declarações de Baktha e Khafidha ressaltam o quanto foi central o debate sobre a mulher durante toda a transição, evidenciando a diferença da luta feminista, que, segundo elas indicam, não se pode fazer tendo como referência o Islã ou a religião. A forma de fazer política que elas exercem tem como base a laicidade – o principal conceito sobre o qual edificam suas propostas e seus modos de atuação. Por outro lado, o modo de fazer política dos setores religiosos coloca-os em conflito devido às suas bases no Islã, que são constitutivas de suas ações. Embora *Ennahda* não seja um partido islâmico, é compreendido pelas militantes feministas como uma ameaça tendo em conta as suas bases religiosas.

⁵⁹ Si on reste dans le référentiel religieux nous ne pourrions pas attendre l'égalité, même si nous étions un pays musulmane, il ne s'agit pas d'être contra la religion de tout, pas de tout, c'est une liberté, peut-être c'est la foi, c'est normal, c'est un pays musulmane, mais c'est ne pas par la religion qu'on va régler les problèmes de femmes aujourd'hui, c'est que la premier chose depuis la révolution et l'arrive des islamistes, donc la liberté d'expression pour tous, un de premier question que as occupé l'espace publique et politique, c'est le femme, et jusqu'à aujourd'hui, jusqu'à hier soir, j'ai écouté à la télévision a *Moutawasent* , déjà, l'autre jour j'entendu une émission de une heure contre la loi intégrale c'était terrible, contre la CEDAW et les réserves, contre l'héritage, et contre le militantisme des féministes qui demandant l'égalité dans l'héritage et le débat sur l'avortement un texte qui est sorti le 05 décembre dans *Le Quotidien*, qui remettre en cause la question de l'avortement. Donc c'est pour vous dire que la question des femmes c'est centrale et nous depuis cette époque-là on voulait cette liberté et on demande la séparation du religieus et du politique.

Essas duas formas de fazer política e viver a transição explicitaram também as relações morais que se teceram entre as associações, as secções femininas de partidos políticos e o partido *Ennahda*. Conforme as militantes da ATFD afirmavam, as referências à religião geraram uma controvérsia nas leis sobre a herança e sobre a CEDAW, que eram vistas como noções conservadoras que impediriam o movimento em direção à transição. Segundo elas, optar por essas referências religiosas para falar da mulher no contexto atual era um retrocesso. Fundamentalismo/direitos femininos foram categorias centrais em todas as ações e debates que as militantes feministas empreenderam durante a transição. Para Khafidha, por exemplo, a Tunísia tinha uma história específica, com as reivindicações para a escolarização das mulheres e com o debate sobre a herança desde Tahar Haddad. Esses pontos para as feministas da ATFD estavam relacionados ao fato da Tunísia ser um país secular, porém sem reforma religiosa que separe o político do religioso, este último elemento ainda, para Khafidha estava presente nos textos das leis.

Isso que disse a igualdade na herança quando o corão tem falado da herança é um avanço com relação a antes, porque as mulheres não herdavam, elas estão despossuídas e há o direito consuetudinário, há regiões em Tunísia hoje onde a mulher não herda nada, porque o irmão pega tudo e dizem às mulheres: tu não tens nada, mas teu marido vai ter. E o marido, ele toma tudo, e não lhe dá nada, as mulheres são conscientes disso, então isso é um problema, o que acontece então. Quando o corão fala disso está bem, mas agora a mulher trabalha, investe 90% no orçamento da família, o homem faz as economias, quando eles compram uma casa é ao nome dele. Quando vemos isso, vemos que essas regras religiosas não têm mais sentido porque hoje as mulheres trabalham.⁶⁰

Assim, para Khafidha, o apelo à religião não modificara a lei que trata da herança, não estava de acordo com o contexto político no qual o objetivo era a transição; além disso, segundo ela, a Tunísia tinha *evoluído* – portanto, era inconcebível ainda assistir a manifestações favoráveis

⁶⁰ C'est qui a dit le L'égalité dans l'héritage quand le Coran a parlé de l'héritage étais un avancement par rapport à avant, parce que les femmes n'héritent pas du tout, elles étaient dépossédés, et il y a le droite coutumière, même il y a des régions en Tunisie aujourd'hui où les femmes n'héritent rien , parce c'est le frère qui prennent tout, et on dis aux femmes : Toi tu ne prends rien c'est ton mari qui va te donner, encore aujourd'hui en Tunisie. Et le mari, il va prendre lui, et ne le va rien donner, les femmes sont très conscientes de ça, donc ça c'est un problème, que–ce–qui se passe alors. Quand le coran a parlé de ça, étais bien parce que avant les femmes n'hérite rien, et avec le coran pouvait avoir la moitié de la moitié et le garder pour elle, mais maintenant c'est quoi qui c'est passe, le femme travail, et ça ce sont des enquêtes sociologiques, les femmes travaillent, investissent 90% dans le boudge de la famille, l'homme c'est lui qui fait des économies, quand ils achètent une maison c'est à son nom à lui. Quand on voit ça, ces règles religieuses n'ont plus de sens, car aujourd'hui les femmes travaillent.

à herança para mulheres tendo como referência o Islã. Para ela, os direitos das mulheres teriam que ser defendidos com mais força ainda nesse processo de transição: *era uma vitória que Ennahda não tenha ganhado a maioria na assembleia legislativa, porque se isso tivesse acontecido, os direitos das mulheres estariam ameaçados, pois alguns líderes desse partido elevavam suas vozes se opondo da igualdade na herança, a CEDAW e o aborto.* Nesse sentido, as campanhas, as sensibilizações e os seminários constituíram-se com o objetivo de fazer *as mulheres tomarem consciência* de seus direitos como cidadã; e por isso, era importante votar em um programa que propicie às mulheres a possibilidade de fazer pressão pela defesa de seus direitos.

Capítulo 4 – Partidos e Paridade

1. Campanhas e Partidos.

Depois da revolução de 2011, das primeiras eleições massivas realizadas para a escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte – em que a maioria eleita pertencia ao partido *Ennahda* – e da formação, nesse mesmo ano, da Instância Superior Independente pelas Eleições, que desde então é responsável pelos processos eleitorais, a Tunísia se preparava para as eleições de 2014, as quais seriam compreendidas pelas eleições legislativas e pelas eleições presidenciais – estas inéditas no país. No que se refere às eleições legislativas, a Tunísia tem 27 circunscrições a nível nacional e seis no exterior; o sistema eleitoral é proporcional com a adoção a paridade vertical para a elaboração das listas nos partidos. A paridade horizontal, porém, não foi aprovada.

Nesse processo transicional, a lei eleitoral sobre a paridade ocupou o centro do debate durante todo o período. Desde que a revolução se concretizou, formou-se, como indiquei, a Instância Superior pela Realização dos Objetivos da Revolução, da Reforma Política e da Transição Democrática, da qual faziam parte, além de vários políticos e intelectuais, Dora, Sana e Ahlem, mulheres militantes da ATFD.

A ANC estava encarregada de aprovar a Lei Eleitoral – debatida não só pela ANC, mas pela ISIE e pela Instância Superior pela Realização dos Objetivos da Revolução, da Reforma Política e da Transição Democrática. Antes da aprovação dessa lei, a discussão sobre a paridade ou uma cota feminina para as candidatas mulheres era o centro do debate entre os setores políticos. A proposta elaborada incluía a paridade vertical e horizontal na geração das listas eleitorais, e os partidos estariam obrigados a implementá-las para as eleições de 2014.

Porém, a paridade horizontal e a proposta de cota de 30% para as primeiras mulheres da lista não foram aprovadas. Do ponto de vista das militantes feministas da ATFD, das deputadas e das pessoas que ocupavam cargos em outros setores políticos, a paridade tratava-se de uma conquista primordial para a igualdade e sua oposição revelava a *resistência que se tinha à presença da mulher na política*. Esse princípio, para elas, *permitiria às mulheres estarem presentes na assembleia, nas campanhas eleitorais, nas listas, ou seja, exercendo a política*.

Esse princípio da paridade, defendiam as militantes, levaria a uma mudança na mentalidade dos tunisianos que estavam acostumados a ver a mulher *no lar*. As militantes ressaltavam que a paridade se faria com um trabalho que mudaria essa visão e que possibilitaria que as mulheres estivessem presentes nos postos de decisão. Além disso, considerava-se um avanço para os direitos da mulher em um país que tinha tido uma tradição *moderna e progressista* – por isso, determinadas ações como a oposição à lei da herança e mesmo à paridade horizontal eram compreendidas como um retrocesso a todas as aquisições femininas.

A retórica do Estado Tunisiano como um Estado *moderno* era usada como uma estratégia social; de um lado, se acionava a categoria de *moderno* para se comparar com os outros países árabo-muçulmanos que não teriam todos os avanços em relação a direitos humanos e direitos femininos, como havia na Tunísia, por outro lado, a categoria era acionada para se referir aos direitos outorgados pelos governos de Ben Ali e Bourguiba, em detrimento das posições políticas no interior da Tunísia que as militantes consideravam como retrógradas e opostas a essa *modernidade*. Em relação a isso, Ahlem declarou em uma entrevista feita no CREDIF:

Se nós adaptamos uma constituição que consagra a igualdade entre homens e mulheres, será necessário proceder a uma revisão das leis discriminatórias, então em particular, os textos que organizam as relações na família. Essas leis não refletem a realidade da Tunísia nem os dispositivos dos direitos humanos e dão um status inferior à mulher na família.⁶¹

Dessa maneira, durante a transição predominara também a ideia de fazer uma *mudança nas mentalidades* dos tunisianos, o que passava por tornar a mulher *consciente* de seus direitos. Correlato a isso estava o projeto de construção de uma nova república, de um novo Estado em vias da igualdade. Do mesmo modo, evidenciou Soad Abderrahim, deputada de *Ennahda* na Assembleia Legislativa:

Mesmo se eu não estou de acordo com todos os movimentos das mulheres na Tunísia, nós estamos em vista de edificar um novo Estado e nós devemos optar pela paridade. Nós temos de nos apoiar para impulsar a edificação de uma sociedade igualitária e dar

⁶¹ Si on adopte une constitution qui consacre l'égalité entre hommes et femmes il sera alors nécessaire de procéder à une révision des lois discriminatoires, dont en particulier les textes qui organisent les relations au sein de la famille. Ces lois ne reflètent en aucune manière la réalité tunisienne ni le dispositif des droits humains et donne un status inférieur à la femme au sein de la famille. (Ahlem, entrevista na revista do CREDIF).

à mulher o direito de estar presente na composição de todas as instâncias da sociedade. (Entrevista na revista do CREDIF) ⁶²

Assim, as mulheres viam a paridade como uma aquisição importante para a liberdade e como decorrente da revolução. Neste contexto, as militantes poderiam fazer sensibilização política e grandes manifestações, o que não era possível durante a ditadura, segundo as mulheres da ATFD. A paridade então foi instituída e era de aplicação obrigatória pelos partidos políticos. A busca da igualdade não se dava só com a mera participação. Para as mulheres, era a esfera política o principal lugar onde se perpetravam as desigualdades e a violência à mulher. Assim, tratava-se de mudar os atores desta esfera, de mudar a política. Como me dizia Fathia, *na Tunísia, contrariamente, ao feminismo de outros países, nosso feminismo é político, é na política onde se faz a discriminação, o político reflete toda forma de discriminação.*

Por isso, em vários seminários da ATFD e nas conversas e entrevistas que tive com as mulheres, ressaltava-se a política como o espaço onde deveriam *começar e fazer as mudanças*, porque a política tinha sido dominada pela ditadura e pelos homens. Fazia-se necessário que as mulheres entrassem nesse âmbito e ocupassem os postos de decisão porque havia muitas mulheres competentes, o que se evidenciava – como as militantes me diziam – nas estatísticas que mostravam que o número de mulheres com diploma de ensino superior era maior do que dos homens.

Assim, desde 2011, além de vários debates sobre o princípio da paridade, houve muitas leis e declarações que a sustentavam. Os decretos e leis foram criados com o objetivo de “organizar a vida política durante a transição” e podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Decreto lei n°35, relativo à eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte que estipulava:
Têm direito a votar todos os tunisianos e tunisianas maiores de 18 anos.
- Dentro desse decreto, o artigo 16 da lei eleitoral assinalava:

⁶² Même si je ne suis pas d'accord avec tous les mouvements des femmes de Tunisie. Nous sommes en voie d'édifier un nouvel État et nous devrions opter pour la parité... Un coup de main doit être fait pour pousser vers l'édification d'une société équitable et donner à la femme le droit d'être présent dans la composition de toutes les instances qui ne sont en fait que l'émanation de la société.

As candidaturas são apresentadas sobre a base do princípio da paridade entre as mulheres e homens, classificando os candidatos das listas de forma alternada entre mulheres e homens. A lista que não respeita o princípio da paridade não será aceita.

- Decreto lei nº27 de 18 de abril de 2011, que sustenta a criação de uma Instância Superior Independente para as Eleições:

Garantir o direito a voto de todos os cidadãos e cidadãs.

Assegurar a qualidade da eleitora e eleitor.

A Instância Superior pela Realização dos Objetivos da Revolução, da Reforma Política e da Transição Democrática tomará conta do princípio da paridade entre o homem e a mulher.

- Decreto de 25 de junho de 2011, que fixa o regramento interior da Instância Superior Independente para as Eleições:

O decreto prevê também que a Instância regional se componha de quatro membros eleitos, conforme as condições previstas pelo artigo do decreto-lei nº2011-27 de 18 de abril de 2011. Eles são nomeados respeitando o princípio da paridade (Artigo 24).

- Decreto-Lei nº28 de 24 de setembro de 201, relativo à organização de partidos políticos:

Está proibido aos partidos políticos se apoiar sobre os fundamentos ideológicos ou programas discriminatórios de todo tipos, incluído o sexo.

Desse modo, a paridade aplicou-se em várias instâncias encarregadas do processo de transição política e esteve no centro do debate dentro das associações feministas, dos partidos políticos e da Assembleia Legislativa. Além disso, como determina o Decreto nº27 de 18 de abril de 2011, a Instância Superior pela Realização dos Objetivos da Revolução, da Reforma Política e da Transição Democrática esteve encarregada de elaborar o princípio da paridade para o contexto pós-revolução e transicional. Esta instância tinha como membros as militantes da ATFD – Dora, Sana, Ahlem, Khadija, dentre elas, e, como presidente, Yadh Ben Achour, irmão de Sana Bem Achour.

Dessa forma, como integrantes da comissão e como representantes dos componentes da *Sociedade Civil* as militantes da ATFD participaram da elaboração da proposta da paridade, que foi tida como uma das maiores aquisições enquanto direitos das mulheres. Todavia, o pressuposto de uma mentalidade retrógrada era frequente no discurso dos políticos e das

militantes. Embora a paridade vertical tenha sido de caráter obrigatório, conforme o Artigo 16, a aplicação da paridade horizontal foi rejeitada. Ao mesmo tempo, apesar da paridade ter sido adotada na maioria das listas, eram homens que encabeçavam as listas eleitorais. Esse resultado foi rejeitado pelas militantes feministas que acreditavam que o problema de eleger uma mulher no topo da lista eleitoral refletia vários estereótipos de gênero.

Para as eleições de 2014, vários partidos políticos foram formados entre 2011 e 2014, mas nem todos apresentaram candidato à presidência. A maioria dos partidos políticos é oriundo de agrupações reprimidas durante a ditadura que, na revolução, obtiveram suas bases legais e se constituíram como tais. Já para as eleições de 2014, alguns partidos se fundiram ou formaram coalizões com outros partidos no intuito de garantir cadeiras na Assembleia⁶³.

Na mídia local, inúmeras matérias foram publicadas a respeito desse tema, procurando as razões da ausência das mulheres como primeiras nas listas eleitorais. O jornal *La Presse de Tunisie*⁶⁴ publicou a manchete “Les têtes sont ailleurs...”⁶⁵ e abordava o assunto analisando as listas eleitorais dos partidos políticos, concluindo que o número de mulheres ocupando o primeiro lugar nas listas não chegava nem aos 40% nos partidos em que havia listas femininas.

Assim, a “*Union pour la Tunisie*” (a coalizão entre *Al Massar, parti pour l’action patriotique démocratique e candidats indépendants*) apresentou 26 listas eleitorais, das quais 10 tinham mulheres como primeiras na lista. *Nidaa Tounes*, que, segundo o jornal, se declarava como um movimento modernista, apresentou 33 listas eleitorais, sendo somente três encabeçadas por mulheres. Com relação ao *CPR*, o partido também apresentou 33 listas, mas somente em sete delas as mulheres eram as primeiras. No que tange aos partidos de esquerda, como *Ettakatol, Afek Tounes* e o *Front Populaire*, cada um apresentou 33 listas, sendo cinco com mulheres nos primeiros lugares. O Partido *Al Joumhour*i apresentou quatro listas encabeçadas por mulheres, de um total de 30 listas. Já os partidos que menos aplicaram o princípio da paridade foram *Al Moubadara*, com quatro listas – de um total de 32 – ocupadas primeiro por mulheres. Já a *Alliance Démocratique* e o *Mouvement Destourien*, com duas listas – de um

⁶³Em outra parte descreverei brevemente a constituição dos partidos na Tunísia, focando-me, sobretudo, no partido *Nidaa Tounes*, no *Ennahda* e na Coalizão do *Front Populaire*.

⁶⁴Esse jornal realiza publicações em francês. A matéria que faço referência foi publicada em 04/09/2014.

⁶⁵“As primeiras na lista estão em outro lugar”.

total de 32 – com mulheres nos primeiros nomes. Finalmente, o Partido *Ennahda* apresentou apenas duas listas – de 33 – com mulheres nas primeiras posições.

A percepção de que havia uma mentalidade retrógrada no fato de as mulheres não terem sido consideradas com maior equidade nas listas não era exclusiva das mulheres da Associação: tal pensamento também era compartilhado pela mídia, por algumas deputadas e por outros políticos. O jornal *La Presse* questionou o porquê de as mulheres não encabeçarem as listas eleitorais na mesma proporção que os homens e afirmava que o problema era a mentalidade que pretendia que “a mulher e a política não se misturem”. O jornal entrevistou Salma Baccar, cineasta e deputada do Partido Al Massar, que declarou:

Mesmo si a UPT presentou dez mulheres primeiras nas listas, eu não estou contente porque outras forças da coalizão não se preocupam do princípio da paridade, enquanto que Al Massar, defende corpo e alma. Eu penso que se trata de uma questão de mentalidade, a qual deve evoluir, porque eu digo francamente, eu constato que na ANC, no partido *Ennahdha*, por exemplo, existe maior competência feminina que masculina e que não estiveram presentes como primeiras nas listas de *Ennahdha*. É por isso que esse gênero de atitude deve realmente mudar.⁶⁶

Já outros políticos, como Mohamed Bennour, porta-voz do Partido *Ettakatol*, alegou que seu partido tinha defendido sem nenhuma dúvida a paridade horizontal, mas sua aplicação, segundo ele, era difícil, posto que eles não encontraram mulheres engajadas na política. Ele declarou para o jornal que, para que os partidos apliquem a paridade horizontal, as mulheres deveriam se interessar e se impor na política a nível local, regional e nacional.

Já para Bochra Belhaj, militante da ATFD que era segunda na lista de Nidaa Tounes, da circunscrição Tounis 2, também acreditava que os partidos deveriam aplicar a paridade horizontal. Para ela, o fato de não haver mulheres encabeçando as listas estava relacionada a três fatores: *o pensamento misógino que era uma realidade; a ausência de uma estratégia pessoal e coletiva para ser candidata e a ausência de solidariedade entre as mulheres dos*

⁶⁶ Même si l’UPT a présenté dix femmes têtes de listes, je ne suis pas contente car les autres forces de la coalition ne se soucient pas tous du principe de la parité horizontale, alors que Al Massar, le défend corps et âme. Je pense qu’il s’agit d’une question de mentalité, laquelle doit évoluer, car je le dis franchement, j’ai constaté lors des travaux ses commissions de l’ANC qu’un sein du parti *Ennahdha*, par exemple, il existe beaucoup plus des compétences féminines que masculins, et que n’ont pas été présentées comme têtes des liste par *Ennahdha*. C’est pourquoi ce genre d’attitude et de mentalité doit vraiment changer.

partidos. Para Bochra, os partidos não dariam nenhum presente para as mulheres, elas deveriam se unir e ser conscientes de que cada aquisição para as mulheres é uma aquisição para todas elas.

Assim, na opinião de grande parte das militantes da ATFD, bem como de políticos de diferentes partidos, a debilidade da preparação das listas eleitorais para apresentar mulheres no topo da lista deve-se à mentalidade que vigorava na Tunísia, que atribuía estereótipos à mulher. A Assembleia Legislativa não refletia a paridade; todavia, a paridade vertical permitiu que a composição na Assembleia contasse com 31% de mulheres. Dessa forma, de 217 cadeiras, 68 foram ocupadas por mulheres que foram primeiras ou segundas nas listas.

*

Bochra Belhaj Hmida é uma importante advogada muito conhecida na Tunísia pelas suas apresentações em diferentes programas de televisão, nos quais é convidada com frequência para falar de diversos assuntos do contexto político tunisiano. Opina também sobre os direitos das mulheres no país. Bochra é uma das mais antigas militantes da ATFD; fundadora da associação, esteve interessada pelo tema dos direitos das mulheres antes de serem esses direitos debatidos no Clube Tahar Haddad. Em 2014, fazia parte da Comissão Violência, a qual era presidida por Emma Hassairi e formada pelas militantes mais antigas da ATFD, que, ao mesmo tempo, eram intelectuais proeminentes do país, como Sana Bem Achour, Monia Bem Jemina, Ahlem Belhjad, Emna Zahrouni, dentre outras. Nessa comissão, Bochra realizava a escuta para as mulheres vítimas de violência que se dirigiam ao centro de escuta em busca de ajuda psicológica e legal. Além disso, Bochra e Emna Zahrouni eram advogadas de Meriem Ben Mohamed.⁶⁷

Bochra começou suas atividades muito jovem no sindicato dos estudantes. Esse sindicato não recebeu o reconhecimento do governo de Ben Ali. Suas atividades como militante feminista, desde o início, centraram-se no debate da situação da mulher na Tunísia e na violência sofrida pelas mulheres. Para ela, as mulheres na Tunísia sempre tiveram direitos garantidos no plano da lei, mas, na realidade, os direitos não eram efetivos, embora tenham existido desde 1959. Por isso, a participação da mulher na vida política estava longe do merecido. A misoginia

⁶⁷ O caso de Meriem Ben Mohamed foi abordado no capítulo anterior.

estava muito interiorizada no espírito de mulheres e homens que se diziam progressistas. Embora a Associação se considerasse como um ente que faz política e as suas militantes definissem suas próprias ações como políticas por se posicionarem em defesa dos direitos das mulheres, afirmava-se que não era uma associação política partidária, posto que suas aderentes eram de diversos partidos políticos. Nesse sentido, ninguém da Associação poderia se apresentar como representante desta diante de um partido, já que o objetivo primordial da ATFD era a defesa dos direitos femininos; além disso, as listas fechadas não permitem que a candidatura se centre numa pessoa.

A respeito das eleições, Bochra me explicou que a mentalidade existente na Tunísia com relação à mulher mudaria à medida que houvesse mecanismos – como a paridade e as cotas para as mulheres – para que a participação da mulher fosse vista como normal. Esses mecanismos, disse Bochra, serviam para garantir a presença da mulher no espaço público e também para mudar as mentalidades. Ela havia militado em partidos de esquerda, mas tinha se candidatado pelo *Nidaa Tounes*, pois considerava que, em se tratando de política, é preciso praticidade para poder agir. Ela foi a segunda na lista da circunscrição Tunis II e, conforme seus relatos, sua candidatura e a participação da mulher nas eleições, de forma geral, se devem unicamente à lei eleitoral.

Eu me impus ao partido, eu exigi estar numa lista, eu não pedi ser primeira da lista, mesmo si eu creio que eu mereço isso, esse é um combate pessoal e coletivo e deve ser feito cotidianamente.⁶⁸

⁶⁸ Je me suis imposé au parti, j'exige être dans une liste, je ne pas demander d'être tête de liste, même si je crois que je mérite ça, c'est un combat personnelle et collective et dois être fait quotidiennement.



Figura - Bochra ocupa o segundo lugar da lista eleitoral n°2 da Circunscrição Tunis II, uma das regiões mais importantes de Túnis.

Para Bochra, o partido *Nidaa Tounis* tinha uma proposta para a igualdade das mulheres, e ela mesma tinha um projeto para as mulheres. Com relação ao partido, ela acreditava na proposta de fazer um Observatório de Mulheres.



Bohra havia participado de algumas formações da LET; sua candidatura era acompanhada por Olfa, uma jovem formadora da LET. Cerca de um mês antes das eleições, Bohra realizou a campanha *porte-a-porte* nas áreas de sua circunscrição, que compreendia dez grandes bairros de Túnis. Ela tinha o apoio do secretário geral de seu partido, que a acompanhou durante todo o trajeto por diferentes pontos da cidade inscritos na sua área eleitoral. Passou por diferentes regiões, cruzamento de ruas de grande circulação, pontos de ônibus e de metrô. Inicialmente, transitou pelo bairro *Cité le Jardin*, onde caminhou por residências de classe média e baixa e pôde conversar com muitas pessoas sobre as problemáticas do bairro e sobre o desemprego.

Bohra passou várias horas em diferentes lugares falando com as pessoas acerca da mudança que o partido de Beji Caïd Essebsi ofereceria para o país. As pessoas falavam com ela sobre problemas – como o desemprego – que tinham que ser resolvidos pelo governo, e ela respondia que Essebsi, como presidente, estabilizaria a situação econômica do país. Além disso, ele era visto como um homem experiente e, segundo muitos, seria o único capaz de fazer as mudanças necessárias, já que havia trabalhado anteriormente com os outros dois governos. Essebsi também era visto como o opositor a Ennahda e aos islamistas. Era muito comum ouvir as pessoas falarem dele como o único que frearia a entrada dos islamistas radicais e terroristas no país.

Bohra tentava convencer as pessoas com as quais falava que *Nidaa Tounis* era um partido comprometido com o progresso da Tunísia no âmbito social e no econômico. Acompanhei-a no trajeto a diversos pontos da cidade no carro fornecido pelo seu partido, junto com ela iam o secretário geral e membros do partido que ajudaram Bohra na campanha *porte-a-porte*. Quando chegamos a *El Khadra*, um grande bairro com zonas industriais, detivemo-nos nas paradas de ônibus, onde havia um grande conglomerado de mulheres, a grande maioria usava o véu ou *niqab* sem o rosto coberto. Bohra aproximou-se de muitas mulheres que esperavam o ônibus e distribuiu seus *flyers* dizendo que a lista eleitoral de *Nidaa* lutaria pela mudança do país e por mais empregos. Além disso, ela falava com as mulheres sobre os seus direitos e sobre a importância da inscrição nas eleições.



A lista 2 de *Nidaa Tounes* foi a vencedora da sua circunscrição, então Bochra e o primeiro na lista foram eleitos deputados. Para as mulheres da Associação, era importante que uma militante estivesse posicionada na Assembleia Legislativa. Ainda que não tenha se apresentado como integrante da ATFD, Bochra era conhecida como uma importante advogada, pertencente a uma associação feminista.

Com relação ao trabalho feito pela LET, as mulheres do *Front Populaire* realizaram as campanhas políticas para as eleições legislativas e presidenciais. Acompanhei a campanha de rua na circunscrição de *Ben Arous*, junto às militantes do *Partido Watad* e Olfa Mohamed, militante e formadora da LET. Chegamos muito cedo à sede do partido, encontrei-me com Thouraya, a presidenta de *Horra*, e integraria seu grupo de distribuição de *flyers* para a lista de *Ben Arous* que tinha dois homens como os primeiros da lista.

Éramos quatro mulheres, contando com Olfa e duas militantes de *Watad* que também estavam na lista de *Ben Arous* – uma como terceira e a outra como sexta da lista. Elas me comentavam que estavam seguras de que não poderiam ter uma cadeira na Assembleia, mas que, para as próximas eleições, o número de mulheres aumentaria devido ao princípio de paridade. A campanha de rua ocorreu para a eleição presidencial, nessa campanha os partidos que formavam o *Front Populaire* fizeram-se presentes apoiando a campanha de Haman Hamemi. Três semanas depois dessas eleições, as secções femininas dos partidos que mencionei acima acompanharam esse candidato por bairros populares de Túnis.

A campanha foi ressaltada pelas mesmas mulheres que afirmaram terem estado implicadas na colaboração com Hamam muito mais do que os homens. Para a LET, muitas dentre as mulheres do *Front Populaire* estavam sendo formadas para participar das eleições municipais de 2016. Para elas, que não tinham estado de acordo com a distribuição das mulheres nas listas eleitorais, era muito mais importante apoiar na campanha e *fazer política* até poderem participar como candidatas. O mais importante, como elas me diziam, era mostrar a visibilidade das mulheres durante todo o processo de transição.



2. O véu e o *Niqab*: o debate sobre a mulher na transição.

Outra questão relevante do processo da transição política e pós-revolução foi o debate que se estabeleceu acerca uso do véu integral por parte dos islamistas. Como mencionei acima, as políticas do governo de Ben Ali foram repressivas com relação ao uso do véu e aos islamistas, impossibilitando que o movimento *Ennahda* obtivesse sua legalidade, levando ao exílio muitos de seus líderes. Esta política do governo de Ben Ali foi analisada por vários autores – Gobe & Geisser (2007), Chouikha (2005), Ben Salem (2005) – devido ao contexto de repressão aos grupos islamistas que marcou seu governo.

Interessa-me o governo de Ben Ali porque, diferentemente de outros países árabo-muçulmanos, essa repressão não permitiu a formação de grupos feministas muçulmanos, como no Egito, Irã, Indonésia, Marrocos, *etc.* Além disso, criaram-se estereótipos a respeito

dos islamistas e dos seus traços visuais, como a barba e o *niqab*. Durante a transição, discutia-se o aumento de pessoas usando barba e *niqab*, o que era visto como um retrocesso e um perigo, tendo em vista a possibilidade da entrada do terrorismo na Tunísia.

Na sequência, faço um percurso histórico do debate sobre o uso do véu e sua proibição durante o governo de Ben Ali. Início retratando os acontecimentos que me possibilitaram compreender, em um primeiro momento, a forma como esse debate se apresentou e se desenvolveu no período pós-revolução, retomando estereótipos feitos pelos outros governos com relação aos islamistas, opondo-os à *modernidade* e aos *direitos femininos*. Em um segundo momento, a constituição de um feminismo laico na Tunísia (em contraste a outros países muçulmanos) irá definir o que significa ser feminista e quem são as feministas do ponto de vista das mulheres da ATFD.

O uso do véu e da barba na Tunísia sempre foram praticas consideradas pelos governos de Bourguiba e Ben Ali como opostos à *modernidade*. Para Bourguiba, era necessário interpretar o Islã de acordo com o contexto político. Ele era um reformista e crítico da aplicação de algumas leis islâmicas da *Charia* nas sociedades contemporâneas. Em uma ocasião, Bourguiba havia proposto o “desvelamento” público das mulheres. Sobre essas bases, edificou-se a Nação tunisiana como *moderna e secular*. Não obstante, com a chegada ao poder de Ben Ali, em 1987, logo após a morte de Bourguiba, o Movimento da Tendência Islâmica (que viria a se tornar o *Ennahda*) começou a adquirir força dentro do país, não só por ser uma oposição ao governo de Ben Ali, mas também como um movimento que cativava inúmeros seguidores ao longo do país.

Para uma compreensão do modo como os debates sobre o Islamismo e seus traços voltaram a estar presente na Tunísia durante a transição, é necessário ter em conta, como sugere Chouikha (2005), que a posição dos opositores ao islamismo com relação à emergência deste movimento não pode estar dissociada das políticas do Estado na gestão do campo religioso. Desde o governo de Bourguiba, o país era visto como laico; mas, em 1980, quando o Movimento Islamista começou a tomar força política, com muitos seguidores, o governo empreendeu um mecanismo de controle sobre o culto, as pessoas e as mesquitas.

Quando Ben Ali chegou ao poder, proibiu o uso do véu e da barba em várias instâncias do governo, e a repressão anti-islâmica faz-se massivamente, já que estes eram opositores ao governo. Ben Ali afirmava que a Tunísia nunca tinha tido tradição de uso do *hijab* e que, portanto, não se podia aceitar uma ideologia vinda dos países do Golfo Pérsico. Como assinala Chouikha (2005), o regime de Ben Ali adotava um modo paradoxal de se relacionar com seus opositores: de um lado, os islamistas eram reprimidos; de outro, as associações que tinham autorização de funcionamento eram controladas na sua atuação.

O modo como se deu a repressão equacionou vários estereótipos do que estaria contra a definição de um país moderno. O regime de Ben Ali elaborava uma retórica de Estado Nação construindo o argumento da *modernidade* do país, como sugere o discurso do Presidente do Partido RDC, Hédi M'Henni, citado por Gobe & Geisser:

Si nous acceptons aujourd'hui le port du hijab, nous serons amenés demain à accepter que le droit de la femme au travail, au vote et à l'enseignement lui soit dénié (...) Les Tunisiennes, réellement imbus de principes de la sublime religion islamique, constatent avec étonnement l'émergence de Nouveaux phénomènes sociaux étrangers à leur authenticité, à leur, à leur traditions et aux modes de vie de leurs ancêtres.

Assim, o discurso do Estado contrastava a *Tunísidade* com as influências estrangeiras, as quais eram associadas com uso do *hijab* e da barba. Nesse sentido, como analisam esses autores, a argumentação modernista e universalista adotada pelo governo em filiação direta com as ideias de Bourguiba dificilmente poderia escapar à forma de essencialização da *tradição* e da *tunísidade*.

O uso do *niqab* e da barba eram vistos como sectários e opostos à tradição tunisiana. O uso do véu ficou proibido em alguns locais públicos. Essa postura do governo opôs também os próprios setores de esquerda e ocasionou muitas polêmicas em torno da questão da liberdade individual. O Partido Comunista, cujos militantes eram também reprimidos, e o sindicato *general de l'enseignement supériur et de la recherche*, filado à UGTT, condenaram a postura do governo e denunciaram os abusos administrativos e contra as liberdades individuais do movimento islamista. Eles condenavam as associações que se faziam entre o uso do véu e o Islã radical.

Por outro lado, existia um grupo de esquerda que havia feito uma *coalizão democrática*, no ano 2004, que agrupava opositores políticos como Mohamed Ali Halouani, alguns membros

do Partido Comunista, ATFD, *Amnesty International* e LTDH. Essa coalizão se formou com o objetivo de “Empêcher par tous les moyens le rapprochement entre une partie de la gauche indépendante et les islamistes, considérés, comme les véritables ennemis de la démocratie et les fossoyeurs des libertés fondamentales, et, en particulier, du droit des femmes à l'égalité totale.” (Geisser & Gobe, 387).

Assim, a oposição contra Ben Ali estava dividida entre os islamistas e setores da esquerda que apoiavam ou rejeitavam a repressão política aos primeiros. Porém, como assinalam esses mesmo autores, para o governo era importante que não houvesse uma aliança entre a esquerda e os islamistas. Para isso, foi criada a imagem de um “perigo islamista” ao mesmo tempo que se favorecia a criação de certas associações laicas. Quando eu conversava com as militantes da ATFD sobre a fundação da Associação, elas me diziam que, para sua constituição como uma associação legal, foi necessário pedir formalmente uma autorização de funcionamento, *une visa*, que legalizava suas ações no espaço público. Mas, conforme relatado por Soad, esse pedido somente havia sido aceito em decorrência do crescimento do Movimento Islamista. *Ben Ali sabia que nós não gostávamos dos islamistas, é por isso que ele nos deu a visa, mas depois ele se voltou contra nós.*

Da mesma forma, Mme Dorra comentou comigo que Ben Ali quis colocar os islamistas em situação desfavorável e deu a autorização para a formação de uma associação. A posição da ATFD sobre o véu e a barba como traços islamistas é bastante conhecida e analisada pelos autores que falam a respeito da repressão de Ben Ali nessa época. Dentro da ATFD, no início da Associação discutia-se o tema do véu, que gerara disputas entre as militantes: algumas afirmavam que o ser feminista passava pela consciência do corpo, e o véu era uma forma de aceitar a religião e, conseqüentemente, o patriarcado. Já outras acreditavam que o uso do véu era uma opção pessoal.

Não obstante, a opção de usar o véu gera até hoje algumas divergências dentro da Associação; por isso, as militantes se dizem exigentes com suas aderentes: *quem quer entrar na associação tem que aceitar todos os princípios*. Existe no marco da Associação um regulamento que deve ser aceito e praticado e para isso a aspirante à aderente é posta à prova nas reuniões, no modo como ela participa e milita como feminista. Nesse regulamento, um dos pontos diz respeito a uso do véu: na Associação não é permitido que uma mulher que use

o véu seja aderente da ATFD, já que as mulheres deveriam ser conscientes com relação ao próprio corpo.

A luta pelo feminismo é a luta pela democracia, todo está relacionado. Certas associações femininas não tem o objetivo, para elas a homossexualidade não é um problema, e a herança, elas dizem: nós não falamos da herança porque não tocamos a religião, portanto, é por isso que quando uma mulher quer entrar na associação, nós lhe damos um regramento interior. Si ela adere a tudo, ela pode entrar senão ela disse “não, eu não posso entrar, eu tenho limites, eu não posso ir como vocês” Por exemplo, nós não aceitamos uma mulher que usa o véu, porque uma mulher que usa o véu, é uma mulher que se toma por um corpo, por um objeto sexual e nós não aceitamos essa visão sobre a mulher. (Soad)⁶⁹

Nesse sentido, a postura da ATFD com relação ao véu era a de que, na associação, não poderia se aceitar uma mulher com véu, pois o feminismo da ATFD implicava outros valores, a partir dos quais as mulheres não podiam se submeter a uma visão religiosa em detrimento dos seus direitos. Em uma revista publicada em 2008 pela ATFD, chamada de “Femmes et République”, um capítulo é dedicado à problemática do uso do véu e à *reislamização da sociedade tunisiana*. “Nós assistimos a uma reislamização da sociedade que questiona nossas aquisições e desenvolve um fundamentalismo religioso colocando em xeque os avances da modernidade”. (Femmes et République, p. 7).

Para elas, essa *reislamização* é um fenômeno que decorre de várias causas, desde uma contestação ao ocidentalismo até uma adesão aos princípios islâmicos. Todavia, durante 1980 e 2000, quando acontecera a repressão, as militantes da ATFD asseguravam estar contra essa política. Mas se diziam opostas ao uso do véu, *mas se opor não é reprimir, nem legitimar a repressão*. Se por um lado, as militantes da ATFD acreditavam que o véu, como uma liberdade na vestimenta, era direito de cada uma, por outro, elas arguíam que véu seria sempre uma expressão que *estigmatiza o corpo das mulheres; aceito ou não, significava o controle da*

⁶⁹ La lutte pour le féminisme est la lutte pour la démocratie, tout est lié. Certains associations féminines n’ont pas le but : homosexualité c’est ne pas son problème, et l’héritage, elles disaient : on ne touche pas à la religion, donc c’est « pour ça que nous quand il y a une femme qui veut rentrer dans l’association on lui donne notre réglemente intérieur, Si elle adhère à tout, elle peut entrer, sinon elle dit non, je ne peux pas, j’ai des limites, je ne peux aller comme vous. Par exemple, nous, on n’accepte pas la femme voilé dans l’association, parce que pour nous une femme voilé, c’est une femme qui se prendre par un corps, par un objet sexuelle. Et on n’accepte pas ce vison de la femme.

sexualidade das mulheres, a regulação das relações com os homens e o enfrentamento e as disciplinas impostas às mulheres.

Na visão das militantes da Associação, o problema não era os motivos que levavam as mulheres a usarem o véu, mas sim o que ele significava: controle do corpo feminino. Essa interpretação estava em desacordo com os seus princípios de feminismo laico. Contudo, a situação de ilegalidade dos islamistas mudou na revolução, quando muitos dos seus líderes exilados voltaram para a Tunísia e puderam conformar legalmente seu Partido Político: *Mouvement Ennahda*.

A revolução permitiu não somente a legalização do Partido *Ennahda*, mas também a visibilidade das pessoas usando véu, *niqab* e barba. Ao tratar desse fenômeno a mídia e os setores políticos o perceberam como a “volta dos islamistas” e “o recrudescimento dos signos religiosos como o véu e a barba”. Nesse contexto de transição, muitos conflitos foram gerados em torno do uso do véu, do *niqab* e da barba, e novos estereótipos foram construídos com os atentados sofridos pela Tunísia. Para as mulheres da Associação, isso significava um retrocesso no que se refere aos direitos femininos, e, além disso, não faziam parte da tradição da Tunísia.

O discurso das militantes da ATFD contra o véu, o *niqab* e a barba eram frequentes em cada conversa que eu mantinha com as mesmas, sobretudo, quando se falava da insegurança que vivia o país devido aos atentados. As militantes argumentavam que isso era a consequência da entrada dos islamistas. Em dois eventos organizados pela Associação, discutiu-se diretamente o tema do uso do véu e do *niqab* pelas mulheres na Tunísia: o primeiro evento foi realizado com a finalidade de elaborar medidas de boas práticas com relação à violência contra a mulher e o segundo abordava as eleições.

No primeiro evento, do qual participaram a maioria das militantes da ATFD de Túnis e de outras regiões, houve um programa geral para elaboração de um plano de ação em matéria de luta contra a violência à mulher. Entre os inúmeros projetos que foram debatidos com o objetivo de elaborar o plano geral, estava o projeto *Kaafa*, que visava afrontar a violência política dirigida contra as mulheres com a finalidade de frear esta violência. Para tanto, as atividades se coordenariam em nível nacional e consistiriam em nominar uma diretora para a

coordenação das atividades desse projeto entre Túnis e outras regiões do país. O gabinete diretor da ATFD havia proposto fazer a delimitação dos abusos observados contra as mulheres:

- O uso forçado do véu e do *niqab*, violência contra as feministas, prisão das militantes feministas no trabalho.
- Formar uma comissão de jovens voluntárias com outras associações femininas e feministas para que trabalhem nas diferentes regiões.
- Escrever um relatório sobre os abusos observados para serem compartilhados nos partidos políticos, formar uma rede com os *partidos políticos progressistas* para lutar contra a violência à mulher.
- Organizar debates e conferências nas faculdades e nos institutos de ensino superior.
- Organizar debates com a população nas escolas para discutir a *questão do véu e seu impacto na saúde física e mental das crianças*.

Do ponto de vista das militantes, essas atividades precisavam ser desenvolvidas porque a *violência política era um fenômeno recrudescente com o resultado da subida dos salafistas e da vitória de Ennahda nas últimas eleições*. Além disso, argumentava-se que já havia alguns partidos políticos que estavam dispostos a debater a questão da violência, assim como colocá-la nas suas agendas políticas, pois essa questão não podia ser mais negligenciada. Porém, para algumas militantes, os desafios destas ações residiam no Estado aceitar publicar os detalhes dessa forma de violência, assim como as feministas deveriam estar preparadas para possíveis reações da parte dos salafistas.

Assim sendo, para elas, a revolução, o fortalecimento do partido *Ennahda* e o aparecimento dos salafistas desafiavam a trajetória de luta e militância da Associação porque isso poderia contribuir com o aumento do uso do véu e do *niqab* na Tunísia, o que era contrário à concepção de modernidade que as feministas da ATFD elaboravam. A questão do véu, do *niqab* e da barba perpassou todo o processo eleitoral, relacionando-se a vários assuntos políticos.

No que tange ao outro seminário organizado pela ATFD, o encontro tinha como assunto principal “A participação efetiva da mulher no processo eleitoral”. Este seminário contou com

exposições acerca das pesquisas realizadas pela AFTURD e pela ATFD, foi apresentando o número de mulheres que participariam do processo eleitoral e quais seriam as oportunidades que teriam de se tornarem candidatas para as eleições futuras nas diferentes regiões do país. Contudo, um dos pontos polêmicos levantados por uma professora de letras, Amina, que buscava participar da ATFD, era em relação a participação das mulheres de *niqab* como candidatas a Assembleia Legislativa pelo *Partido Front de la Reforme*, que era considerado como um partido salafista.

Amina argumentava que a ATFD, as outras associações feministas e seus parceiros deveriam se mobilizar para que estas mulheres que usam *niqab* sejam proibidas de se apresentarem nas eleições da Assembleia, já que, como salafistas, isso seria uma contradição para a democracia e para os direitos femininos. Essas opiniões não somente eram compartilhadas pelas militantes da ATFD, mas também pelas mulheres das secções femininas dos partidos políticos, como dissera Aida, do Partido dos Trabalhadores, do *Front Populaire*: *Nós não podemos permitir que essa gente ganhe as eleições, eles são perigosos, gente que quer matar todo mundo, enforcarmos como nós enforcamos à ovelha da Aïd*⁷⁰

Para as eleições legislativas, o Partido *Front de la Reforme* havia apresentado listas no interior do país. Segundo as regras da Instance Supérieur Independent des Élections, os partidos não podiam se declarar religiosos, mas o *Front de la Reforme* era considerado como um partido salafista que buscava a instauração da *Charia*, como comentavam. Os primeiros das listas desse partido eram homens, e nas listas apresentadas na circunscrição de Sfax e Madiha (lista 22 e 15 respectivamente) as segundas na lista eram mulheres usando o *niqab*. Essas candidaturas, embora tenham tido pouco suporte, apresentaram-se como um desafio aos valores da República da Tunísia, no sentido em que iam de encontro, do ponto de vista das militantes, às políticas progressistas que sempre existiram na Tunísia; além do mais, teriam uma ideologia importada. De forma geral, as militantes da ATFD, mulheres de outras associações e militantes de partidos políticos, tinham a concepção de que o Partido *Ennahdha* era financiado pelo Qatar. Essa opinião era difundida de modo geral na opinião pública na Tunísia.

⁷⁰ Aida fazia referência à festa muçulmana do profeta Aïd, na qual uma ovelha é sacrificada. Ela dizia que os partidários do *Front de la Reforme* eram pessoas contrárias à democracia, radicais que queriam enforcar todos os que estavam contra eles, como se enforcava a ovelha na festa da Aïd.

Com relação à mulher, as militantes explicavam seu desacordo com as mulheres de *niqab*, pois ele *esconderia sua cidadania* em um véu integral. Para as militantes feministas e para as do *Front Populaire*, a questão da cidadania era primordial nesse caso, pois as mulheres de *niqab*, de um lado, não eram consideradas cidadãs porque *escondiam seu rosto* e, de outro lado, uma mulher com *niqab* não poderia ser uma legisladora se ninguém podia vê-la. Também, as candidaturas foram vistas como uma *provocação* ao apresentar candidatas usando *niqab* em um processo de transição e tentar se opor, dessa maneira, às correntes progressistas dominantes no país.

Grosso modo, as candidatas usando o *niqab* eram vistas como mulheres inocentes que se prestariam para um jogo político de provocação da parte dos setores mais conservadores do Islão. A respeito disso, Bochra, eleita deputada, disse:

Eu acho que é seu direito, agora uma mulher que usa o niqab quer dizer que ela se esconde, que ela não assume... e quer estar num meio misto, que não é fácil e que quer agir em igual, porém, desde já sabemos que elas não são iguais, portanto, para mim ela tem que decidir o que ela quer como pessoa, o que ela espera.⁷¹



Figura – Lista de Sfax

⁷¹ Moi, je trouve que c'est son droit, maintenant une femme que porte le niqab, ça veut dire qu'elle se cache, qu'elle ne assume pas, et que veut être dans un milieu mixte, que ce n'est pas facile et que veut s'imposer d'égal, déjà à la base, elles ne sont pas égale, donc, pour moi c'est a elle de c'est dire finalement qu'est qu'elle veut da sa personne, qu'est qu' elle atends.



Figura – Lista de Madhia

O véu, era menos rejeitado do que o niqab, apesar de ser considerado como um princípio diferente do feminismo tunisiano. Para as militantes da ATFD o que definiria seu feminismo estava ligado à concepção e à consciência do corpo que cada mulher teria de si mesma. Por isso, para elas, o feminismo islamista não existia na Tunísia como em outros países da região – Marrocos, Egito, Indonésia, Irã, *etc.* Soad me dizia que era contraditório ser feminista e usar o véu, uma vez que o feminismo permitia ser consciente com o próprio corpo.

É contraditório usar o véu e ser feminista. Há outras visões que dizem que isso não é contraditório, mais por mim é contraditório, si falamos do uso do véu isso quer dizer que eu tenho uma visão de minha pessoa, de meu corpo como um objeto sexual, “eu uso o véu porque eu tenho medo que o homem me deseje”, não é porque eu escondo meus cabelos que ele vai para de me desejar. (Soad)⁷²

A questão entre nós mulheres democratas era se é necessário denunciar a discriminação, as injustiças, a violência das mulheres islamistas, ou não, porque nós consideramos que é verdade que os islamistas sofreram a violência, mas ao mesmo tempo elas estavam nos nossos direitos, podemos segurar às mulheres que usavam o véu ou não? Essa era uma grande questão que nos dividia nesse momento. Nós dizíamos que o véu era um símbolo discriminatório, nós estávamos numa sorte de mal-estar, porque para nós o véu é a consagração da discriminação entre os homens e as mulheres. Para nós a questão da fé e da religião não tinha sido colocada

⁷² C'est contradictoire être voilé et être féministe. Il y a des autres visions qui disent que c'est ne pas contradictoire, mais pour moi c'est contradictoire, si on porte le voile, ça veut dire que j'ai une vision de ma personne, de mon corps comme un objet sexuelle, je porte le voile parce que j'ai peur que l'homme me désire... C'est ne pas parce que je garde les cheveux qu'il ne va pas me désirer.

por nós, porque nossa vocação era defender nossas aquisições e defende-los. Nós questionamos muitas coisas do islã como a herança, mas há várias leituras do islã. (Leila)⁷³

No entanto, essa perspectiva também é alvo de polêmicas entre as próprias militantes da ATFD, membros de partidos políticos e acadêmicos tunisianos. No Capítulo 2, mostrei como algumas simpatizantes da ATFD elaboram críticas com relação ao feminismo da Associação e sua postura com relação ao uso do véu. As opiniões são diversas com relação a esse assunto; segundo Ben Salem (2010), por exemplo, o aparecimento do uso do véu durante a década de 1990 e na primeira década de 2000, apesar da ditadura, pode ser lido como uma resistência feminina ao que é considerada uma “prática socialmente desqualificada e proibida pelas autoridades”. A autora analisa, através das trajetórias de mulheres que usam o véu, suas motivações e desejos para essa prática, mostrando que o uso do véu revela autonomia política e moral da mulher que questiona a autoridade masculina e do Estado.

Ben Salem aponta a dificuldade de analisar esse fenômeno à luz do feminismo porque, segundo ela, no feminismo há a predominância do paradigma do patriarcado, e não existe uma identificação feminista entre muitas mulheres. Todavia, Ben Salem ressalta a importância de compreender, a partir da sua análise, como o uso do véu na Tunísia poderia ser interpretado como um fenômeno de resistência às proibições estatais. Pude identificar essa perspectiva quando falei com as militantes do Partido *Ennahda* e algumas simpatizantes desse partido que encontrei em conferências acadêmicas e em um seminário da ATFD em Kairouan.

Fazouia, integrante da secretaria da mulher e da família do Partido *Ennahda*, quando me contava a respeito da época da repressão do governo de Ben Ali, comentava como muitas mulheres eram levadas à polícia devido ao uso do véu. Ela me disse que muitas tiveram que retirá-lo totalmente e depois voltaram a usá-lo. Para muitas mulheres, o apoio ao Partido

⁷³ La question entre nous les femmes démocrates, était faut-il dénoncer des discriminations, des injustices, des violences des femmes islamistes ou pas, parce qu'on considère que c'est vrai que les islamistes ont souffert les violences, mais au même temps elles étant dans nous droites, faut-il soutenir les femmes qui veulent porter le voile ou pas? C'était une grande question qui nous a divisés à certain moment, nous disons le voile est un symbole discriminatoire, on était dans un sorte de mal aise, parce que pour nous le voile c'est la consécration de la discrimination entre les hommes et les femmes. Pour nous la question de la foi e de la religion n'était pas jamais posé pour nous, parce que notre vocation était défendre nous acquis et de leur défendre. On touche beaucoup de choses de l'islam comme l'héritage, mais il y a plusieurs lectures de l'islam. (Leila).

Ennahda era necessário porque elas poderiam ter a liberdade de circular sem problemas na rua. Como me comentava uma jovem advogada, simpatizante do partido:

Eu sinceramente, eu vou votar por Ennahdha porque eu não quero sofrer como antes a causa do meu véu. Quando eu estava na escola, meus colegas riam de mim, por meu véu, os professores tampouco gostavam, então eu não quero que isso volte. Com *Ennahdha* a gente poderá usar o véu sem ser questionados na rua.⁷⁴

Do mesmo modo, Sameh, me dizia que, com *Ennahda*, ela tinha garantidos os seus direitos. E as mulheres eram livres para poderem usar, ou não, o véu. Contudo, a discussão do uso do véu durante a transição política, para as militantes da ATFD, apresentava um problema porque, segundo algumas militantes, a religião poderia se tornar a referência para as práticas, e isso sim apresentava um problema.

Para mim o véu é o encerramento das mulheres, todos os problemas das mulheres são para controlar o seu corpo, para mim o nascimento da dominação dos homes é saber ministrar o corpo das mulheres, de controlar e para nós todo o trabalho que deve ser feito é de liberar as mulheres, que sejamos livres de nossos corpos, si eu uso o véu isso quer dizer que eu considero que meu corpo não me pertence. Então, tem gente que diz que se usa o véu para que a mulher possa melhor se defender, eu acho que isso é uma debilidade. (Khafiha).⁷⁵

É possível ser muçulmana e feminista ao mesmo tempo, mas islamista e feminista eu acho que não. É necessário ressaltar que islamista é quando tu procuras aplicar o islã para gerenciar o Estado, isso eu acho que não é compatível. Nós não pedimos às feministas de ser ateias. Ser laica não tem nada a ver, porém, nós somos uma associação laica. É em nome da religião que se pode fazer tudo, passar todas as formas de discriminação. Há o movimento Mosawet em Indonésia que faz a leitura do islã pela igualdade, em nome do islã. Mas isso não é feminismo, nós não podemos dizer que as mulheres de Ennahdha são feministas, elas não são pela igualdade, elas são por certas formas de discriminação. É verdade que elas têm feito esforços na ANC, mas não vamos dizer que elas são feministas.⁷⁶

⁷⁴ Moi, sincèrement je vais voter par Ennahdha, parce que moi, je ne veux plus souffrir comme avant à cause de mon voile. Quand j'étais à l'école, mes copains se moquent de moi pour mon voile, les professeurs n'aiment non plus, donc je ne veux pas que ça reviens. Avec Ennahdha on pourrait utiliser le voile sans qu'on soit arrêté dans la rue.

⁷⁵ Pour moi les voile c'est le enferment des femmes, tous les problèmes des femmes c'est pour contrôler leur corps, pour moi la naissance même de la domination de homes c'est de maitriser le corps de femmes, de le contrôler et nous, toute le travail que doit être fait, c'est de libéré les femmes, peut-être livre de leur corps, si je mets le voile ça veut dire que je considère que mon corps ne m'appartient. Alors il y a des gens que dissent, on met le voile pour mieux nous défendre, je trouve que c'est un faiblisse de femme de leur dire.

⁷⁶ C'est possible être musulmane et féministe au même temps, mais islamiste et féministe, je ne crois pas. Il faut nuancer, islamiste c'est quand tu chercher appliquer l'islam pour gérer l'état, ça je ne pense pas que soit compatible. On ne demande pas aux féministes d'être des athées. Etre laïque ça ne rien avoir, par contre on est une association laïque. Parce que c'est au nom de la religion qu'on peut faire tout, passer tous les formes de discrimination. Il y a le mouvement Mosawet en Indonésie qui fait la lecture de l'islam pour l'égalité, au nom de l'islam. Mais ça c'est ne pas le féminisme de certain femmes. Pour le moment les femmes de Ennahdha on ne peut pas les situer comme des féministes islamistes, pas de tout, elles ne sont pas pour l'égalité, elles sont pour le respecte de certains formes de discriminations, elles ne sont pas de féministes. C'est vrai qu'elles ont fait

Assim sendo, a questão do uso do véu, do *niqab* e da barba ocupou um lugar predominante durante a transição política, pois colocaram em evidência as diferentes moralidades que estão em jogo em um novo contexto político. Para as militantes da ATFD, a questão do uso do véu diferenciaria quem é feminista e quem não pode ser considerada como tal na Tunísia. Também, poderia se dizer que as ações empreendidas pelas feministas da ATFD após a revolução mostram como elas elaboraram seu conceito de *modernidade* e democracia, como vivenciaram a transição política e tomaram como referente a retórica do Estado Nação que constrói a Tunísia como um país moderno.

beaucoup d'effort, comment elles sont arrivées à l'ANC, mais je n'ai pas entendu une, parmi eux, que se définissent comme féministe, donc on ne vais pas des réimposer une étiqueté qu'on ne portent pas. (Ahlem).

REFLEXÕES FINAIS

Este trabalho apresenta minha etnografia realizada em Túnis sobre o processo de transição política na Tunísia, levando em consideração os debates, as problemáticas e o modo em que as categorias tais como *modernidade*, retrocesso, democracia e cidadania são operacionalizadas para tratar do papel da mulher durante a transição. Para compreender o contexto atual analisei a formação dos movimentos femininos na Tunísia, já que a história desses agrupamentos dá sustento para as ações das feministas e de militantes de outras associações, as quais assinalam a preponderância dos movimentos de mulheres para a história do país.

Além disso, o modo como se configuraram esses movimentos femininos na Tunísia contribuiu para cristalizar a imagem da Tunísia como um país no qual a questão do papel da mulher esteve sempre presente na esfera pública. Nesse processo, examinei como a política do governo de Bourguiba propôs uma concepção de *modernidade* que se vê plasmada na promulgação do *Code de Statut Personnel* (CSP), o qual, desde o ponto de vista das feministas, é o principal código que outorga direitos às mulheres desde o ano de 1956 e, ao mesmo tempo, esse código diferencia a Tunísia de outros países árabo-muçulmanos.

Outro ponto importante diz respeito ao *feminismo de Estado* que, segundo as feministas, se conformou nos governos de Bourguiba e de Ben Ali com o objetivo de *instrumentalizar a questão feminina*. Essas políticas desenvolvidas por esses dois governos com relação à mulher têm uma conotação paradoxal para as feministas da ATFD, pois, por um lado, faz alusão ao CSP, aos movimentos de mulheres consolidados nesse período, assim como aos elementos constitutivos dos direitos femininos na Tunísia; por outro lado, as feministas alegam que seus direitos não estão plenamente garantidos porque houve uma *instrumentalização da questão feminina*, como abordei nos capítulos desta tese.

Essas ações se tornaram visíveis na transição política quando foram problematizadas diversas questões, tais como: a paridade na lei eleitoral, a igualdade na herança e o direito ao aborto garantido no CSP. Para as militantes feministas, aqueles que se opunham a esses temas, que,

segundo elas, pertenciam a setores religiosos e setores políticos conservadores, eram contrários aos direitos femininos e, portanto, contrários à constituição *moderna* do país.

A *modernidade*, desse modo, conforma uma categoria central na transição política, uma vez que tanto as ações quanto os discursos manifestados pelos diversos grupos políticos durante a transição eram ponderados ora como *modernos*, ora como *retrógrados*. Assim, os debates sobre a complementaridade entre os sexos, as opiniões contrárias ao aborto e contra a igualdade na herança para homens e mulheres, eram conceituados como *retrógrados*. Opondo-se à *modernidade* que o país desenvolvera desde sua independência, conforme me diziam as militantes da ATFD.

Da mesma maneira, a democracia, para as militantes feministas, estava relacionada com a manutenção dos direitos obtidos no CPS. A democracia, para elas, possibilitaria a discussão sobre a igualdade, além de permitir a adoção de novas leis que vissem regular a desigualdade entre o homem e a mulher, como o projeto para redigir a lei integral contra a violência⁷⁷ e a lei eleitoral que estabelece a paridade. A democracia, desde o ponto de vista das feministas, não seria uma consequência do processo eleitoral, porque os *ataques terroristas* que o país enfrentava geravam instabilidade política e colocavam em risco seus próprios direitos.

As ações das militantes feministas da ATFD não se restringem exclusivamente ao âmbito da associação. Mostrei como elas pertencem a diversas associações, partidos e sindicatos. O modo como se consolidam as associações na Tunísia assinala que as ações dentro de uma associação constituem formas de fazer política importantes nesse país. Disso deriva o movimento da Associação na transição política: para esse processo a ATFD conformou uma comissão eleitoral que coordenava as atividades relativas as eleições com várias associações, partidos políticos e sindicatos que conformaram a *coalizão da sociedade civil*.

Essa coalizão teve como objetivo fazer as campanhas de sensibilização, acompanhar o processo de transição, supervisionar as eleições para que não houvesse fraudes, etc. Essas atividades possibilitaram que categorias como *cidadania*, *sociedade civil* e participação política da mulher adquirissem novos significados e se tornassem o vetor da transição. Esse

⁷⁷ Esse projeto constituiu uma lei, a qual foi aprovada em junho de 2017.

processo, como pontuei nos capítulos desta tese, constituíram novas subjetividades num novo contexto político.

Também, apresentei o modo como o feminismo ATFD se coloca como um discurso autorizado para falar sobre as mulheres da Tunísia, opondo-se a outras associações femininas, consideradas pela ATFD como assistencialistas e caritativas. *A luta pela igualdade* para as militantes só pode ser feita a partir do feminismo. Como me dizia Ahlem, uma das fundadoras, *não podemos dizer que uma mulher de Ennahdha é feminista, mesmo que ela tenha feito esforços para chegar a ANC, porque elas não são pela igualdade, elas são pela manutenção de certas formas de discriminação...* Assim, no período transitório se puseram em evidência as diferentes acepções sobre a participação da mulher na política, posto que, para as mulheres da ATFD, a participação feminina nas eleições era importante na medida em que essa permitiria *exercer a cidadania de forma consciente, sem influencias da religião*.

De fato, para as mulheres da ATFD e para as mulheres das associações que faziam parte da *coalizão da sociedade civil*, as caravanas de sensibilização à população eram um ponto chave na difusão das eleições, uma vez que se considerava que partidos como *Ennahdha* tinham uma base política constituída e, se caso ganhasse as eleições, *os direitos femininos adquiridos poderiam ser vulnerabilizados*, pois as militantes afirmavam que *os fundamentalistas* tiveram lugar na Tunísia a partir da constituição do movimento islamista como um partido político desde o ano de 2011.

A questão do uso véu também se mostrou um ponto fulcral no processo de transição. Como assinalei no decorrer deste texto, o uso do véu foi reprimido pelos governos tanto de Bourguiba como de Ben Ali. Após a revolução a adoção do véu por um grande contingente de mulheres, era percebido, de um lado, como a manifestação da liberdade pessoal e, de outro, como uma *reislamização* da sociedade. Para as feministas, o uso massivo do véu pelas mulheres após a revolução, não fazia parte da configuração do país, representando uma tendência *que vinha de fora* e que ganhava força pela conquista do poder político de *Ennahdha*.

No contexto da transição, o “jogo político” entre a ATFD, associações femininas, sindicatos e partidos políticos, mostrou a variabilidade das categorias de *modernidade*, cidadania,

participação política da mulher e a multiplicidade de sentidos que cada agente confere às mesmas. Ditas categorias não possuem significados unívocos, ao contrário, são contextuais, dotadas de diferentes sentidos para os agentes da transição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments. Honor and poetry in a Bedouin society*. England, 1986.

_____. *Movie Stars and Islamic Moralism in Egypt*. *Social Text*, v. 42, p. 53-67, 1995.

_____. *Remaking Women: Feminism and Modernity in the Middle East*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

_____. *Orientalism and Middle East Feminist Studies*. *Feminist Studies*, v. 27, n. 1, p. 101-113, 2001.

ALLAL Amin & GEISSER Vincent, "Révolution de jasmin ou Intifada" www.mouvements.info/Tunisie-revolution-de-jasmin-ou.html

BRENNER, Suzanne. "Reconstructing Self and Society: Javanese Muslim Women and 'the Veil'." *American Ethnologist*, v. 23, n. 4, p. 673-697, 1996.

BESSIS, Sophie (1999). « Le féminisme institutionnel en Tunisie ». *CLIO. Histoire, femmes et sociétés*, 9.

CHEVALIER, Sophie. Uma sociedade em mudança: antropologia de uma "transição" na Bulgária. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 37-55, July 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832001000100003>.

COMERFORD, Jhon; BEZERRA, Marcos. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. *Análise Social*, 207, xlviii (2.º), 2013.

Femmes et République: Un combat pour l'égalité et la démocratie, 8, 2008. Publicado pela ATFD

FOUCAULT, Michel. Histoire de la Sexualité 1. La Volonté de Savoir. Paris: Gallimard, 1976.

_____. "Les Sciences Humaines". In: *Les Mots et les Choses*: 355-398. Paris: Gallimard, 1966.

GLOBAL EXCHANGE. *Courage and Tenacity: A Women's Delegation to Afghanistan*. 2002. Disponível em: <[http://www.globalexchange.org/tours/auto/2002-0305_CourageandTenacityAWomensDele, html](http://www.globalexchange.org/tours/auto/2002-0305_CourageandTenacityAWomensDele.html)>.

GOLDENBERG, Suzanne. "The Woman Who Stood Up to the Taliban." *The Guardian*, Jan. 2002. Disponível em: <<http://222guardian.co.uk/afghanistan/story/0,1284,63840>>.

GOLDMAN, Marcio. Como Funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política, 2006.

HERZFELFD, Michael. "Honor and Shame: Problems in the Comparative analysis of Moral Systems" *Man* 15 (2):339-351. 1980.

_____. The Etymology of Excuses: Aspect of rhetorical performance in Greece. *American Ethnologist* 9 (4):644-663. 1982.

_____. Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State. New York, London: Routledge, 1996.

HIRSCHKIND, Charles; MAHMOOD, Saba. "Feminism, the Taliban, and the Politics of Counter-Insurgency." *Anthropological Quarterly*, v. 75, n. 2, p. 107-122, 2002.

- LATOUR, Bruno. 1996. "Not the Question". *Anthropology Newsletter* 37 (3): 1-5.
- LAZREG, Marnia. *The Eloquence of Silence: Algerian Women in Question*. New York: Routledge, 1994.
- MACLEOD, Arlene. *Accommodating Protest*. New York: Columbia University Press, 1991.
- MAHMOOD, Saba. "Feminist Theory, Embodiment, and the Docile Agent: Some Reflections on the Egyptian Islamic Revival." *Cultural Anthropology*, v. 16, n. 2, p. 202-235, 2001.
- MAHFOUDH, D. & MAHFOUDH, A. (2014). Mobilisations des femmes et mouvement féministe en Tunisie. *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 33,(2), 14-33. doi:10.3917/nqf.332.0014.
- MAHFOUDH, A. & Delphy, C. (2014). Entre dictatures, révolutions et traditions, la difficulté d'être féministe au Maghreb. *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 33,(2), 4-12. doi:10.3917/nqf.332.0004.
- MARZOUKI, Ilhem, *Le mouvement des femmes en Tunisie au XX ème siècle*. Tunisie : Maisonneuve Et Larose, 1994.
- MIR-HOSSEINI, Ziba. *Islam and Gender: The Religious Debate in Contemporary Iran*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- MOGHISSI, Haideh. "Feminism in an Islamic Republic." In: HADDAD, Yvonne; ESPOSITO, John (Ed.). *Islam, Gender and Social: Change*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 59-84.
- _____. *Feminism and Islamic Fundamentalism*. London: ZedBooks, 1999.
- _____. "(Un)Veiling Feminism." *Social Text*, v. 64, p. 29-15, 2000.
- ONG, Aihwa. "Colonialism and Modernity: Feminist Re-Presentations of Women in Non-Western Societies." *Inscriptions*, v. 3/4, p. 79-93, 1988.
- _____. "State Versus Islam; Malay Families, Women's Bodies, and the Body Politic in Malaysia." *American Ethnologist*, v. 17, n. 2, p. 258-276, 1990.
- PAPANEEK, Hanna. "Purdah in Pakistan: Seclusion and Modern Occupations for Women." In: PAPANEEK, Hanna; MINAULT, Gail (Ed.). *Separate Worlds*. Columbus, MO: South Asia Books, 1982. p. 190-216.

SAFIRE, William. "On Language." *New York Times Magazine*, Oct. 2001.

SILVA, Ana Claudia Cruz da. Novas Subjetividades e 'Onguização' nos Movimentos Negros de Ilhéus, Bahia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2, p. 047-067, jan. 2007. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/6287>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SILVERMAN, Sydel - "The community-nation mediator in traditional central Italy". In: Potter, J. M. et al., **Peasant Society: a Reader**. Boston: Little Brown, 1967, pp. 279-293.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

VAN SOMMER, Annie; ZWEMMER, Samuel. *Our Moslem Sisters*. 4. ed. New York: Revell Company, 1907.

VAN VLEET, Krista – "The intimacies of power: rethinking violence and affinity in the Bolivian Andes". **American Ethnologist** 29(3):567-601, 2002.

WALLEY, Christine. "Searching for 'Voices': Feminism, Anthropology, and the Global Debate over Female Genital Operations." *Cultural Anthropology*, v. 12, n. 3, p. 405-438, 1997.